



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Maria Cristina Soto Muniz

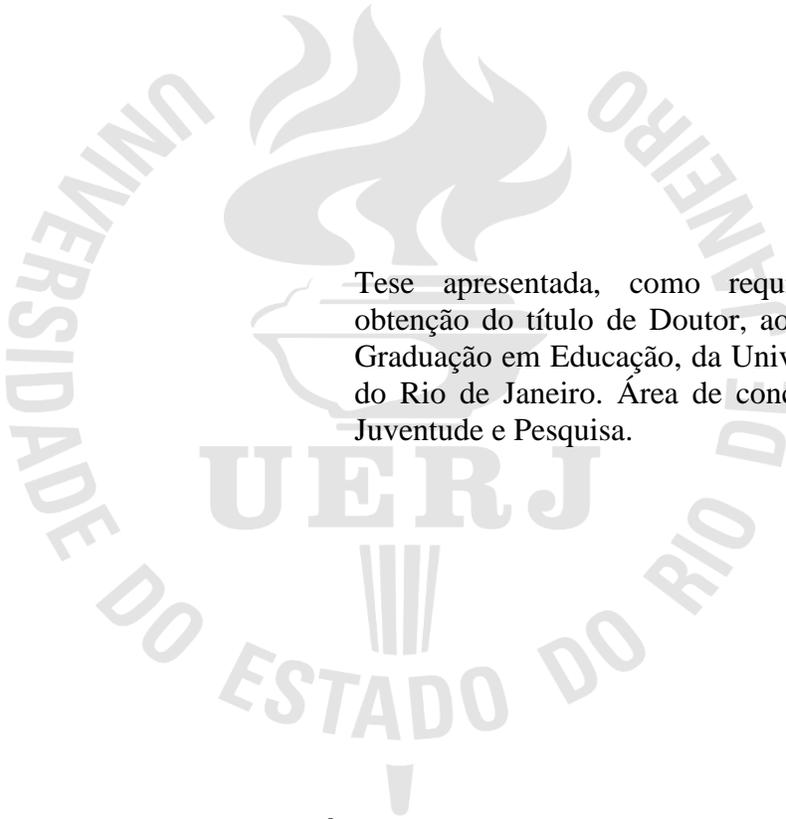
**Passeios com crianças: cidade em tensão**

Rio de Janeiro

2018

Maria Cristina Soto Muniz

**Passeios com crianças: cidade em tensão**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Infância, Juventude e Pesquisa.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Rita Marisa Ribes Pereira

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

M966     Muniz, Maria Cristina Soto.  
            Passeios com crianças: cidade em tensão / Maria Cristina Soto Muniz. – 2018.  
            116 f.

            Orientadora: Rita Marisa Ribes Pereira.  
            Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de  
Educação.

            1. Educação – Teses. 2. Infância – Teses. 3. Cidade – Teses. I. Pereira, Rita  
Marisa Ribes. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de  
Educação. IV. Título.

es

CDU 37(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta  
tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Maria Cristina Soto Muniz

**Passeios com crianças: cidade em tensão**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Infância, Juventude e Educação.

Aprovada em 10 de dezembro de 2018.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rita Marisa Ribes Pereira (Orientadora)  
Faculdade de Educação da UERJ

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Tereza Goudard Tavares  
Faculdade de Educação da UERJ/FFP

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Luiza Magalhães Bastos Oswald  
Faculdade de Educação da UERJ

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Léa Tiriba  
Faculdade de Educação da UNIRIO

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Anelise Monteiro do Nascimento  
Instituto Multidisciplinar da UFRRJ

Rio de Janeiro

2018

## AGRADECIMENTOS

*Uma tese, como um bom passeio na cidade, não se faz sozinha!* Eu aqui plagiando minha amiga Núbia, a quem faço esse primeiro, de um longo agradecimento. Companheira de arte ciência e vida que me desafiou pesquisar os passeios que realizava com as crianças: *Cris, você tem um tema!*

Foi o que disse também a Rita, amiga e companheira de longa data a quem agradeço muito, desde o mestrado já era nossa mestra, apresentou-me o primeiro computador, nos instigava com leituras, me levou de volta à PUC para estudar também com Solange Jobim e Leandro Konder, duas referências fortes para mim. A Rita orientadora soube tão bem me deixar ir e me trazer de volta nas cambalhotas do meu pesquisar, responsável pelo último e intenso passeio dessa jornada – sem sua orientação e estímulo a me desorientar não teria tido essa que foi a mais radical experiência, me reacendendo o desejo de continuar, em meio ao desalento que nos acomete nesses tempos sombrios.

Desalento que a combativa UERJ e seus professores nos ajudam a enfrentar. Agradeço em especial aos que aceitaram participar dessa banca, Anelise e Lea, Maria Luiza com seu humor, carinho e textos bacanas que inspiraram também este trabalho, e Lisandra com sua leitura atenta desde os primeiros encontros no grupo e nas passeatas! E a galera do GPICC, ninho que salva a gente, obrigada à velha guarda – Nélia, João, Joana, Eunice ...; Conceição, Fernanda, Carol, Ceci, Juliana, Iza, Perseu, Débora e Patrícias.

Obrigada Teresa G. Tavares pela leitura cuidadosa na qualificação, os livros presenteados e emprestados, a força do exemplo na luta pela educação pública, luta que compartilhamos também algumas vezes entre bombas correria e gritos de FORA TEMER E PEZÃO!

Obrigada Bia Albernaz inspiração teórica e amiga de coração e de passeios na cidade.

Obrigada Beatrice Gmünder, que chegou ao Rio vinda de uma pequena cidade da Suíça alemã para cuidar das crianças de rua, dizia. Hoje uma grande amiga e responsável por cativar sua cidade para o projeto do Ônibus da Esperança, este que nos leva por aí a esperar uma cidade mais justa e fraterna. Obrigada a todos os moradores de Appenzell!

Obrigada sempre a família, a meu pai que a toda hora perguntava, *mas ainda não acabou essa tese?* Querendo a filha mais pertinho de seus bravos 96 anos. A meu filhote Gabriel e seu filhote e o netinho *Kaikai*, esse novo que traz energia pra desejar um mundo melhor.

E obrigada às crianças – todas – e aos meus inesquecíveis primeiros parceiros do CIEP Ipanema, às crianças da Mangueira e Tuiuti que me confiaram seus medos e desejos, levando-os sempre com muita alegria e intensidade aos passeios. E meu agradecimento especial ao Serginho da Mandela, esse bom bom cidadão, que com sua generosidade e rara dignidade caminhou comigo não *meio passo atrás*, mas lado a lado, na esperança de uma comunidade possível!

## **MEU DEUS, MEU DEUS, ESTÁ EXTINTA A ESCRAVIDÃO?**

Irmão de olho claro ou da Guiné  
Qual será o valor? Pobre artigo de mercado  
Senhor eu não tenho a sua fé, e nem tenho a sua cor  
Tenho sangue avermelhado  
O mesmo que escorre da ferida  
Mostra que a vida se lamenta por nós dois  
Mas falta em seu peito um coração  
Ao me dar escravidão e um prato de feijão com arroz  
Eu fui mandinga, cambinda, haussá  
Fui um rei egbá preso na corrente  
Sofri nos braços de um capataz  
Morri nos canaviais onde se planta gente  
Ê calunga! Ê ê calunga!  
Preto Velho me contou, Preto Velho me contou  
Onde mora a senhora liberdade  
Não tem ferro, nem feitor  
Amparo do rosário ao negro Benedito  
Um grito feito pele de tambor  
Deu no noticiário, com lágrimas escrito  
Um rito, uma luta, um homem de cor  
E assim, quando a lei foi assinada  
Uma lua atordoada assistiu fogos no céu  
Áurea feito o ouro da bandeira  
Fui rezar na cachoeira contra bondade cruel  
Meu Deus! Meu Deus!  
Se eu chorar não leve a mal  
Pela luz do candeeiro  
Liberte o cativo social  
Não sou escravo de nenhum senhor  
Meu Paraíso é meu bastião  
Meu Tuiuti o quilombo da favela  
É sentinela da libertação

Samba enredo da escola Paraíso do Tuiuti/carnaval 2018.

Compositores: Claudio Russo, Moacyr Luz, Dona Zezé, Jurandir e  
Aníbal.

## RESUMO

MUNIZ, Maria Cristina Soto. *Passeios com crianças: cidade em tensão*. 2018. 116 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Esta tese teve por objetivo problematizar as experiências infantis na cidade, abarcar a experiência alteritária de passear com crianças e a dialogia que emerge nesses passeios, notadamente com o desafio de aprofundar leituras da cidade em suas diferentes formas de pertencimento e participação. A infância com quem a pesquisa dialoga é a da classe popular do Rio de Janeiro, crianças moradoras de favelas do Complexo da Mangueira. No campo de estudo dos territórios e sujeitos habitantes das periferias nossa referência principal foram os trabalhos de Milton Santos, Henri Lefebvre e Jorge L. Barbosa em sua discussão por justiça territorial e direito à cidade, entre as grandes explicações e a geografia do vivido. Walter Benjamin, cujo conceito de história se revelou fundamental na feitura da pesquisa, Marília Amorim com os fundamentos bakhtinianos para a pesquisa com crianças e Mikhail Bakhtin foram referências para refletir as questões alteritárias da pesquisa em sua dimensão dialógica e dialética e seu compromisso político. A pesquisa se caracterizou por uma pesquisa intervenção que consistiu na realização de encontros de conversas e passeios na cidade, em lugares escolhidos pelas crianças, um grupo de dez crianças entre seis e dez anos. As análises são trazidas como “imagens dialéticas”, tal como as formula Walter Benjamin, revelando uma cidade em tensão, entre medos e desejos, negação criação e reinvenção de lugares, posicionamentos ora críticos ora domesticados como formas de habitar ou mesmo sobreviver na cidade.

Palavras chave: Infância. Cidade. Território. Passeio. Pesquisa com Criança.

## RESUMEN

MUNIZ, Maria Cristina Soto. *Paseos con niños y niñas: ciudad en tensión*. 2018. 116 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Esta tesis tuvo como objetivo problematizar las experiencias infantiles en la ciudad, abarcar la experiencia alteritaria de pasear con niños y niñas y la dialogía que emerge en estos paseos, con el desafío de profundizar lecturas de la ciudad en sus diferentes formas de pertenencia y participación. La infancia con quien la investigación dialogó de clase popular de Río de Janeiro, niños y niñas moradores de las favelas de Mangueira. En el campo de estudio de los territorios y sujetos habitantes de las periferias, nuestras referencias principales fueron los trabajos de Milton Santos, Henri Lefebvre y Jorge L. Barbosa em su discusión por justicia territorial y el derecho a la ciudad, entre las grandes explicaciones y la geografía de lo vivido. Walter Benjamin, cuyo concepto de historia se reveló fundamental em la realización de esta investigación. Marília Amorim com los fundamentos bakhtinianos (o bajtinianos) para la investigación con infancias y Mikhail Bakhtin (o Mijail Bajtin) fueron referencias para reflexionar las cuestiones alteritarias de la investigación en su dimensión dialógica y dialéctica en su compromiso político. La investigación se caracterizó como una investigación-intervención que consistió en la realización de encuentros de conversaciones y paseos en la ciudad, en lugares escogidos por un grupo de diez niños y niñas entre seis y diez años de edad . Los análisis fueron realizados a partir de el concepto de “imágenes dialécticas” tal como formula Walter Benjamin, revelando una ciudad en tensión, entre miedos y deseos, negación, creación y reinención de lugares, posicionamientos alguna vez críticos y otras “domesticados” como formas de habitar o sobrevivir en la ciudad.

Palabras llave: Infancia. Ciudad. Territorio. Paseo. Investigación con infancia.

## SUMÁRIO

	<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	9
1	<b>CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA</b> .....	12
1.1	<b>Infância e memória – Meio passo atrás</b> .....	12
1.2	<b>Os primeiros passeios – Esfregando os olhos</b> .....	18
1.3	<b>Repensar o presente – Acordar os mortos</b> .....	25
1.4	<b>Sobre passear na cidade – A esperança militante</b> .....	30
2	<b>OS INTERLOCUTORES DA PESQUISA – CRIANÇAS, INSTITUIÇÃO E TERRITÓRIO</b> .....	43
2.1	<b>Chegando ao campo – Quem é Mangueira levanta a mão!</b> .....	44
2.2	<b>Os encontros e passeios – A cidade como pergunta e desejo</b> .....	50
2.3	<b>Espaço e território – Sobre o direito de desejar a cidade</b> .....	62
3	<b>CAMINHOS DE ANÁLISE</b> .....	69
3.1	<b>O encontro como um cronotopo – A pesquisa como experiência</b> .....	73
3.2	<b>As Imagens Dialéticas – A cidade em tensão</b> .....	77
3.2.1	<u>Ir aos lugares – Metade bom... metade ruim</u> .....	79
3.2.2	<u>Shopping – Lugar de comprar, lugar de apreciar</u> .....	88
3.2.3	<u>Nós e eles – Aqui as pessoas são mais parecidas com a gente, a gente fica melhor aqui</u> .....	92
3.2.4	<u>Participar, mas não muito</u> .....	96
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS – ENTRE O CATIVEIRO E A ESPERANÇA</b> .....	103
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	112

## APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa insere-se no campo de estudos da infância contemporânea. Seu objetivo é compreender as experiências de passear com crianças na cidade. Inicialmente formulei este objetivo com foco na compreensão das experiências infantis na cidade, mas no decorrer do trabalho de campo, ao encontrar as crianças para conversar e passear, fui percebendo quanto meu envolvimento nessas experiências demandava uma ampliação deste objetivo. Assim, para além da compreensão das experiências infantis na cidade, busca-se abarcar nossa experiência alteritária de passear e a dialogia que emerge nesses encontros, notadamente com o desafio de aprofundar leituras da cidade que problematizem suas diferentes formas de pertencimento e participação. A infância com quem a pesquisa dialoga é a infância da classe popular do Rio de Janeiro, mais especialmente crianças moradoras de favelas do Complexo da Mangueira – situado na zona central do Rio de Janeiro (RJ).

A construção da pesquisa foi um processo inicial de tomada de consciência a partir de meu olhar singular sobre o que é passear com crianças na cidade, e um revisitar os passeios que já realizei até então sem intenção de pesquisa. Nesse processo, trago um exercício de memória de minha infância na cidade, lugar de onde puxo o fio que me levou, como professora, a sair com meus alunos, crianças da escola pública, para passear, experiências colecionadas ao longo de mais de dez anos e que me inspiraram a desenhar este tema em suas muitas indagações: que lugares as crianças conhecem e desejam conhecer? Por onde circulam e com quem? Elas escolhem lugares? Há aqueles indicados e outros interditados? Que relações de pertença e/ou de segregação revela esse deslocar-se? O que pensam sobre a cidade e como se dá sua participação? E mais, o que é para o adulto passear com crianças? Que diálogos emergem desses passeios? Vale esclarecer que optei por não realizar esta pesquisa com um grupo formado a partir da escola, pelas dificuldades que encontrei ao longo do tempo em relação às demandas do calendário escolar, mas principalmente da mobilidade das crianças fora do horário regular escolar, tanto para passear, quanto para conversar sobre os passeios.

Procurando um lugar onde pudesse formar um grupo de crianças com mais segurança quanto à regularidade dos encontros, conheci uma instituição no XIII Congresso das Cidades Educadoras de 2014, e minha escolha de trabalhar com esta instituição (que passarei a denominar ONG, detalhando mais adiante os motivos de não trazer seu nome), situada no Complexo da

Mangueira, se deu pelo fato de ela, que há 18 anos atende crianças no contraturno escolar, já realizar ações com outros parceiros de pesquisa, inclusive sobre a cidade, me acolhendo nessa jornada.

Meu deus! Meu deus!  
 Se eu chorar não leve a mal  
 Pela luz do candeeiro  
 Liberte o cativo social

Incorporo esse grito da escola de samba Paraíso do Tuiuti que, assim como a Mangueira – ambas comunidades do mesmo Complexo –, em um desfile crítico neste ano de 2018, ecoou o estado de calamidade que vivemos em nossa cidade e em nosso país, após o golpe de estado que sofremos com o afastamento da presidente eleita em 2014, Dilma Rousseff. Crítico como a pulsão transgressora do carnaval em sua apropriação da cidade pelo povo, mas que há muito se perde pela mercantilização desta grande festa popular. Meus interlocutores da pesquisa, um grupo de dez crianças, entre 5 e 10 anos de idade, que frequentavam esta ONG me esclarecem, já em nosso primeiro encontro, sobre as muitas Mangueiras existentes nesse imenso complexo – embora no senso comum chamemos toda essa região de Mangueira:

Eu: vocês moram todos por aqui? Nesse bairro, na Mangueira?  
 Várias crianças falam: eu moro perto dela, eu sei onde ela mora ... moro no Tuiuti, muitos moram no Tuiuti ... ela é do mesmo beco de que eu...  
 Outros falam que moram na Mangueira: mas meu irmão mora no Tuiuti e eu moro na Mangueira ... minha avó mora no Tuiuti, e eu vou pra lá quase todo dia...  
 Eu: esse nome vem de que, é um pássaro? De onde vem esse nome?  
 Crianças: todo mundo bota esse nome ... é igual na bateria tia, tem Mangueira e Tuiuti!

Com a perspectiva teórico-metodológica aqui pretendida, não teria como não trazer o grito que denuncia o cativo social que faz perdurar novas formas de escravidão em nosso país, absurdamente naturalizadas. Inspirada notadamente em Mikhail Bakhtin e Walter Benjamin, autores que me ajudam a viver a pesquisa em sua dimensão dialógica e dialética, busco construir um campo de estudos cujo compromisso político convoca a encontrar seu eco social, implicando a aceitação do abalo de nossas certezas frente às tensões inerentes às relações humanas. Tensões que nos fazem pensar a verdade ocupando um lugar proximal no jogo identidade-alteridade, entendendo que a verdade é buscada na interação das relações humanas e participa de sua história, trazendo consigo um tempo e um lugar e, portanto, um contexto, e sua consequente incompletude. Pensar a verdade como acontecimento, onde todo *descobrir* traz em si o que fica *encoberto*, nos faz ver seu caráter inesgotável e nos provoca a reconsiderar nossos conhecimentos

prévios, em uma relação mais horizontal com o outro em sua singularidade, revelando-se aí o sentido político de uma educação que se abre à transformação, ao (re) nascimento.

O fechamento da ONG onde essa pesquisa se realizou se deu após a qualificação desta tese – evento que também sofreu com a calamidade do Estado, que afeta a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sendo adiada algumas vezes, retardando o momento que aguardava para voltar a encontrar as crianças, devolver a elas as análises realizadas e retomar a escuta e os passeios a partir daí, buscando outros vestígios encobertos. Mas, com esse fechamento, a opção foi retornar aos encontros de passeios e conversas já realizados tentando esse exercício de copiar, de que trata Benjamin (1995, p. 16), nos fazendo pensar sobre a experiência daquele que caminha pela estrada e daquele que a sobrevoa de aeroplano, problematizando meus sobrevoos e reparando mais o caminhar por essa estrada com as crianças, buscando desvelar mais seus adensamentos.

Considerando que, na perspectiva aqui pretendida, o vivido e o narrado pelo pesquisador traduzem-se sempre parcialmente em sua interpretação, mesmo reconhecendo esta incompletude, fica para mim o desafio de não desembarcar desse cordão, seguir na construção de um acabamento, sim, sempre inacabado, em suas complementações, rebatimentos ou desconstruções, na esteira da utopia cantada por outro samba enredo deste ano (2018), da escola de samba da Mangueira:

... chegou a hora de mudar...vem à luz a consciência que ilumina a resistência dessa gente bamba ... somos a voz do povo, embarque nesse cordão pra ser feliz de novo, vem como pode no meio da multidão ... vem, pode chegar... que a rua é nossa, mas é por direito!<sup>1</sup>

Penso que toda a minha trajetória como educadora é permeada por essa convocação política, dando-me conta agora da importância não só de refletir sobre as relações em jogo na luta pela cidadania como participação, como pela continuidade mesmo da luta, pois como alerta Benjamin (2012, p. 244), com palavras que tão bem nos servem hoje, “tampouco os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”. Assim, à instigante pergunta “o que você quer fazer existir com a sua pesquisa?”, incluo a luta mesmo desse existir no fluxo da ciência, da arte e profundamente da vida.

---

<sup>1</sup> “Com dinheiro ou sem dinheiro eu brinco!” Autores: Lequinho, Junior Fionda, Alemão do Cavaco, Gabriel Machado, Wagner Santos, Gabriel Martins e Igor Leal.

## 1 CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

O poeta deve compreender que a sua poesia tem culpa pela prosa trivial da vida, e é bom que o homem da vida saiba que a sua falta de exigência e a falta de seriedade das suas questões vitais respondem pela esterilidade da arte.

*Mikhail Bakhtin*

Desde as primeiras leituras da obra de Bakhtin, notadamente sua reflexão filosófica sobre a relação intrínseca entre arte, ciência e vida, sou afetada por suas palavras que indagam sobre nosso agir ético frente às questões dos diversos campos da vida. Suas implicações para a pesquisa, enquanto perspectiva política, remetem o pesquisador ao compromisso ético na produção de um conhecimento “válido e inserido no contexto”, expressão que dá título ao texto de Marília Amorim (2009), autora a quem recorreremos no que se refere à apropriação da filosofia bakhtiniana para o campo metodológico da pesquisa. “Válido e inserido no contexto” diz de um mundo de nomes próprios pensado por um sujeito singular que o assume enquanto ato, onde o pensamento deixa de ser abstrato e insere-se no contexto, adquirindo caráter de justiça.

Nesse sentido, a construção do objeto de pesquisa é também a construção de um pesquisador, de um pesquisar-se a si mesmo nesse trajeto onde vida e ciência se entrelaçam, por onde o reconhecimento da história, em sua dimensão cultural, é fundador de uma relação consigo mesmo e com o mundo, implicando aí o lugar dos valores e da ideologia nesse processo de conhecer. Desta forma, o tema de pesquisa emerge da singularidade de nossas experiências no campo da vida, atravessada pela dimensão social que a constitui, e retorna como ato de pesquisa, trazendo necessariamente nossa assinatura.

### 1.1 Infância e memória – Meio passo atrás

Ao me deparar com o desafio de delimitar uma rota de pesquisa para pensar os passeios em diálogo com a cidade, buscando de maneira mais arguta minhas questões, vou sendo provocada a cruzar este tema também com minhas experiências na cidade, antes de tentar reparar

outros cruzamentos possíveis, puxando o fio de minhas memórias cariocas, onde a vizinhança com as favelas sempre esteve presente.

Nesse mergulho chego até a rua da minha infância, percebendo nesse lembrar que a rua era onde me perdia e me achava na vida. A minha rua e os lugares no seu entorno, especialmente aqueles onde nós, crianças, podíamos ir sozinhos, e aqueles onde não se podia ir, até chegar à permissão para dar a volta ao quarteirão e poder atravessar a rua larga até a padaria, ritos de passagem significativos na época. O terreno baldio, onde só podíamos ir acompanhados, era nossa grande floresta, e a suposta casa mal-assombrada, onde não podíamos entrar, eram lugares que desafiavam nossa coragem quando nos dispúnhamos a transgredir essas regras. Essa rua da minha infância, no bairro do Leblon dos anos 60, era de paralelepípedo, com poucos carros, muitas árvores para subir e pequenos muros onde escalar, prédios baixos e muitas casas para tocar a campainha e sair correndo.

Aprofundando esse mergulho, vejo meu pai entrando no mar comigo para depois da arrebatada das ondas, onde ficávamos um tempo – que minha infância insiste que era infinito. Ele adorava nos levar para passear na cidade e viajar, e nunca esqueci uma longa viagem que fizemos num *fusca* até o Rio Grande do Sul, as malas caindo do capô do carro, eu enfiada num buraco atrás do banco traseiro, vendo a paisagem correr pelo grande vidro. Minha mãe gostava mesmo de ficar em casa, mas me deixando revirar a sala do avesso com minhas cabanas de cadeiras. Percebo hoje nessa lembrança que a cidade, por muito tempo, foi esse lugar onde vivi a fronteira facilmente transposta entre a casa e a rua, bastando para isso pular o muro baixo da varanda do térreo onde morava.

Sempre me vi como uma criança mais “de rua que de casa”, numa época em que as ruas do meu bairro convidavam ao brincar e ao encontro, tanto dos adultos, quanto das crianças. Um olhar construído, talvez, porque a casa estava lá. A casa, lugar do abrigo e da confiança, e a rua, que nos impele a ir. Somente agora, com as primeiras “enxadadas cautelosas e tateantes na terra escura”, como propõe o conceito de história de Benjamin (1995, p. 239), percebo na minha história o lugar da casa, esse lugar de confiança para retornar da rua. É por essa relação com a memória que, como a terra, deve ser revolvida em suas muitas camadas, que busco aqui trabalhar esse conceito como esse escavar, pois é preciso “assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho, e mais, fornecer uma imagem daquele que se lembra” (Ibid.). A cidade da minha infância, suas memórias e valores construídos nessa história, me levaram a olhar a rua

como movimento de vida e liberdade, de conhecer-se e desafiar-se. Penso também que o lugar que meu olhar sobre a cidade ocupa – lugar de criança na rua – deve-se à espacialidade<sup>2</sup> do meu bairro à época, favorecendo essa fruição. E, talvez por isso mesmo, estas experiências tenham me instigado a tentar revivê-las com as crianças, indagando seus sentidos hoje.

As festas na rua também são lembranças caras. A festa de São João na praia, organizada com a vizinhança, onde cada rua tomava o seu pedaço de areia para montar uma grande fogueira e a brincadeira era apostar qual delas durava mais. Outra festa marcante era a de Ano Novo, quando toda a família vinha em casa para irmos à praia molhar os pés, pular as ondas e ver as mães de santo a rezar, cantar e dançar. Dia de celebração e comunhão no escuro da noite, iluminada somente pelas velas nos buracos de areia, numa festa que nesse dia unia favela e asfalto. Isso porque esse lugar da minha infância era rodeado de favelas – Vidigal, Pinto, Cantagalo, Pavão, Pavãozinho e Catacumba. Tínhamos, com essa vizinhança, variadas experiências. Para muitos eram lugares perigosos, para mim eram lugares curiosos, de festas e amizades, e também de muita coragem de viver.

Rememorando a infância em diálogo com o tema da pesquisa, trago duas imagens que me dizem dessa tensão entre o perigo alardeado pelos adultos e o impulso curioso, este que me moveu ao longo da vida até minha experiência como professora, em uma escola na favela. A escada de terra que subia no morro do Vidigal, em visitas com a escola de freiras onde estudei por nove anos, me abriu um espaço social no Vidigal, onde passei a frequentar aniversários e muitos batizados. Eram escadas por onde se levava de tudo naqueles tempos, e que me fascinavam pela sua firmeza e pela técnica de sua construção de barro. Tão firmes, mas também tão precárias, quando, em dias de temporal, viravam uma cachoeira assustadora.

Outra imagem marcante na memória é a da cidade vista da janela do carro, lugar protegido e, ao mesmo tempo, tão próximo do mundo, uma televisão em movimento que me encantava. Camarote no teatro do mundo, imagem emprestada de Benjamin (2009, p. 59), lugar burguês do espectador por onde me afetava com imagens de pessoas a pedir dinheiro, vender coisas ou tentar lavar os vidros das janelas, o que sempre incomodava os familiares. Penso que

---

<sup>2</sup> Segundo Aguiar (AGUIAR. Espaço, Corpo e Movimento: notas sobre a pesquisa da espacialidade na arquitetura, *Revista Arqtexto*, pag. 74 a 95, 2006), o conceito de espacialidade se refere ao grau de encadeamento de dois elementos da arquitetura; o espaço e o corpo ou ainda, detalhando, a forma do espaço e o deslocamento do(s) corpo(s). O conceito de espacialidade, portanto, abrange os conceitos de espaço (geometria) e movimento (topologia). O reconhecimento da arquitetura, a partir da espacialidade, ao posicionar-se na mão contrária da tendência dominante das arquiteturas espetaculares, repropõe os valores essenciais de uma arquitetura como arte social.

esses incômodos, e seus comentários, deviam despertar ainda mais a curiosidade da criança que se interessava pela vida lá de fora. E hoje, rememorando aqui, vejo que essas experiências me fazem entender sobre um lugar fronteiro que venho habitando, lugar onde as fraturas sociais vão se delineando para a criança que as repara.

Essas fraturas reservadas na memória, as tensões a que elas me remetem hoje, parecem registradas na obra “Rua de Mão Única” (BENJAMIN, 1995), notadamente em “Infância em Berlim”, onde Benjamin coloca em cena sua infância, rememorada do lugar burguês que ocupava, não para idealizá-la ou condená-la, mas como uma experiência com a infância. Benjamin traz, nessa experiência, duas questões que me acompanham neste trabalho: seu conceito de história, entendido como abertura e inacabamento na realização de trilhas não percorridas, em contraponto a uma concepção de história acabada e linear, à qual se refere como a história dos vencedores; e a ideia de que a infância, em sua fraqueza e desajustamento, indica a incompletude humana e sua conseqüente necessidade de repensar o lugar da verdade nas relações humanas.

Benjamin, ao rememorar sua infância nesses escritos, com acurada observação da materialidade de seu mundo, “descobre onde brotavam brinquedos, nozes... o mercado de natal, outra coisa: a pobreza”. Aqui Benjamin nos oferece pistas sobre essa ideia da rua como lugar da pobreza, descoberta pela criança da casa, quando narra a noite de natal, que traz à criança rica as janelas natalinas que continham “tudo aquilo que os pobres calam” (Ibid., p. 121), pois de seu bairro de proprietários diz ele,

[...] permaneci encerrado sem saber da existência dos outros. Os pobres – para as crianças ricas de minha idade – só existiam como mendigos. E foi um grande avanço em meus conhecimentos quando comecei a entender a origem da pobreza na ignomínia do trabalho mal remunerado (Ibid., p. 125).

O autor nos desafia a ver, nesses fragmentos, a potência da memória e da imaginação na busca de uma linguagem “fora do poder”, na infância do homem, mergulhando na própria linguagem, numa experiência poética estranha ao seu funcionamento habitual. Segue sua memória burguesa, passada junto à família, mas sempre alertando que “nunca podemos recuperar totalmente o que foi esquecido [...], pois deixaríamos de compreender nossa saudade” (Ibid., p. 104). À precariedade da memória é preciso misturar poeira das moradas demolidas, a fim de deixar sobreviver os vestígios perdidos, ensina sua filosofia. Uma tensão entre a casa e a rua, podemos ler nesses seus escritos já no exílio, talvez ciente de não voltar a ver mais sua cidade

natal, fragmentos desse dentro e fora: “quando me postava em frente da janela de meu quarto aquecido, lá fora o turbilhão da neve me contava coisas em silêncio” (BENJAMIM, 1995, p. 113); mas também a casa e os livros, esse lugar do íntimo, “contavam histórias que à janela me haviam escapado” (Ibid.).

Benjamin retorna a esses lugares que criamos para guardar o que encontramos como reserva de memória e utopia, “as ternas recordações da infância [...], fôrma onde se criavam meus sonhos” (Ibid.). Lugar vivido na infância em sua potente convergência da poesia com as coisas por onde a criança ouve e cheira a paisagem, “experimenta a vida das coisas e pode ainda se penalizar delas” (Ibid., p. 80). O conhecimento do mundo vem, assim, do “aroma da maçã servida nas manhãs de inverno” (Ibid., p. 84), “das distâncias que podem ser mais distantes e do tempo que permanece no olhar” (Ibid., p. 82), do tato que faz “entrevista com as guloseimas antes que a boca saboreasse sua doçura” (Ibid., p. 87).

Vamos acompanhando o quão compenetrado e sério é, para a criança, o trabalho de comungar com o mundo, tendo que realiza-lo “tingindo-se de acordo com a paisagem na janela [...], ora chamejante, ora empoeirada, ora esmaecida, ora suntuosa” (Ibid., p. 101). E o sentimento pelos lugares mais desolados, ermos, onde descobre neles as feições do porvir,

rincão profético... lugares que têm esse poder... sítios abandonados... copas de árvores acuadas contra o muro, becos sem saída ou entradas de jardim onde ninguém jamais se detém e onde a criança podia ficar com a testa grudada àquela grade, por dias a fio, sem... cansar... (Ibid., p. 94).

No primeiro fragmento de *Infância em Berlim*, Benjamin (Ibid., p. 73) nos convida a um passeio ao parque da cidade que revela a tensão de seu método desviante quando diz que “perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta, requer instrução”. O olhar desavisado e tateante é aqui requerido nessa arte de assombrar-se, em que “o nome das ruas deve soar para aquele que se perde como o estalar do graveto seco” (Ibid.). Nesse parque revisitado pela memória da infância, Benjamin parece condensar as ideias que desenvolve adiante, desde a descida em busca dos ecos do passado, à descoberta do mais notável nos lugares banais, a luz ambígua no “entre” das coisas, pistas que o olhar infantil traz à cena enriquecendo-a com seus desvios.

Coisas que só rememorando se consegue abarcar, diz o autor, ideia implicada em seu conceito de história (BENJAMIN, 2012, p. 250), pois onde “o historicismo apresenta a imagem eterna do passado, o materialista histórico faz desse passado uma experiência única”. É nesse

sentido que *Infância em Berlim* não é relato autobiográfico, mas o resgate de uma memória expandida até as marcas da própria experiência histórica. Não da memória recuperada do autor, mas da memória da criança burguesa na cidade de Berlim, o que, na perspectiva de sua historiografia, reflete uma dimensão social e política. É nesse sentido também que dialogo com esses fragmentos, percebendo um caminho por onde fui tentando expandir minhas memórias no desenho do tema da pesquisa.

Voltando ao fragmento onde o autor “descobre a pobreza”, vemos a criança já a buscar libertar-se da mãe nos passeios, quando diz que “adotara mesmo o costume de ficar sempre meio passo atrás” (Ibid. p. 125), a fim de ganhar as ruas, “nas quais, aparentemente, não sabia se orientar”. Aqui a rua revela-se também lugar “infelizmente ilusório – de abjurar minha mãe, sua classe e a minha” (Ibid.). “Ficar meio passo atrás...” (Ibid.), uma imagem delicada para dizer do exercício que precisamos empreender a fim de ganhar a rua e crescer. Mas é preciso dizer que não abjuramos nossa classe social, e suas experiências nos constituem.

Penso que fui me aproximando das narrativas benjaminianas em afinidade com esse olhar burguês, pois afetada, desde as imagens da janela do carro às escadas de barro no Vidigal, incríveis e incertas, busco descortinar seus avessos. Mas como adentrar os avessos, ir além da superfície de um lugar, ainda que tensionado, de espectador? Nesse ponto, cabe indagar o quanto a representação de si mesmo – criança burguesa – remete à construção de uma identidade, tendo em vista a representação do outro – criança não burguesa. Indagação que me acompanha ao encontro dos meus interlocutores, os *outros* da minha representação, enfrentando o caráter plural e conflituoso do desafio de narrar, com eles, também sua história, pois se a experiência dos pobres é ainda hoje contada, em sua grande parte, pelos vencedores, *os não pobres*, é preciso profanar.

Profanar é o que nos provoca essa historiografia (BENJAMIN, 2012), pois, se o presente é uma construção e não mera continuidade do passado, é preciso escovar a história a contrapelo, clássica expressão deste autor que alerta à continuidade da história dita oficial. Escovar a contrapelo é alterar a história, ao arrancar a tradição de seu conformismo, revisitando o passado em busca de uma nova centelha de esperança. Oswald (2009, p. 113) traz esse conceito para olhar a experiência dos jovens cariocas das classes populares problematizando a questão:

A aproximação dos dois Rios numa constelação aleatória, que desfaz a leitura fixa [...] me impulsiona a interpretar a “pobreza da experiência” dos jovens cariocas, os

oprimidos de sempre [...] como salto revolucionário que, explodindo o continuum da história, os libera dos monumentos de cultura que são também monumentos de barbárie.

Foram precisamente alguns *saltos* que me acenderam a esperança, desde os primeiros passeios com as crianças, meus alunos, ainda sem intenção de pesquisa, quando o tema da cidade foi se delineando como questão oportuna na construção de outros sentidos possíveis, tal qual me provoca a historiografia benjaminiana.

## 1.2 Os primeiros passeios – Esfregando os olhos

Como professora de Educação Física em escolas públicas, onde trabalhei e trabalho, eu aprendi desde sempre a ter de criar um lugar, no espaço da escola, dada a dificuldade de espaço adequado para trabalhar o corpo em suas múltiplas possibilidades, o que sempre me despertou o interesse em buscar espaços abertos e mais desafiadores. Tanto em escolas, como em consultórios de psicomotricidade ou colônias de férias, a ida à rua era uma motivação, que se intensifica quando, morando no bairro da Lagoa, vou dar aula em uma escola bem próxima, situada entre as favelas do Cantagalo, Pavão e Pavãozinho – o Centro Integrado de Educação Popular Presidente João Goulart, mais conhecido como CIEP Ipanema.<sup>3</sup>

Ali se reavivou a lembrança dos sentimentos contraditórios que experimentei sobre a favela, um lugar que me encantava em tensão com um imaginário carioca, que desde seus primórdios, e até hoje, considera esse território para além de lugar de moradia de trabalhadores pobres, território de malandros – hoje se diz traficantes –, lugar insalubre da chamada “classe perigosa”.

O CIEP João Goulart fica na zona sul da cidade, entre os bairros de Ipanema, Lagoa e Copacabana, alguns dos bairros mais valorizados. Trabalhava neste CIEP com crianças que não via circular nas ruas e, principalmente, com uma turma do Ensino Fundamental (EF), meus primeiros parceiros nessas saídas, que não participava dos passeios escolares *porque não sabiam se comportar*, me dizia a escola. Mas como aprendo algo sem a experiência deste algo, me questionava? Fala-se da pobreza de experiências culturais dessas crianças, mas, confinadas em

---

<sup>3</sup> Os CIEP foram implantados inicialmente no Estado do Rio de Janeiro ao longo dos dois governos de Leonel Brizola (1983-1987 e 1991-1994). Os governos que se sucederam não deram continuidade a esse projeto político pedagógico, desvirtuando sua característica central de ensino integral entre outras. Nas palavras de Darcy Ribeiro, um de seus idealizadores, este era um projeto de escola rica para crianças pobres, que foi se descaracterizando. (RIBEIRO, D. *Livro dos Cieps*. RJ: Bloch, 1986).

espaços controlados “por fora” e abandonados “por dentro”, como tentar um novo olhar? Como se ver diferentemente? Como subverter o olhar do outro que lhes fixa na periferia dos lugares? Como puxar o fio do inacabamento do passado, liberando outras possibilidades ao confrontar o presente, se este não se expõe em suas contradições?

Assim, os primeiros passeios foram com estas crianças da escola, onde atuava na brinquedoteca, que funcionava em uma área extensa avarandada, debruçada sobre a Lagoa e a linda paisagem da praia, com o Morro Dois Irmãos e a Pedra da Gávea ao fundo. Eu me deslumbrava com essa vista e hoje gostaria de ter indagado como essa paisagem afetava as crianças que ali moravam. Sair para passear foi, em dado momento, buscar estas outras paisagens, para além desse espaço escolar que, então, se depauperava com a perda política do projeto dos CIEP e, ainda, desfrutar com as crianças desses lugares emblemáticos da cidade.

O primeiro passeio com a turma do CIEP Ipanema que mencionei, já então no 2º ano do EF, foi feito a pé pela orla da Lagoa até o Parque dos Patins e o Parque da Catacumba, trajeto que sempre fazia como moradora do bairro. Nesse caminho fui sendo apresentada pelas crianças a algumas árvores e suas frutas, e o clímax foi a subida no pé de Jamelão, onde se fartaram com aquela frutinha, oferecendo-a a todos que passavam por ali. Foi uma surpresa como conheciam aquelas coisas e, conversando com as crianças, soube que muitos parentes andavam ainda por esses morros do entorno da Lagoa colhendo frutas, como Jamelão e Jaca, para vender na feira. Assim, muitas lembranças de histórias contadas pelos mais velhos foram sendo tiradas do baú, histórias de um tempo em que a Lagoa pertencia aos antepassados de muitas delas, como no caso do Parque dos Patins, onde antes existia a favela do Pinto, e do Parque da Catacumba, antes favela da Catacumba.<sup>4</sup>

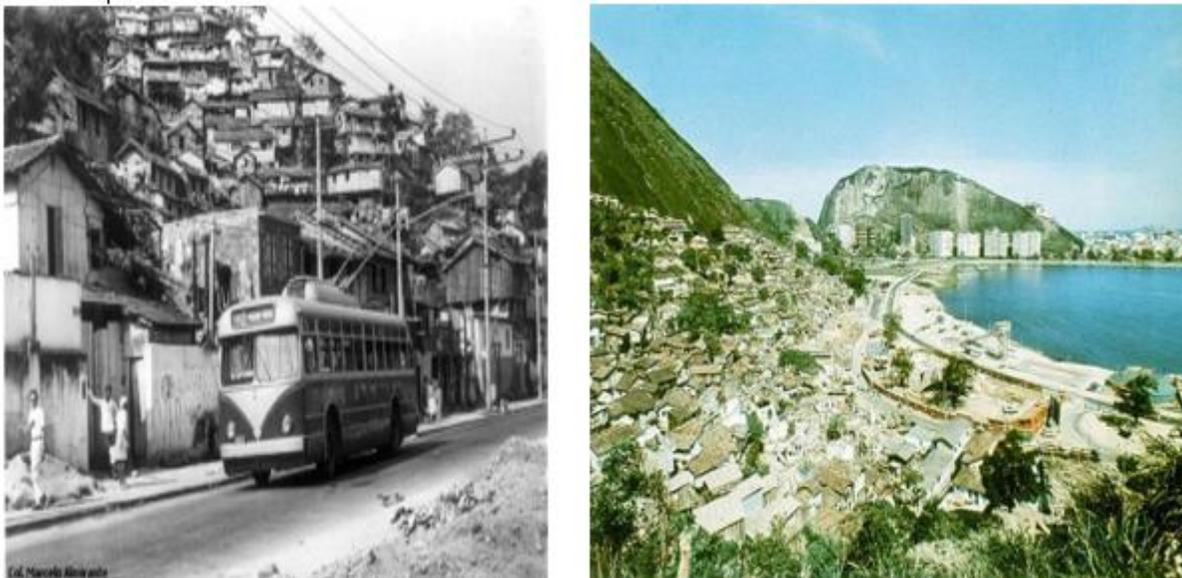
A favela da Catacumba é um lugar muito vivo em minhas memórias de infância, e ao revisita-la como parque com as crianças, esse lugar se torna abarcável numa visão de conjunto, como sugere Benjamin (1995, p. 35). Essa possibilidade o autor confessa ao narrar sobre “um bairro extremamente confuso [...], que anos a fio evitara, tornou-se [...] de um só lance, abarcável

---

<sup>4</sup> A década de 60 produziu, na cidade do Rio, uma verdadeira diáspora urbana com a remoção de aproximadamente 80 favelas e 140 mil moradores levados, principalmente, da zona sul para zona norte e oeste. Algumas favelas sofreram incêndio, como a primeira favela removida da cidade, a do morro do Pasmado em Copacabana, no contexto da política do governo de Carlos Lacerda, que prometia a extinção de todas as favelas da cidade, principalmente as da zona sul. A história se repetiu na favela do Pinto, no bairro do Leblon, uma favela no plano contígua às casas e prédios deste bairro que começava a se enobrecer socialmente, e que hoje é o metro quadrado mais caro do Rio de Janeiro. (LABORATÓRIO URBANO. Urbanismo Contemporâneo, PPG-AU/FAUFBA, Cronologia 1950 – 2000).

numa visão de conjunto, quando um dia uma pessoa amada se mudou para lá”. O afeto que expandiu seu olhar, penso, foi o que me acometeu nesse parque, lugar que me afetou desde criança e, ainda hoje me afeta, pela transformação radical sofrida, a qual testemunho agora ainda em seus múltiplos vestígios e histórias.

Figura 1 – Morro dos Cabritos com a favela Catacumba



Legenda: Vista da rua do morro à esquerda e do alto do morro à direita. Fonte: Arquivo particular.

Figura 2 – Parque da Catacumba hoje



Legenda: Vista da Lagoa Rodrigo de Freitas. Fonte: Arquivo particular.

É possível ver, na primeira imagem à direita, ao fundo, uma construção no plano mais inclinado do outro morro, uma grande pedra com altos prédios embaixo, onde se localizam as

favelas do Cantagalo, Pavão e Pavãozinho. Na época desta foto, esta construção era ainda um projeto não acabado de hotel de luxo dentro da favela, onde funcionava a boate Berro D'Água, que costumava frequentar com amigos para dançar. O hotel, nunca inaugurado, foi transformado por Darcy Ribeiro, no governo de Leonel Brizola, no Complexo Escolar CIEP João Goulart.

Quando fui trabalhar nesse CIEP, em 1988, voltei a morar no bairro da Lagoa, que nessa época já possuía muitas áreas de lazer e parques. Minha casa fica ao lado do Parque da Catacumba, continuação do morro dos Cabritos, onde encontrei, ainda nessa época, vestígios de casas e restos de fogões. Também o Parque da Catacumba manteve, por algum tempo, duas estruturas de antigas casas que contavam algo dessa história. Hoje, não mais encontramos esses vestígios da memória da favela no parque. Este é explorado atualmente por empresas de esportes de aventura que o apresentam em *sites* de divulgação como uma unidade de conservação ambiental, com bela vista da Lagoa!

Conta a lenda que era nessa encosta que os índios enterravam os mortos, antes da chegada dos portugueses ao Brasil. No início do século XX, o local já era conhecido como Chácara da Catacumba, pertencia à Baronesa da Lagoa Rodrigo de Freitas, que teria deixado em testamento suas terras para seus antigos escravos, que passaram a ocupá-la após sua morte. Os primeiros casebres surgiram na década de 30 e em 1942, com a chegada dos migrantes nordestinos, virou uma grande favela. Em 1964, Carlos Lacerda iniciou um processo de desmanche das favelas, removendo seus habitantes para “Conjuntos habitacionais”, como Vila Kennedy e Cidade de Deus. Em 1970, na gestão de Negrão de Lima, a favela foi removida e batizada de “Parque Carlos Lacerda”, em homenagem ao seu antecessor. A inauguração foi em 1979, pelo então prefeito Marcos Tamoyo. Depois da remoção da favela, o morro passou por um processo de reflorestamento e a natureza encarregou-se do resto (LAGOA AVENTURAS, s.d.).<sup>5</sup>

Apenas este *site* menciona mais detalhes da história do lugar, inclusive com informações da herança deixada aos escravos pela sua proprietária. A luta por essa herança é travada por um quilombo localizado em uma área do morro, numa região de classe média alta, chamada Fonte da Saudade. A expressão “conta a lenda” parece dar o sentido para a história dos habitantes primeiros desse lugar, do não oficial, fantasioso ou irrelevante para a memória que se quer guardar, nos convocando a indagar o sentido da recomendação de Lima Barreto (apud OSWALD, 2009, p. 118):

Não se pode compreender uma cidade sem os marcos de sua vida anterior, sem esses anais de pedra que contam sua história [...], quando eu me faço cidadão da minha cidade não posso deixar de querer de pé os atestados de sua vida anterior.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <[www.lagoaventuras.com.br](http://www.lagoaventuras.com.br)>. Acesso em: 03 nov. 2018.

Os atestados dessa vida anterior, como pontua Lima Barreto, como que dormitavam ali para mim, na sombra do presente, quando a subida no pé de Jamelão os faz despertar como um “passado novo”. E desde então, as imagens desse passeio não cansaram de me fazer *esfregar os olhos*, como provoca Benjamin (2009, p. 19), isso que nos acomete ao buscar o material esquecido e revolucioná-lo, segundo a dialética do historiador, e onde a verdade faz emergir uma temporalidade que envolve o que é conhecido, mas também aquele que conhece.

O primeiro passeio de ônibus aconteceu com essa mesma turma do CIEP ao Jardim Botânico, e foi assim resumido pelo menino: “foi só paz e amor, né?”, talvez tentando desconstruir o estigma de que sua turma não saberia se comportar na rua. As crianças se integraram com outras, de uma escola particular que lá chegou ao parquinho, e só tivemos problema com a funcionária do orquidário, que me perguntou se eles não iriam destruir as orquídeas! As crianças são as primeiras a perceber esta repulsa a elas e, ou se defendem agressivamente, ou se recolhem. Se o sujeito da experiência, como diz Larrosa (2008, p. 187) é um “sujeito ex-posto, ou seja, receptivo, aberto, sensível, vulnerável. Além de ser também um sujeito [...] que se deixa afetar por acontecimentos”, como ser este sujeito receptivo em um contexto que o rejeita?

Também na volta desse passeio nos deparamos com uma situação assim. Precisando descer do ônibus a alguns quarteirões do elevador que dá acesso à entrada da escola, a Beatrice Gmünder, que nos acompanhava como estagiária, observou que as crianças, quando saíram do ônibus no qual vinham cantando animadamente, se calaram – fato que eu não havia percebido. Quando indagamos sobre o motivo do silêncio, disseram: “as pessoas de Ipanema vão chamar a gente de favelado!”. O que fazer com isso? Insistir para que continuem cantando livremente, enfrentar algum transeunte descontente, expor as crianças ali? Quando tive oportunidade de passear com mais frequência com as crianças, comecei a observar as inquietações ao descer do ônibus e realizar um trajeto de apenas três ruas, até alcançarmos o elevador que nos levava ao CIEP, voltando ao alto do morro do Cantagalo. Era por sentirem o peso do estigma que sempre queriam voltar logo para a escola?<sup>6</sup>

Se a alteridade é o que nos constitui, se é o outro que diz quem eu sou, me perguntava o que dizem a escola e a cidade a essas crianças? Ser favelado, para além de morador da favela,

---

<sup>6</sup> No final do ano esse grupo me pediu para passear sem uniforme escolar e, a esta altura, já reparava os olhares desconfiados na rua. Muitas vezes éramos acompanhados de longe pelos seguranças dos lugares.

parece resumir as marcas que historicamente estigmatizam a pobreza – a falta de tudo. Nos via nesses passeios entre as duas margens desse “Rio, cidade maravilhosa”: de um lado, o estigma e a rejeição e, de outro, as imagens de alegria, descontração, interesse e convivência. Como superar essa partição, tencioná-la? A imagem da Lagoa como um lugar possível dos antigos escravos da baronesa me impulsionava!

Em outro passeio fomos, por sugestão dos professores do CIEP Ipanema, à cidade de Petrópolis, outro município do Estado do Rio de Janeiro, a duas horas de viagem da capital. A escola havia recebido termômetros para aulas de ciências e, dias antes do passeio, eu levei um mapa e anunciei muito enfaticamente ao grupo que teríamos que subir uma serra muitíssimo alta, com lindas montanhas que, de tão altas, iríamos perceber as mudanças de temperatura e tudo o mais. Algumas crianças simplesmente não apareceram no dia do passeio, soube depois, com medo de cair lá de cima das montanhas, disseram. Porque reagiram assim? Faltaram referências do que seria a subida da serra de ônibus? Mesmo morando em uma montanha, por onde sobem, seja de elevador, escada ou pela encosta do morro, os sentimentos relatados foram de medo. Mas quando insisti, vi também uma espécie de resignação, como se fosse natural perder o passeio. Algumas crianças que foram a Petrópolis passaram mal no alto da serra e tivemos que parar o ônibus, acalmá-las, pois sentiam que não estavam mais respirando! Interdição por um lado, auto interdição por outro, onde não me permito ir, não sei estar nesses lugares, não pertencem a eles?

Pertencer, sair de um lugar de confiança, seria condição para desejar saltar do ônibus e ganhar a rua e a cidade? Confiança que o adulto precisa reconhecer para a criança, o que muitas vezes parece não acontecer. Em um passeio ao Museu Villa Lobos para um concerto de violoncelo, percebemos a intensidade com que as crianças viveram a experiência e o receio de alguns colegas professores, que registraram em suas observações que “as crianças não têm aprendizado referente ao comportamento em ambientes de exposições!”. Esse é o nó de que trata Benjamin (1995, p. 18) no fragmento “Canteiro de Obras” sobre a preocupação dos pedagogos em apresentar e traduzir a cultura para as crianças, enquanto elas estão lá mergulhadas na experiência, a dialogar, como aqui nesse passeio, com o concerto, o autor e o violoncelo – figura enorme e destacada em quase todos os desenhos. Muitos deles, é verdade, escreveram “violoncellos”, uma homenagem a Villa Lobos, pensei: “o Fábio tocando violoncello foi maneiro; também gostei do violoncello e dos instrumentos do Heitor V.L.; as pessoas explicam tudo sobre o Villa Lobos e a música; há concertos maravilhosos no museu, muito bom de ouvir!”.

Quando fui trabalhar no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), levei o projeto da brinquedoteca com os passeios, que ali se integrou ao grupo de pesquisa “Aprender nas ruas”.<sup>7</sup> Realizamos passeios com alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental e da Pedagogia, e questões pertinentes à prática docente ganharam realce, revelando um currículo da cidade ao observarmos a leitura que as crianças faziam através das fotos que tiravam,<sup>8</sup> revelando cenas e imagens que não havíamos reparado, assim como o uso que faziam de lugares, ou não-lugares.<sup>9</sup> Um exemplo é a pista do aeroporto Santos Dumont, para onde eles nos levaram, saindo do Parque do Aterro do Flamengo, e que se transformou em um lugar de intensas brincadeiras e conversas sobre a cidade, enquanto observavam os aviões que decolavam e pousavam, depois de dar a volta pelas montanhas do Pão de Açúcar, o que possibilitou vivermos formas outras de educação “que podem ser trazidas para a escola a partir de passeios livres não escolarizados”.<sup>10</sup>

Ao longo dessas experiências, a *topofilia*, indicada pelos elos afetivos entre a pessoa e o lugar ou seu ambiente físico, foi se revelando uma chave para o que as crianças desejam na cidade. Percebemos isso quando as crianças falavam do Pão de Açúcar, mas “o pão de açúcar daquele dia que eu fui com meu bichinho preferido e minha blusa listadinha que amarrava aqui, sabe tia?” (fazendo gesto de amarrar a blusa na cintura); assim como a rua, “mas é a minha rua e a pracinha da minha rua!”. Após dois anos de passeios encerrados com este grupo, as crianças continuavam nos procurando na escola para passear, trazendo, a cada vez, uma nova lembrança dos passeios, o que instiga a pensar a relação da percepção e da memória na coexistência do passado com o presente, esta que pode mudar a paisagem no próprio movimento criativo de recuperá-la. Segui passeando e continuei encontrando, tanto a fruição nos lugares, quanto o medo de sair, ou seus desvios, a dificuldade de mobilidade, a escolha de lugares próximos e afetivos,

<sup>7</sup> “Aprender nas ruas – um projeto transdisciplinar de educação”, coordenado pela profa. Dra. Maria Beatriz Albernaz, é parte das atividades da disciplina “Estudos Interdisciplinares do Rio de Janeiro”, do curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro. Baseia-se na interação de saberes acadêmicos de áreas diversas, artísticos, da cultura popular e da indústria cultural; na realização de visitas pela cidade; e em debates teóricos, abrindo espaço para a formulação de propostas pedagógicas focadas na cidade como lugar de educação.

<sup>8</sup> Oferecemos ao longo dessas experiências três máquinas fotográficas e as crianças se organizavam em grupos para fazer uso delas.

<sup>9</sup> Na compreensão dos processos de organização espacial, estudiosos do assunto nomeiam “lugar antropológico” (Marc Augé), “espaço de dentro e de perto” (Magnani), “espaço dos lugares” (Manuel Castells), aquele espaço identitário e relacional, e de “não lugar”, “espaços de fora e de longe”, “espaço de fluxos”, o seu oposto. A questão que parece subjacente a essas noções é a de saber que transformações para o homem contemporâneo os “não lugares” provocam.

<sup>10</sup> Questão levantada pela aluna Anne Caroline do N. Silva, monitora nesses passeios do ISERJ, em seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre essas experiências: Cidade, Criança e Fotografia: uma proposta de educação lúdica pelo Rio de Janeiro. ISERJ, 2016, do qual participei como banca.

como a pracinha ao lado da escola, o que nos provoca a pensar também, tanto no elo afetivo como marca das escolhas das crianças, quanto no grau de conhecimento que elas têm acerca da cidade e seus lugares.

Avalio agora, revisitando esses relatos, que fui aos passeios com um olhar previamente construído sobre a *cidade partida*, esse arquétipo a que se refere Valladares (2000), tão naturalizado no senso comum carioca. Reflito que reitera-lo é o perigo de legitimar uma perspectiva que nada transforma, somente realça o contexto que nos aprisiona em classificações antagônicas, nos congelando nessa armadilha social. Que pistas nossos passeios podem nos dar que problematizem essa partição e seus estereótipos? Sigo o desafio que as crianças me apresentaram, desde os primeiros passeios, de aprofundar as leituras da cidade, problematizando diferentes formas de pertencimento, nesse exercício de *esfregar os olhos*, persistindo em liberar histórias culturais e políticas que precisam ser reconhecidas, renovando sentidos, alargando fronteiras e acreditando que a democracia requer memória histórica, ou seja, aquela possível de ser revisitada e contestada.

### 1.3 Repensar o presente – Acordar os mortos

A experiência de nossa geração: que o capitalismo não morrerá de morte natural.

*Walter Benjamin.*

Quando iniciei o doutorado, em 2014, ao olhar mais atentamente para a cidade, não pude deixar de reparar as avalanches remodeladoras, também chamadas de “enobrecimento estratégico”, para receber os eventos da Copa do Mundo (2014) e dos Jogos Olímpicos (2016), no Rio de Janeiro, seguindo alguns rastros que estabelecem aqui relação, não necessariamente com a favela da Mangueira, mas com o processo de gentrificação ou enobrecimento dos territórios da cidade, o que sempre afetou, quer pela remoção, transformações abruptas ou abandono radical, todas as favelas ou bairros desconsiderados pelo poder público elitista.

Partindo da provocação de Benjamin (2009, p. 1124) quando diz que “não há épocas de decadência, qualquer cidade para mim é bela”, o *páthos* de seu trabalho, na obra das “Passagens”, vemos a crítica ao conceito de progresso para a qual o autor sugere o conceito de atualização

como leitura não-linear. Benjamin perscrutava nesta obra as mudanças nas cidades desde século XIX, tendo Paris como referência, onde, inspirado na montagem surrealista, vê “sintomas de ruínas” (BENJAMIN, 2009, p. 1124) ao tentar compreender a modernidade através de sua concretude, “ruínas, antes e independentemente de seu desmoronamento [...] incapacidade paradoxal de criar o novo” (Ibid.). Segundo analisa Bolle (BENJAMIN, 2009), no posfácio desta obra, Benjamin realiza uma historiografia polifônica nesse trabalho inacabado das “Passagens”, trazendo concretudes topográficas e fenômenos estéticos do cotidiano na forma de uma constelação, onde as partes se relacionam por associações e relações, como se quisessem dar a ele a dinâmica movente da cidade.

Benjamin escreve esta obra sobre um mundo que está se transformando velozmente, respondendo ao avanço da representação coisificada da civilização moderna, engendrada pelo capitalismo, em que suas novas criações e novas formas de vida entram no universo de uma fantasmagoria. Recorrendo a Blanqui (Ibid.), profetiza que longe de libertar, esse novo fantasmagórico trará angústia mítica, pois o que a humanidade espera de novo revelar-se-á como uma realidade desde sempre presente. “Entronização da mercadoria e o esplendor das distrações que a rodeiam” (Ibid., p. 57). Não há como não comparar a Paris de Haussmann – “o artista demolidor” –, prefeito de Paris no final do XIX, à qual Benjamin se refere em sua crítica, com o que já vivemos no passado e novamente hoje no Rio como “cidade olímpica”. Com o embelezamento estratégico da cidade como enobrecimento, a expulsão dos pobres do centro, abertura de grandes avenidas para impedir as barricadas políticas de então, Benjamin vê a cidade desfigurar-se para seus moradores, que “não se sentem mais em casa, começam a ter consciência do caráter desumano da grande cidade” (BENJAMIN, 2009, p. 64).

No início do século XX, uma grande reforma em nossa cidade foi promovida pelo então prefeito Pereira Passos. Vemos, na análise de Delgado de Carvalho (1926; 1994, p. 98) sobre esta reforma, o espírito colonial colado em nós ao avaliar o desejo de embelezamento e saneamento da cidade “como o orgulho que deve ter o carioca quando recebe o estrangeiro”. Pode-se ler a obra de Carvalho como uma historiografia na qual a cidade é a história de seus governantes, história dos vencedores, diria Benjamin. O cronista da cidade, Lima Barreto (1995) criticava o prefeito Pereira Passos, que tanto se interessou pelo embelezamento da cidade, mas descurou de solucionar seus defeitos. Suas crônicas questionavam a República sobre esse “regime de fachada, ostentação e falso brilho” (Ibid.), construindo uma visão crítica da reformulação abrupta da

cidade à época, mas principalmente da desigualdade social que constituiu a cidade partida do Rio desde então: “precisamos combater o regime capitalista [...] dar a propriedade da terra a quem efetivamente cava a terra e planta e não ao doutor vagabundo e parasita, que vive na ‘Casa Grande’ ou no Rio ou em São Paulo” (Ibid.). Lê-se aqui, em relação ao Rio, o mesmo teor das críticas à Paris do século XIX, que vimos nas Passagens benjaminianas, na voz de Lima Barreto.

Essa intenção civilizatória, expressa nas tentativas de enobrecimento da cidade, parece refletir o sempre atual desejo de nos livrarmos desse complexo de colônia: “o Senhor Rio Branco cismou que havia de fazer o Brasil grande potência, conhecida na Europa [...], dotar a capital de avenidas, de boulevards [...], e a pobre gente entre a febre palustre e a seca implacável”, denuncia Lima Barreto (Ibid.). Empurramos para debaixo do tapete da casa grande as mazelas da pobreza e suas consequências, continuando a nos fazer colônia de nós mesmos, meia cidade moderna, meio não cidade. Bem que o cronista alertava para que “abandonemos essa vassalagem [...], as modas dos “americanos” [...], contra a corrente geral” (Ibid.). Assim, passou-se já um século!

E os moradores das favelas veem chegar as novas-velhas intervenções militares, travestidas de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), uma mesma velha história de nossa cidade, marcada por conflitos e ambiguidades, não cessando com o modelo de militarização urbana, essa guerra que atinge exemplarmente os mais pobres e desprotegidos da sociedade, à qual assistimos e sofremos cotidianamente. Como não ser afetada por essa leitura a olhar a concretude da cidade e colecionar seus indícios e fragmentos? Como hoje está se transformando o mundo nesse início do século XXI, particularmente a cidade do Rio de Janeiro, em sua atual avalanche remodeladora?

O Museu do Amanhã, projeto do Rio Cidade Olímpica, desde sua inauguração em 2016 é, para mim, um exemplar contemporâneo de *esplendor de distração*, e por isso o trago aqui para esta reflexão. Uma obra monumental, erguida na região conhecida nos primórdios da cidade como “Pequena África”, por ter sido porta de entrada e moradia de milhares de escravos, território de uma das primeiras favelas carioca, a Providência, antes chamada Favela,<sup>11</sup> ocupada por soldados negros e mulatos vindos da guerra de Canudos e sem lugar para morar na cidade. Chama atenção, no encarte turístico oficial da prefeitura<sup>12</sup> que se intitula “O amanhã é hoje”, um congelamento no tempo presente. O ponto de partida do *tour* proposto no encarte por essa região

---

<sup>11</sup> BARCINSKI, F.W. *Favela*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

<sup>12</sup> VISIT.RIO MAGAZINE, jan. 2016, 01, Riotur.

recém-remodelada é o próprio Museu do Amanhã, para “se conhecer as transformações atuais e imaginar cenários possíveis para os próximos 50 anos”. O Observatório do Amanhã segue a apresentação do encarte,

Cumpra a missão de ser um grande radar que capta informações... de grandes produtores de conteúdo [...] MIT [...] Google e Nasa, [...] torna-las compreensíveis para os visitantes... tendo como eixo ... as oportunidades e ameaças para a sociedade nos próximos 50 anos (Ibid., p. 41).

A aparência exuberante do Museu do Amanhã, a remodelação do cais do porto em “Porto Maravilha”,<sup>13</sup> qual seu avesso? Como resistirá a pequena África a essas intervenções?

De certo ângulo, a construção deste museu me dá a ver um esqueleto saindo da Baía. Como se saltasse de um passado sem fala, para um futuro que tudo quer dizer, a imagem de um presente desencarnado. Hartog (2006) fala desse “presentismo” – um presente onipresente – como descompromisso com o presente, em que o dever de memória traveste-se em abuso monumental, imprimindo o olhar distanciado do turista que vê o outro de seu enquadre próprio, acentuado ainda pela ausência da história dos lugares. O autor interroga o contemporâneo a partir das ideias de memória e patrimônio, como sintomas de nossa relação com o tempo, levantando a questão: “um novo regime de historicidade, centrado sobre o presente, estaria se formulando?” (HARTOG, 2006, p. 265).

O monumento, segundo Gastal (2006), assim como a praça e o palco, é uma das matrizes que alimentam a ideia de cidade como lugar que impõe olhar e ser olhado, e que na contemporaneidade passa a exigir uma diversificação de cenários na perspectiva também do lucro e do consumo, pois o que antes acontecia no espaço público vai se transformando em espaços que tendem cada vez mais ao privado. O Museu do Amanhã, ancorado na poluída Baía de Guanabara, reflete essa “shoppinização” do presente, que precisa ser bem embrulhada para espectadores e consumidores de seu conteúdo. Pensando na leitura do quadro *Angelus Novus*, de Paul Klee, o qual Benjamin (2012, p. 245) traz em sua reflexão sobre o conceito de história – o anjo a olhar para trás as ruínas do passado, mas impelido por uma tempestade que o arrasta irresistivelmente para frente, o futuro, tempestade que Benjamin nomeia de progresso –, arrisco a dizer que o Museu do Amanhã já nasceu ruína de onde, um dia, teremos que acordar os mortos.

“Acordar os mortos e juntar os fragmentos” (Ibid., p. 246), pois o presente “mercadoria” de que falamos aqui não confronta o *tour* de favelas pacificadas, oferecido no encarte oficial da

---

<sup>13</sup> Nome cunhado a partir desta obra de remodelação de toda região do cais.

prefeitura – mencionado acima –, com o real das favelas e das remoções em favor do enobrecimento da área urbana da vez. As favelas ali já aparecem como atração turística, ao lado de Pão de Açúcar, Corcovado e outras na seção *Tours Especiais*, em que lemos: “os passeios permitem que as pessoas entendam a favela a partir de uma simples troca, de uma conversa de alguns minutos [...], interagindo com o espaço e as pessoas que lá residem” (Ibid., p. 25). Estas atividades possivelmente trazem algum benefício monetário mais imediato à comunidade, sobretudo através do comércio de artesanato, como anuncia outro *tour*. O teleférico é outro exemplo que reflete contradições, ora pensado como passeio turístico – olhar a favela do alto e de longe é seu espetáculo –, ora servindo ao transporte de moradores, quando funciona.

O conceito benjaminiano de história (BENJAMIN, 2012) faz a crítica do apelo ao futuro que nos impele indefinidamente ao progresso, nos fazendo desaprender da luta. Pois se a luta dos moradores das favelas, como a Pequena África da Providência, deveria se alimentar da imagem dos antepassados escravizados, para ver nessas imagens a possibilidade de seu inacabamento, como recorrer a ela se esta é apagada da história? Esse tempo que não sofre as mazelas de seu próprio tempo, estas que não são nem mencionadas e das quais estaremos protegidos pelo *grande radar* desse admirável velho mundo novo, não é o contemporâneo de que trata Benjamin.

O contemporâneo que busca vislumbrar as sombras do presente é aquele que sofre o seu tempo, pois só assim pode responder às suas condições. Não um marchar sempre para frente, mas uma arqueologia do que, no presente, não podemos viver, em um processo incessante de volta às origens, sem nunca as alcançar. “Uma origem que não está fora da história, mas que garante um olhar não saudosista para o passado e um mirar o futuro sem esperanças outras que não a própria capacidade de repensar o presente” (AGAMBEN, 2009, p. 22). Repensar o presente, descobrir o véu que transforma a cidade em paisagem, onde no refúgio da multidão, singularidade e familiaridade, se esmaecem, provoca Benjamin (2009, p. 62), pois seria mais cômodo dizer que tudo é feio do que se esforçar para extrair a beleza do presente, nos convida sua historiografia.

Um grande desafio frente à complexidade do mundo contemporâneo, em suas dinâmicas cada vez mais porosas de inclusão/exclusão, fronteiras que se metamorfoseiam, mas que parecem não mexer na lógica dos guetos/anti-guetos, impulsionada por forças “desurbanizadoras” que se nutrem da desigualdade extrema, que não cessa de crescer. A primeira vítima da cidade privatizada é a alteridade, diz Caiafa (2007, p. 25), argumentando que a força criadora das cidades vêm da ocupação coletiva da rua. “É a mistura urbana, a concentração e a circulação, o

contágio em plena rua que garantem nossa presença e nossa liberdade de circular e, portanto, nossa relação ativa com a cidade” (Ibid.). Parece ser esta a ideia da “aventura própria das cidades”, trazida pela autora com Deleuze e Guattari, como a possibilidade de escapar do que estes autores chamam de axiomática capitalista, pois “se as cidades antecipam o capitalismo, dando chance ao seu aparecimento, elas também o conjuram em algum grau” (Ibid., p. 125). Aventura como um devir que precisa experimentar alteridade, fronteiras flexíveis e não muros fixos que abrigam identidades fechadas, cujo risco seria produzir diversidades pacificadas em guetos espaciais e relacionais, pois,

[...] a aventura própria das cidades só vinga se é possível produzir o coletivo...o capitalismo pode suportar ou mesmo exigir alguma heterogeneidade, mas encaixada, desativada... garantir o coletivo, lugar onde o imprevisível pode trazer a diferença, é condição fundamental para essa aventura (Ibid., p. 128).

Se nos humanizamos no encontro com o outro, como promover encontros em espaços públicos de convivência abertos a todos? O que podem nos dizer nossos passeios, o que negam e afirmam, e quais seus pontos cegos e suas contradições? Estas questões, desde o primeiro *rolé* pela Lagoa com as crianças, me fizeram seguir passeando com este grupo do CIEP e de outras escolas públicas, provocada a reparar os entrelaçamentos éticos e estéticos nesse exercício de conhecimento de si e do outro, de sociabilidade e cidadania. A questão da desigualdade e a utopia de superá-la foram se delineando como questão, para empreender esta trajetória na relação entre vida, arte e ciência.

#### 1.4 Sobre passear na cidade – A esperança militante

Ainda vão me matar numa rua.  
Quando descobrirem,  
principalmente,  
que faço parte dessa gente  
que pensa que a rua  
é a parte principal da cidade.

*Paulo Leminski*

*Criança na rua*, o primeiro título que atribui a esta tese gerou um fértil debate sobre que possibilidades têm, hoje, as crianças de estar na rua. Esse título foi inspirado na estação dedicada à criança no Museu da Maré, onde, em meio às imagens de crianças brincando na rua e a exposição de brinquedos, lemos o cartaz: *criança na rua é ruim, e a brincadeira onde fica?* Na mesma comunidade, no jornal comunitário *O Cidadão*, uma pesquisa (LUNA, 2014) encontra como justificativa para a maioria dos projetos sociais de atendimento às crianças, a importância de tirá-las da rua, como lugar perigoso e não educativo. A institucionalização da criança e a ideia de que a rua é lugar de perigo continuam fortes, apesar da imensa maioria dos estudos sobre o direito à cidade reforçarem a importância da ocupação dos espaços públicos.

Neste processo, vou me dando conta de refletir sobre a polissemia da palavra rua e sobre o que fui chamando, ao longo das experiências com as crianças, de passear. No dicionário Aurélio (HOLANDA, 1986) encontra-se rua com sentido, tanto de lugar para exhibir-se, como de lugar da ralé ou da plebe. Assim como arruar, “em Machado de Assis (Brás Cubas), é vadiar, e em Mário Sete é ostentar, quando diz que hoje não se sabe arruar direito. Anda-se, ou melhor, corre-se pelas ruas” (Ibid.), ou ainda arruaceiro, que tanto é o vadio, como aquele que arrua, conversa e brinca na rua. Quando penso a luta pela cidadania no fluxo da vida, a rua me traz o sentido da poesia de Leminski, como a parte principal da cidade que, em sua espacialidade, enseja a liberdade de movimento em oposição aos sistemas de controle redutores de ambiguidades. Mas a rua traz também esse sentido de lugar do perigo, dos que não têm casa, do povo de rua.

Sair com crianças desde a escola para ganhar a rua, ainda que seja para dar um *rolé*, uma volta pelo seu entorno, como fiz em minhas primeiras saídas com meus alunos, estas saídas são comumente nomeadas de passeios. Talvez pelo viés elitista que a ideia de passear comporta e sobre o qual falaremos adiante, talvez para realçar o sentido de atividade pedagógica em contraponto à conotação de perigo que mencionei acima, ainda que os sentidos da palavra passeio nos dicionários, em sua maioria, remetam ao deslizar ocioso, divagar, vagabundear, distrair-se, ou mesmo dialogar como amigo da *pólis*, tal qual os passeios socráticos. Desde o início de nossas saídas da escola para a rua uso o termo passear da mesma forma que as saídas/passeios escolares de um modo geral, e as crianças se apropriam dele ao se referir da mesma forma. Não saberia dizer se usam outros termos em suas saídas de casa com familiares ou amigos, pois nas conversas da pesquisa formulei mesmo perguntas como “em que lugares e com quem você *passeia* na cidade?”, usando a mesma expressão, ao que elas me responderam também assim.

Desde os primeiros passeios com meus alunos, reparava leituras de mundo que estes provocavam tanto em mim, como observadora e mediadora, como nas crianças, e colecionando essas observações formulei, em 2007, um projeto chamado “Ônibus da Esperança”,<sup>14</sup> conseguindo um financiamento para pagar o transporte e iniciar uma rede de passeios com outras escolas do município e do Estado do Rio de Janeiro. Sigo com este financiamento para os passeios desta pesquisa, o qual nasceu da parceria com Beatrice Gmünder, que fazia formação docente em Appenzell, cidade da Suíça alemã, e que recebi como estagiária na brinquedoteca do CIEP Ipanema. Uma das motivações que levou Beatrice a propor esta parceria foi oferecer às crianças possibilidades de passear no cenário carioca que a encantava como a paisagem que rodeava este CIEP, exibida em jornais, revistas e televisão de todo o mundo como algo conhecido e de domínio público, mas que muitas crianças da escola não frequentavam, como seria esperado pela sua vizinhança.

Da experiência lúdica que discutíamos na brinquedoteca surge a ideia de um ônibus para circular mais pela cidade, sair do seu lugar para voltar conhecendo mais a sua geografia, alargando o pertencimento à cidade. O conceito de passear foi pensado, a princípio, como esse circular, afastar-se nos/com os lugares, divertir-se neles e com as diferentes pessoas, ter possibilidade de viver outros momentos, sensações e sentimentos sobre si, sobre o outro e sobre a vida. Assim, passear foi ganhando o sentido de esperar. Uma utopia, não com sentido de algo a esperar, mas a perseguir, como atesta Esteban Krotz (2011) sobre a obra de Ernst Bloch “*El principio esperanza*”: “una visión del mundo en proceso que sigue una tendencia de humanización posible pero no garantizada y por principio necesitada de la acción humana, más en particular, de lo que Bloch llama optimismo militante”. Por isso, à parte de todo um rico debate que o termo “esperança” suscita, me aproximo militante dessa esperança como *un proceso abierto y siempre en peligro de no lograrse*, como diz Krotz (Ibid.), processo que se desenha desde as primeiras experiências de ir para a rua com as crianças, quando a desigualdade era vivida como a própria interdição de ir, e no enfrentamento de tantas outras desigualdades, como necessidade urgente de cultivarmos um mundo humano para todos, no que pese o encolhimento do humanismo tal como o idealizamos até hoje.

---

<sup>14</sup> Uma ação não institucional, sem fins lucrativos, financiada pelos moradores da cidade de Appenzell, no *Facebook*: Bus der Hoffnung/ Ônibus da Esperança.

Quando Schelle (2001) escreve o livro “A arte de passear”, no final do século XVIII, o tema “passeio” deixava de ser atividade feita exclusivamente à nobreza, mas voltava-se ainda para uma elite refinada ou uma burguesia ascendente, que começava a ganhar a cidade. “Os outros estão cansados demais pelo trabalho para poderem tomar parte nesse prazer”, diz Pierre Deshusses (apud SCHELLE, 2001) na apresentação do livro. Os trabalhadores cansados não tinham acesso a essa arte, uma vez que são eles que a sustentam, pois, como diz Benjamin (2009, p. 146), sem trabalhadores, não se tem “a infra-estrutura econômica do tédio ideológico das classes superiores”. Percebemos, assim, nas observações de Schelle (2001) sobre essa arte, um elitismo e certo idealismo quanto a *flanar* nas paisagens da cidade, pois segundo dizia o autor, era preciso ser culto para usufruir o passeio, andar sem se cansar, pairar acima das coisas ou mesmo “preferir a primavera e o outono” (Ibid., p. 113), como teoriza sobre os benefícios de passear nessas estações.

Flanar como o passeador filosófico entediado a caminhar “a esmo como tartaruga” (BENJAMIN, 2009, p. 467) vai se tornando mais difícil na modernidade, e em uma cidade cada vez mais cortada pela velocidade, comunicação, grandes construções e multidão. Na teoria da modernidade de Baudelaire, atesta Benjamin, o homem da multidão “assume os traços do lobisomem a vagar inquieto na selva social” (BENJAMIN, 2009, p. 467), pois a multidão é já a massa que se coloca como um véu diante do *flâneur*, e sua decadência “o estado selvagem do homem urbano, obtuso animal urbano” (Ibid., p. 477).

Com a perda da “aura”, esta que via o real como o belo acabado e pronto, e que marca a passagem à modernidade nesta visão, nos perguntamos se há possibilidade de fazer emergir o espaço do jogo como resistência e experimentação de outros modos de flanar? Como passear com crianças filhas da classe trabalhadora que ainda sustenta a *flanerie* de nossas elites? Perseguir a utopia de um flanar contemporâneo como direito à cidade, implicado ainda em recuperar para todos o direito de passear na multidão, nos labirintos da cidade contemporânea?

O direito à cidade parece requerer essa atividade que o *flâneur* desempenha como um detetive a farejar na história a cidade e a cidade na história. A imagem do labirinto contém o desejo de chegar – a utopia – e o risco de não chegar – o mito. Transformar em práxis a dimensão utópica, eliminando sua dimensão mítica, não recusar o sonho em nome da realidade, montar na

cidade empírica a cidade sonhada, é a análise que Rouanet (1992)<sup>15</sup> traz a partir do projeto benjaminiano da obra das “Passagens” (BENJAMIN, 2009), como um despertar para a ação, esta que é para Benjamin “a irmã do sonho” (Ibid., p. 456). Instigada por essas questões, desejo situar a ideia de passear fora do idealismo elitista de Schelle (2001), mas admitindo buscar um flandar que “se caracteriza pelo interesse renovado no universal e mundano, por tudo que acontece fora de seu quarto”, como diz Gagnebin (2005, p. 142) sobre esse novo “homem do mundo”, e que na criança revela sua relação intrínseca com o real.

Nos passeios de Schelle (2001, p. V) a aura que parece ainda estar na própria nobreza que passeia pelos jardins, “lugares de representação reservados onde é importante ser visto”, como que desloca-se para a paisagem quando estes passeios “tornam-se pouco a pouco lugares de passeios da burguesia, onde já não se passeia para ser visto mas para ver paisagens serenas [...] refúgio ao olhar e ao coração” (SCHELLE, 2001, p. V.). Mas a perda da aura exige nova sensibilidade, nova atitude existencial frente ao mundo que se transforma.

Quando Benjamin (2012, p. 208) reflete as novas formas de arte pós-auráticas, como o cinema, por exemplo, ele traz a oposição diversão/concentração, que talvez nos sirva aqui para pensar a mudança em nosso flandar na multidão:

[...] quem se recolhe diante de uma obra de arte mergulha dentro dela e nela se dissolve, como ocorreu com um pintor chinês, segundo a lenda, ao contemplar seu quadro acabado. A massa dispersa, pelo contrário, faz a obra de arte mergulhar em si, envolve-a com o ritmo de suas vagas, absorve-a em seu fluxo.

Como a arquitetura, diz Benjamin, enquanto um exemplo mais evidente. Flandar com essa nova percepção seria não somente entrar na paisagem, mas ser penetrado por ela em suas múltiplas formas e construções, como analisa Gagnebin (2017, p. 24) a partir das reflexões de Benjamin sobre a transformação incessante da cidade, “onde não há mais um herói positivo, mas é a rua, o coletivo, a cidade que tomam a palavra” (Ibid.). Há, sim, um pedestre, porém, “menos contemplativo e ocioso que o flâneur, entregue aos estímulos visuais da rua e das propagandas, ao barulho do trânsito e dos gritos, que tropeça e esbarra em outros pedestres ou em obstáculos” (Ibid.). Benjamin (2012, p. 207) diz dos perigos existenciais mais intensos com os quais se defronta o homem nessa mudança perceptiva, “a mesma que experimenta o passante, numa escala

---

<sup>15</sup> ROUANET, S.P. Dossiê Walter Benjamin, Revista USP, no. 15, 1992. “É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela?”.

individual, quando enfrenta o tráfico, e como as experimenta, numa escala histórica, todo aquele que combate a ordem social vigente”.

Repensar o presente nesses novos tempos, descobrindo a cidade, parece exigir refletir essas mudanças arriscando seus perigos, assim como suas possibilidades. Não há mais o conforto de escolher o outono ou a primavera para passear, há corpo que se cansa na urgência da correria e atropelo da multidão, e experiência erótica de se deixar atingir, afetar. Há também *momentos* de festa, como sugere Henri Lefebvre (2001), de suspensão da correria, de experiência estética que não prescinde da liberdade para se envolver e jogar com a polifonia do mundo. Seria nessa tensão, na ambivalência entre o encontro e o risco, na suspensão da correria ou em sua imersão na multidão, que nos fazemos passeadores desses novos tempos?

“Como entrar na cidade e ser da cidade a cidade, e não apenas representar a cidade em seus simulacros, armadilhas e seduções?”, pergunta a Carta das Cidades Educadoras (apud ALBERNAZ, 2011),<sup>16</sup> e nos perguntamos aqui, em aproximação às iniciativas não formais, como pode ser pensado o projeto do ônibus da esperança. Nossos passeios nasceram na brinquedoteca e suas ações foram desenhadas a partir daí, tendo o lúdico como horizonte.

Bousquet (1987), em sua obra sobre as teorias e práticas lúdicas, trata do impulso lúdico como fundamento da cultura, e dos jogos como aprendizagem do desejo – não um desejo sério, mas desejo de apetite de viver. Desejo cuja satisfação recai sobre si próprio, criando a possibilidade mesmo de desejar. Para Bousquet, o impulso lúdico dá à espécie e ao indivíduo evidente vantagem no processo de seleção natural. Quem tem o hábito de explorar ao acaso seu ambiente, estará mais bem preparado para enfrentar situações imprevistas, admitindo a ideia paradoxal de que o progresso e a cultura têm uma origem lúdica. Brougère (1995, p. 104), no livro “Brinquedo e Cultura”, problematiza a questão da garantia acerca da aquisição de conhecimento no terreno do lúdico, afirmando ser este um “paradoxo da brincadeira, espaço de aprendizagem cultural fabuloso e incerto”. Se pensarmos a educação enquanto práxis, em oposição à educação reduzida a uma técnica, trata-se antes de deflagrar um processo que de assegurar um fim, o que seria a negação da possibilidade de mudança, de transformação.

Na obra “A Formação do Espírito Científico”, Bachelard (1996) diz que o homem é, ao mesmo tempo, razão e imaginação. Para ensinar o aluno a inventar, é bom mostrar-lhe que ele

---

<sup>16</sup> ALBERNAZ, Bia. Carta das Cidades Educadoras (28/8/2011). Disponível em: <[www.cidadeeducativa.blogspot.com](http://www.cidadeeducativa.blogspot.com)>. Acesso em: 03 nov. 2018.

pode descobrir, afirma. É a imaginação que nos faz mergulhar na profundidade das coisas e descobrir as forças vivas da natureza, diz o autor, para quem o homem é este ser que tem o poder de despertar as fontes! O lúdico revela sua força neste impulso da curiosidade, um espaço vivo, onde a regra e o desejo se encontram para viabilizar a realização da ação no real. Permitir e dar espaço a esse descobrir é, aqui, fortalecer o compromisso da educação com a vida e com sua reinvenção, instigando nossa responsabilidade ética e fortalecendo nossa capacidade de ação política implicada com a vida e afetada por ela.

O passeio é, nessa perspectiva, pensado como possibilidade educativa, na qual o impulso da curiosidade busca o conhecimento, na interação com o acontecimento. Nesse sentido, brincar na e com a cidade é ter a chance de aprender a desejar-la esteticamente, percebê-la como minha cidade, meu lugar, em uma atitude existencial de fortalecimento da cidadania, desde os pequenos momentos, encontros e lugares, que vão desenhando meu pertencimento como *ser da cidade*. E aqui aproximo a ideia de “ser da cidade a cidade” ao habitar, a que se refere Lefebvre (2001) quando atribui a este o sentido original da vida, de apropriação, de um valor de uso com o sentido de obra.

O pediatra e psicanalista Winnicott (1975, p. 138), em sua teoria do brincar, nos fornece uma referência para pensar a ideia de pertencimento. Uma questão que perpassa toda esta teoria, a saber, “sobre o que de fato versa a vida” (Ibid.), traz a hipótese de que as experiências culturais estão em continuidade direta com a brincadeira, de que fruímos a cultura, “se tivermos um lugar para guardar o que encontramos” (Ibid.). A fábula “O menino que colecionava lugares”, de Jader Janes (2013), narra o conflito do menino que encerra os lugares que vai conhecendo em sua velha lata de manteiga, com medo de que escapem. Como o mundo vai ficando vazio de lugares, o menino decide libertá-los, vendo, com espanto, que os lugares permanecem colados a seus pés e em todo o seu corpo, pois “se lugar é gente, gente é lugar”! Esse lugar “em que vivemos e permanecemos a maior parte do tempo enquanto experimentamos a vida” (WINNICOTT, 1975, p. 145), seria nessa visão o espaço potencial que depende da experiência que conduz à confiança.

Revelando a confiança como base para o sentimento de pertencer, os passeios são uma oportunidade para viver e observar situações que podem inibir ou fortalecer a confiança, a fim de potencializar o pertencimento como condição de cidadania. É também Winnicott (Ibid.) quem ensina o caráter de uma observação atenta: que nem invade o sujeito, o que acontece mesmo com a intenção de protegê-lo, mas muitas vezes o inibe em sua ação voluntária e ativa; e nem o

abandona, em uma atitude que, supondo favorecer ampla liberdade, perde a interação que amplia a experiência. Benjamin (2002) também reflete sobre a observação chamando atenção para a ação coletiva infantil, coletividade que se forma no exercício mesmo de ser coletivo, alertando que não se trata, aqui, do adulto não estar envolvido pelo que acontece ou se envolver como administrador, a influir moralmente sobre as crianças, mas antes, como influência que traz novos conhecimentos e desafios.

Hanna Arendt (2014) me faz ver o avesso do sentimento de pertencer ao tratar do desamparo político que se apresenta como um estado em que não haveria mais espaço para o desejo. A política seria, para esta autora, a redenção da futilidade dessa condição de desamparo e a *pólis*, esse lugar desejanço do outro, do amor ao mundo e da paixão pela liberdade, espaço público que, ao prover uma realidade partilhada, cuida, por assim dizer, da própria continuidade da vida humana enquanto história e memória. Os significados da vida pública provêm da importância de ver e ouvir diferentes ângulos, considerando identidade na diversidade. Ao problematizar o declínio do mundo comum, da comunidade entre os homens na era moderna, Arendt (2014) pontua que esse declínio ocorre na tirania, mas também na moderna sociedade de massa, na qual somos incitados a aderir a um só aspecto, uma única perspectiva de realidade. A consequência desta forma de tirania seria o desamparo político. O que se assiste na era moderna, pontua Arendt (2014, p. 310), é um encolhimento do tempo e do espaço, menos através de meios de transporte mais rápidos ou instrumentos de medição que abolem as distâncias, e mais pelo,

[...] encolhimento infinitamente maior e mais eficaz resultante da capacidade perquiridora da mente humana [a qual] só pode funcionar quando o homem se desvencilha de qualquer envolvimento e preocupação com o que está perto de si.

Não queremos nos desvencilhar do que está perto, nos é caro como pertencimento, pois é a partir do espaço próximo, desde a casa, que podemos ir à rua e ampliar nossa percepção do mundo. A casa, a janela – o conhecido, a fronteira. E a rua – o perigo, o desconhecido, mas também, numa mistura de sentimentos, a esperança. O cronista das ruas, João do Rio (2008), escrevendo sobre a cidade, no início do século XX, fala da cultura janeleira do carioca urbano, em um tempo em que ainda não havia a televisão. Suas crônicas parecem se colocar à janela da cidade, referindo-se a estas como lugar de esperança: “a janela oferece fuga do lar sem dele precisar sair [...], impõe uma fronteira, início e fim do doméstico” (Ibid., p. 09). Este lugar que “oferece a fuga do lar sem precisar sair” (Ibid.), foi um sentido que, em minhas observações,

atribui muitas vezes ao lugar que nosso ônibus e suas janelas ocuparam em muitos passeios. Fronteira que protege do medo dos espaços abertos, um sentimento que presenciei em muitos passeios, e que pode ser pensada como cisão, corte, mas também ligação, que se estabelece entre um dentro e um fora. João do Rio parece buscar, com suas crônicas, abrir janelas para ler a cidade, onde a rua, “ora musa moderna ora musa-povo, renova-se como a própria vida. Para ele a rua inventou o garoto!” (Ibid., p. 31). E, para ler sua alma – essa transformadora de línguas que inventa palavras –, “é preciso flunar, ser vagabundo e refletir [...], ter o vírus da observação ligado ao da vadiagem” (Ibid.).

Outra inspiração para os passeios é o trabalho da arquiteta Mayumi Lima (1989, p. 09), que discute com educadores e arquitetos, tanto a precariedade, quanto o processo de dominação e domesticação no uso dos espaços, notadamente para as crianças de classes pobres: “a tirania do desenho e o espaço dele decorrente surgem [...] quando o usuário passa a ser o trabalhador anônimo das cidades e campos”. Esta arquiteta acredita na escola como espaço de reconquista dos espaços públicos e populares, “a reconquista requer rompimento da escola/prisão/fortaleza e sua transformação na escola/prça/parque” (LIMA, 1989, p. 100), trazendo, ainda, o conceito de “lugar-cidade encontrado na atmosfera que as relações ajudam a estabelecer” (LIMA, 1989, p.13). Tentar essa *escola/prça/parque* movida pela ideia da cidade como brinquedo, utopia nascida dessas reflexões em diálogo com as primeiras experiências de passear com as crianças, como lugar de intimidade, proximidade, reconhecimento, diálogo e encontro, foi um caminho de construção dessas experiências, quando esse *lugar-cidade* foi se delineando desde a perspectiva topológica com que as crianças vivem os espaços, ampliando as possibilidades de leituras da cidade.

A parceria com o projeto de pesquisa “Aprender na rua” ajudou a pensar pontes entre a escola e a cidade ao discutirmos, na formação de professores, a troca de conhecimentos e saberes formais, não-formais e informais como disposição de múltiplos modos de ler o mundo. Debruçar-se sobre leituras da cidade, dos elementos de sua linguagem própria e dos sentidos do conhecimento que já se têm a seu respeito, despertaram reflexões sobre o passeio como exercício de leitura, enquanto reconhecimento das diferenças, no processo de atribuição de identidades de si mesmo com os outros da cidade, assim como a imaginação de outras cidades possíveis. “Aprender na rua no ônibus da esperança” foi uma iniciativa nesse campo de articulação escola-cidade-educação, saindo para passear com crianças e alunos de Pedagogia (ISERJ) a fim de

refletir sobre essa relação: a cultura da participação infantil, visando fortalecer seu pertencimento social, aliada ao adulto educador em formação pedagógica, participante também de experiências formadoras de desenvolvimento de seu poder cidadão de ler a cidade. Ler a cidade e pensar a escola como também um dispositivo da *pólis*, com quem dialoga em encontros e desencontros e cujas fronteiras demarcam linhas móveis, já que estamos sempre em trânsito, refletindo sobre ambas, rompendo com o medo que separa uma da outra, como parte do paradigma que separa vida e arte ou arte e trabalho.

Apresentamos essa experiência no Congresso Internacional de Cidades Educadoras,<sup>17</sup> e lá ouvimos muito que a cidade são as pessoas, sobre a importância dos territórios de convivência, dos espaços públicos para um desfrute coletivo, da presença viva da cultura popular e a questão central da igualdade de direitos. Quanta desigualdade nós podemos suportar, foi uma questão norteadora das discussões, e mais, como discutir a desigualdade a partir de pequenos projetos? Em que medida nossos passeios podem fazer isso? Na contramão de propostas emancipadoras, vimos também ali muitos projetos nos quais o fantasma da educação compensatória parece assombrar, nos instigando a refletir como agir localmente com valores de colaboração, como fazer da participação um valor transversal na educação? Como recuperar o sentido de implicação política de quem participa?

Resultados parciais apresentados no Congresso por uma pesquisa realizada pela Universidade Autônoma de Barcelona, na Espanha, revelaram que as pessoas dizem não se sentir capazes de participar politicamente, basicamente por falta de conhecimento e informação. Porém, flinando pelas ruas de Barcelona, vimos manifestações de cultura popular, como os Castellers ou as Danças Sandineiras, reunindo muita gente de todas as idades numa confraternização dançante e brincante. Se estas são organizadas pelos próprios participantes, como tenta ainda sobreviver nosso carnaval de rua, nos perguntamos como não nos sentir capazes de agir politicamente? Não seriam, estas reuniões festivas, ações políticas onde nos afetamos, encontramos os diferentes e nos emocionamos na igualdade do sentimento de querer ser feliz, que todos buscam? Estaria aí uma chave para relacionar a rua, a educação e a política? Ou, visto a grande força conservadora das instituições, podemos estar correndo o risco de, ao levar as crianças para passear, escolarizar a cidade? Numa perspectiva política de porosidade entre educação e cultura, podemos ver a

---

<sup>17</sup> Disponível em: XIII Congresso Internacional de Cidades Educadoras. Caderno de Resumos do XIII Congresso... Barcelona, 2014.

experiência criativa de suspensão na cidade brincar com o *continuun* da história (BENJAMIN, 2012) e instalar uma nova origem – a cidade como brinquedo de crianças, adultos velhos e revelhos – de todos nós?

Estas experiências e reflexões me aproximaram do tema da relação entre cidade e educação, isto é, a vocação da cidade como ambiente educativo. Bernet (1993) traz três dimensões dessa relação – o aprender na cidade, da cidade e a cidade. O aprender na cidade seria a trama de acontecimentos diversos, cuja resultante educativa se produz pela ação em sinergia desses processos, tais como museus, parques, brinquedotecas, considerados como ofertas não só ao tempo livre, mas também como contraponto à rigidez escolar, “desconectada de seu entorno imediato” (Ibid., p. 181). O aprender da cidade, vista aqui como agente educativo e fonte geradora de formação e socialização, com sua densidade de encontros humanos, o entrelaçamento de elementos culturais, a criatividade e a aquisição de informações, cujo elemento mais emblemático seria a rua, escola da vida tão cantada em verso e prosa. Bernet (Ibid., p. 185), citando Moles, diz que a cidade ensina a cultura em mosaico, “compuesta de contenidos dispersos, sin orden ni jerarquia epistemológica, de aspecto aleatório” (Ibid.). Na rua, a aprendizagem da criança, ou do jovem, se dá entre iguais e entre gerações, em um ambiente não especializado ou não projetado especificamente para eles, o que favoreceria a experiência mais direta com o mundo vivido social. Nesse sentido, a rua seria um meio de educação informal ambivalente, como vimos, ou seja, tanto para o bem, quanto para o mal. E o aprender a cidade que, em uma perspectiva educativa, seria aprender a ler a cidade, promovendo uma atitude participativa, “ya que la ciudad no es un objeto de conocimiento externo... sino un objeto con el que se encuentra directa y vivencialmente implicado” (BERNET, 1993, p. 190).

Penso que os passeios do Ônibus da Esperança transitam por essas três dimensões, mas a ideia do aprender da cidade, ou *aprender na rua*, a percebo como um impulso no qual invisto mais, ainda que hoje a rua tenha perdido muito da vibração da calçada, como disse João do Rio no início do século passado. De fato, sofremos um progresso desde esses tempos que redirecionaram o uso das ruas à função quase exclusiva de circulação. É o que sinaliza Lima (1989, p. 92) dizendo que “a criança terá de encontrar nas novas condições urbanas aqueles espaços permeáveis onde seja possível o jogo e a brincadeira que envolva os companheiros da mesma idade e observar o mundo adulto”. Em pesquisa feita nos anos 80 junto às crianças da periferia de São Paulo, esta autora encontrou ainda a rua como território da infância para as

crianças moradoras de favelas e cortiços e a falta desse mesmo território para aquelas já confinadas nos pequenos apartamentos populares.

Também na década de 80, em pesquisa com crianças cariocas, Arno Vogel (1995, p. 07) problematiza que “com o tempo, ninguém mais se sente dono do que está fora dos limites da propriedade particular”, perguntando-se como fica a gradação da relação casa e rua em sua dinâmica complementar. Brincar na rua, diz o autor, “não é só brincar na cidade, é brincar com a cidade” (Ibid., p. 126), é experimentar a mistura profanando a pureza das classificações, é colocar-se na escala do cotidiano como ator mais do que como espectador. O que talvez nos interessa refletir é que “os moradores da cidade não se sentem mais em casa”, como também observou Benjamin (2009, p. 64) em sua crítica ao progresso através do enobrecimento especulativo da cidade de Paris. E, assim, também desde a pesquisa de Vogel (1995) e cada vez mais intensamente nos dias de hoje, essa dinâmica complementar não cessa de se alterar, encolhendo o espaço próximo da rua, que vai perdendo seu caráter de espaço público de desfrute e apropriação, e a propriedade vai se afirmando sobre a apropriação.

Rua como metáfora, e uma provocação sim, como atitude com a qual saímos deixando que aconteça a experiência, que brotem daí as inquietações, onde um pensamento não sobre as coisas, mas aberto *por* e *com* elas, tanto revela o mundo como o seu mistério. Sem hegemonia da racionalidade, mas em uma relação pedagógico-poética, no encontro entre razão e sensibilidade, aprender na rua é poder espantar-se e também reconhecer seu próprio processo de aprender (ALBERNAZ, 2008). Em um estado brincante de suspensão, que nos tira do relógio e busca promover novas experiências sem abrigo do conhecido, aprender na rua consiste em abrir-se para a possibilidade dessa travessia ao novo, ao que não se sabe, ou ao que não se sabe que se sabe.

Abrir-se à experiência, conceito trazido de Benjamin (2012) para pensar formas artesanais de nos darmos tempo para sentir, criar e dialogar. Experiência como viagem ao desconhecido e oportunidades, pontes. Entrar na cidade e ser da cidade a cidade (CIDADES EDUCADORAS apud ALBERNAZ, 2011) parece requerer essa temporalidade da aprendizagem do desejo para ir ao espaço aberto, de um ler e ler-se nesse espaço desde o *lugar-cidade* até a criação de novos sentidos. A fruição lúdica seria, aqui, o terreno onde pode acontecer o afetamento mútuo que significa a experiência com os outros com quem passeamos e os outros que encontramos no caminho. Afetamento mútuo tão crucial na luta contra a desigualdade, nos fazendo refletir quanto

às possibilidades do passeio como tática de descongelar a alteridade, repensando os estereótipos das identidades no encontro com a diferença.

Vejo em Freinet,<sup>18</sup> em sua proposta de *aula passeio*, uma afinidade quanto ao impulso de ir à rua em vista de uma escola que desejamos transformar, e em nossa empatia com a natureza e a vida em comunidade. Mas não estou certa quanto ao que esperar das experiências de passear. Enquanto Freinet voltava à escola promovendo estudos a partir das experiências dos passeios, daquilo que observavam e interessava às crianças, penso que minha expectativa sempre foi a da experiência em si, enquanto desejo de ir a seus enfrentamentos existenciais. Porém, com o tema da cidade ganhando espaço no campo da educação escolar pode-se pensar essas pontes férteis entre iniciativas formais e não formais que ajudem a corporificar a cidadania como lugar de enfrentamento e participação. A pesquisa de Tavares (2003, p. 219) é outro exemplo que me reaproxima do desejo de alargar a escola com a vida ao defender uma “alfabetização cidadã comprometida ética, estética e politicamente com a cidadania dos ‘socialmente pequenos’”, pensando um “currículo urbano” (TAVARES, 2003, p. 132) como aprendizagem cotidiana na interação escola cidade, e uma vez que estas são instâncias fundamentais para a formação de subjetividades na contemporaneidade.

---

<sup>18</sup> Célestin Freinet desenvolveu uma proposta pedagógica que buscava a relação da escola com a vida, tendo na “aula passeio” uma de suas atividades.

## 2 OS INTERLOCUTORES DA PESQUISA – CRIANÇAS, INSTITUIÇÃO E TERRITÓRIO

A questão da alteridade é fundante de uma concepção de Ciências Humanas onde a verdade é o enfrentamento constante de suas contradições inseridas nas práticas sociais. Mikhail Bakhtin (2010) é o autor que ajuda a pensar o lugar da verdade como lugar ambíguo entre identidade e alteridade. A alteridade da infância seria, a partir desta perspectiva, a diferença, outra medida de saber-poder, o outro de nosso saber, algo que se descobre na escuta, no cuidado do acolhimento, na experiência do encontro como imagem poética e aproximação. Acolher essa proposição, como reflete ainda Hanna Arendt (2014), requer questionar a ideia de verdade como algo exterior, enquanto modelo positivo que dá sustentação às práticas técnicas, avessa à incerteza como afirmação totalitária de fabricação do futuro.

Exotopia e dialogismo são dois conceitos extraídos da obra de Bakhtin (2003) sobre a estética do romance, e que, transpostos na construção da pesquisa inscrita nesta concepção, colocam a interação em evidência. O outro, parceiro da pesquisa, é um sujeito que tem voz e é também alguém que, nesse encontro dialógico, altera o pesquisador, decorrendo daí a riqueza desse encontro alteritário como próprio objeto de pesquisa. Nesse ponto começa o nosso não-saber, nosso desconforto, mas também a possibilidade de novas descobertas, na interação. O conceito de exotopia empregado nesse contexto diz respeito a um excedente de visão, o que vejo do outro que ele mesmo não pode ver. Na pesquisa, essa possibilidade é a busca do pesquisador em tentar captar o olhar do outro, olhar desde o lugar que o outro ocupa e retornar ao seu lugar, a fim de dar acabamento, desde sua perspectiva, ao que ele vê. Segundo Amorin (2004), a exotopia, a dissimetria, a descontinuidade são expressões de alteridade em oposição à ideia de identificação. A dissimetria mesma, no interior do sujeito pesquisador, entre esse sujeito autor do texto e aquele que lá está escrito – entre aquele que fala e aquele que, no exercício do distanciamento da escrita e da análise, busca formas de encontrar a verdade, não na empatia, mas na descontinuidade. E ainda, em se tratando de pesquisar com crianças, cabe enfrentar mais uma complexidade da relação alteritária que se coloca aí presente assumindo, entre outras questões, uma visão de infância que considera que a criança, na singularidade de seu lugar social, precisa participar politicamente da dinâmica da vida social que afeta a todos nós.

Meus interlocutores nessa pesquisa são crianças moradoras de favelas da zona central da cidade, uma escolha que somente neste processo de escrita percebo como saída de um território mais familiar, as favelas da zona sul, e que se revelou potente como experiência de estranhamento desde um novo lugar de encontro, principalmente considerando seus conhecimentos e escolhas de lugares onde passear, muitos deles desconhecidos para mim. Amorim (2004, p. 26) fala de um exílio deliberado como possibilidade de encontrar as dissimetrias, “rastrear e interrogar as modalidades de relação de alteridade na produção do saber da pesquisa”, considerando os limites dessa tentativa e suas impossibilidades como princípios mesmos da pesquisa. São muitas as relações de alteridade em jogo, tanto geracional e, assim, também de lugar enunciativo, cultural e de classe social, onde, de todo modo, o outro, aqui as crianças, são desde sempre “sujeitos a conhecer”. E refletindo sobre essas questões, a dissimetria que funda essa relação alteritária é desafio presente em nossas diferentes possibilidades de diálogo.

## **2.1 Chegando ao campo – Quem é Mangueira levanta a mão!**

M. Eduarda (7), Halana (8), Rafael (6), Gabriel S. (8), Mateus (7), Carlos (9), Sarah (10). Desse grupo inicial, o Gabriel S. só participou de dois encontros e depois chegaram o Gabriel C. (6) e sua irmã Carol (5), que participaram de encontros de conversa e de dois passeios, e o Melque (10), que não estava no grupo organizado inicialmente, mas participou de dois passeios, quando faltaram crianças e houve sobra de lugar no transporte. Todos esses, que considero aqui meus interlocutores na pesquisa, moram no chamado Complexo da Mangueira, na zona central da cidade, limite com a zona norte. Estudam em escolas municipais da região e nossos encontros aconteceram no contra turno escolar, na ONG no morro da Mangueira, onde fazem atividades de jogos, rodas de conversa, apoio escolar, brinquedoteca e passeios. A escolha do grupo foi feita pela coordenadora da instituição, segundo o critério explicitado por ela: *os mais falantes!* Um critério que funcionou nas conversas, pois muitos se empolgaram com o gravador que registrava as falas, mas que possibilitou também momentos de silêncio, como aconteceu muito com o Rafael, outros momentos em que os gestos falaram mais, como com o Gabriel C., momentos mais difíceis de traduzir, mas todos muito ricos quando nos debruçamos com nossas perguntas nesse exercício de encontrar o outro que é o ato de pesquisar.

Reservei-me o cuidado de não mencionar o nome desta ONG que me disponibilizou o encontro com as crianças, pensando em ter mais liberdade para trazer as crianças em sua inteireza e com seus verdadeiros nomes, uma vez que não tenho a autorização direta das famílias ou responsáveis, mas apenas da instituição. De toda forma, a instituição garante que as famílias, ao inscreverem os filhos, concedem essa concordância, uma vez que esta realiza pesquisas e publicações também com outros parceiros. Meu contato com esse espaço de atendimento às crianças do Complexo da Mangueira se deu em um Congresso, como dito na apresentação do trabalho, quando conheci o trabalho social que realizavam há 18 anos com objetivo de escutar as crianças e jovens moradores sobre seus desejos e problemas.

Antes do primeiro encontro com as crianças, apresentei a proposta para a equipe e a coordenação da Instituição. Cabe dizer que, como acontece em outras relações institucionais, me senti, ao longo dessa jornada, em um lugar ambíguo entre ser e não ser parte, desde a espera na entrada da casa da Instituição, junto às crianças, aguardando a abertura para o segundo turno de atividades, a impossibilidade de acessar as famílias, à forma de organização e mediação nos espaços de conversa e passeios. Fomos acompanhados por uma monitora que, não participando da discussão do projeto, tinha uma mediação que conflitava algumas vezes com nossa proposta, mas a quem devo o retorno dos passeios em lindas imagens feitas por ela, me ajudando a revivê-los por essa linguagem, pois eu mesma não dava conta da interação e da tomada de fotos. Apenas no último passeio fui sozinha com as crianças ao Parque Madureira, sem saber ao certo porque isso aconteceu e porque não pude levar outras crianças que lá estavam interessadas, como aconteceu em outros dois passeios.

A impressão que tive da relação das crianças com a Instituição é que esta tem um papel similar ao da escola, pela forma como se organizam e são mediadas pelas responsáveis, pelo espaço regular de convivência e acolhimento, questões que pretendo retomar adiante, analisando suas implicações frente ao desafio da participação das crianças. Por outro lado, quanto à liberdade de expressar suas opiniões nas conversas, percebi que as crianças, talvez por conta dos exercícios mais constantes das rodas de conversa, trazendo ao debate questões do cotidiano e a participação em pesquisas, se sentiam livres para falar.

Cabe destacar que os contatos com a Instituição foram entrecortados no ano da pesquisa de campo, em 2016, tanto pelas férias prolongadas das Olimpíadas do Rio, quanto pela situação de crise que se instalou após esse evento, gerando cortes de gastos, cancelamento de muitas

atividades e remanejamento da equipe. Vivemos, ainda, desde o final de 2016 e início de 2017, muitas outras impossibilidades de encontros, decorrentes do aumento da violência na comunidade e da continuidade desta crise, o que impossibilitou a retomada dos encontros e passeios, culminando no fechamento da ONG em definitivo, no final de 2017.

A escolha de não citar o nome desta Organização Não-Governamental também se deve a estas questões sobre a participação das crianças nos encontros, e que não puderam ser mais bem discutidas pela interrupção abrupta do trabalho, pois não foi mais possível, após a qualificação da tese, reencontrar as crianças ou ter acesso a seus endereços ou telefones. Compreendo o sofrimento de todos que ali trabalhavam, mas meu assombro também foi imenso ao ver esse vínculo cortado de forma tão radical. A prefeitura do Rio deixou de repassar verbas, não só a esta, mas a muitas outras ONGs e o governador, Pezão, não foi capaz de enfrentar a crescente onda de violência a que principalmente as comunidades pobres estão submetidas, chegando ao absurdo de aceitar uma intervenção militar, realizada pelo Governo Federal de Michel Temer, intervenção com a qual nos deparamos após o carnaval de 2018, nosso segundo golpe! Recebi por WhatsApp a mensagem deste fechamento, em dezembro de 2017:

A (ONG) encerrou suas atividades por falta de apoio financeiro para os projetos que realizava há 18 anos. Uma situação insustentável e implacável com o abandono do governo às garantias de direitos humanos, educação e cultura. Uma tristeza para todos nós e para a Mangueira.

No senso comum, principalmente dos não moradores da favela da Mangueira e adjacências, chamamos toda essa grande região de Mangueira, desde seu surgimento, no chamado morro Santo Antônio. Mas trata-se, hoje, do chamado Complexo da Mangueira, que abrange os morros da Mangueira, Telégrafos, Tuiuti e Parque Candelária, com 17.853 moradores, 28% com idade entre 0 e 14 anos (IBGE, 2010). A Mangueira mesmo, lugar onde antes existia uma grande produção de mangas, data do final do século XIX, e a maioria das residências é fruto de ocupações que foram ocorrendo como possibilidade de moradia para escravos libertos, imigrantes europeus pobres e migrantes nordestinos. No início do século XX, uma reforma municipal no bairro contíguo e antiga moradia imperial, a Quinta da Boa Vista, promove nova expulsão de moradores para a parte alta do morro e essa comunidade não cessa de crescer desde então (IPLAN-RIO). Chalé, Telégrafos, Pedra, Buraco Quente, Olaria, Cruzeiro, Sinimbu, Vila Esperança (antiga Vila Miséria), Eucalipto, Complexo da Candelária e Caboclo são alguns dos sub-bairros da Mangueira, havendo, ainda, outros chamados micro bairros: Chalé Mineiros,

Chalé Elvis, Chalé Farias, Chalé Loteamento. Uma pesquisa realizada por jovens moradores com a população que ali habita constata:

[...] há uma unanimidade na fala dos entrevistados sobre o descaso das autoridades com relação aos serviços públicos e privados prestados aos moradores da Mangueira. Eles reclamam da falta de área de lazer, serviço social e de saúde, luz, água, transporte, etc. (ASSOCIAÇÃO CASA DAS ARTES DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2014, p. 15).

O arquétipo sobre a favela como não pertencendo à cidade, segundo Valladares (2000, p. 09), foi sendo construído desde as primeiras visitas e subidas nos morros, por intelectuais e jornalistas das mais variadas tendências ideológicas e políticas, com propósitos distintos, como observamos neste relato de João do Rio sobre o que viria a ser, mais tarde, a Mangueira:

Eu tinha do morro de Santo Antônio a ideia de um lugar onde pobres operários se aglomeravam à espera de habitações, e a tentação veio de acompanhar a seresta. [...] Acompanhei-os e dei num outro mundo. A iluminação desaparecera. Estávamos na roça, no sertão, longe da cidade. O caminho, que serpeava descendo era ora estreito, ora largo, mas cheio de depressões e de buracos. De um lado e de outro, casinhas estreitas, feitas de tábuas de caixão, com cercados indicando quintais. A descida tornava-se difícil [...] Como se criou ali aquela curiosa vila de miséria indolente? (RIO, 1911 apud VALLADARES, 2009, p. 51).

A história das diferentes leituras desses territórios no tempo, e formas de intervenção estatal decorrentes destas, vão desde as questões de higiene, violência e precariedade habitacional até o surgimento dos recenseamentos, das políticas de assistência social, das remoções e do urbanismo, combinando o discurso médico-higienista com o reformismo progressista e o pensamento urbanístico em ascensão. Uma periodização da história das favelas do Rio de Janeiro distingue os seguintes períodos: (a) 1882-1938: dos cortiços às favelas; (b) 1938-1945: os Parques Proletários; (c) 1945-1954 (período Vargas): consolidação do fenômeno favela; (d) 1955-1962: o populismo desenvolvimentista e as favelas; (e) 1962-1973: o período autoritário das remoções; (f) 1974-1980: novo período de redemocratização e a política de urbanização do BNH. (VALLADARES et. al., 1986, apud VALLADARES, 2000).

Hoje parece que avançamos mais no protagonismo de movimentos sociais que emergem das favelas e periferias da cidade no enfrentamento dessas tensões. Jorge Luiz Barbosa (2013), professor geógrafo e diretor do Observatório de Favelas,<sup>19</sup> reflete sobre o desafio dos moradores da periferia de participar da criação de um espaço comum, pensando a periferia, contraditoriamente à sua condição de território urbano vulnerável, como possibilidade de inventar

<sup>19</sup> Disponível em: <<http://www.observatoriodefavelas.org.br/>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

a cidade, o que pressupõe a efetivação de uma agenda política de direitos para seus diferentes cidadãos, em suas múltiplas dimensões existenciais. Para tal, parece ser preciso ir além da dicotomia “cidade partida” e pensar a favela como fenômeno multifacetado, superando a “leitura das favelas em si para a compreensão das favelas para si na cidade [...], como componente da cidade” (BARBOSA, 2013, p. 116). Barbosa é um crítico das leituras das favelas e territórios marginalizados da cidade como fenômenos isolados, o que, segundo ele, reforçaria os estereótipos também em relação aos sujeitos neles inscritos socialmente, chamando atenção para a falha de uma leitura isolada desses territórios como fenômenos em si, propondo contextualizá-la nas condições de produção da cidade, revelando a complexidade do fenômeno urbano contemporâneo.

Fenômeno que aponta para a produção de terra urbana quando as remoções de habitações populares passam a interessar como áreas cobiçadas pelo mercado, questão desde sempre presente em nossa cidade, pois vivemos uma sociedade das mais desiguais do planeta e que, portanto, expressa uma urbanização desigual dos territórios. De 2000 a 2010, segundo o IBGE, dobramos o número de cidadãos morando em *aglomerados subnormais*, como são chamadas, nesse contexto, as favelas, mocambos, vilas e loteamentos precários e periféricos.

Vive-se, em relação a esses territórios, um projeto de cidade que tenta invisibilizar a pobreza e os pobres, até mesmo em ambientes virtuais. É o que constatou a pesquisa dos jovens da Mangueira mencionada anteriormente (ASSOCIAÇÃO CASA DAS ARTES DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2014, p. 10):

[...] os mapas da UPP Social – Rio+Social são referências mais completas, porém não respeitam os recortes inerentes ao funcionamento da comunidade, os sub-bairros e subáreas, sendo mais fiéis às zonas de atuação do próprio programa Rio+ Social.

Isto também acontece com outras favelas da cidade que não são retratadas nos mapas cartográficos, ou quando o são, suas orientações não servem de referência à experiência da comunidade, como constatam os jovens na pesquisa.

Por ocasião dos preparativos para Copa do Mundo (2014) e dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro (2016), foi denunciado e observamos isso nos mapas virtuais, um pedido da prefeitura da cidade, à época, para a remoção das favelas dos mapas do *Google*. Nesses mapas refeitos, a palavra “favela” foi praticamente excluída, substituída por “morro”, e o nome de algumas

comunidades simplesmente sumiu. Trago também em nota alguns comentários<sup>20</sup> de moradores que pesquisei na ocasião, preservando seus nomes, e que sobre essa remoção das favelas dos mapas diferem bastante, trazendo outras nuances para a questão: desde o questionamento de como ficariam as favelas que não são em morros; a honra de ser favelado e querer ser reconhecido assim; acompanhado, ainda, de comentários agressivos em relação ao “asfalto”; e muitos outros que apoiam a medida com o argumento de que isso evitaria estereótipos. Estereótipos que nos falam de um território sobre o qual se tornou consenso atribuir a imagem de um “mundo diferente”, arquétipo construído na paisagem carioca desde sua gênese, destacando a oposição cidade/favela que nos acompanha desde sempre:

Na verdade, era como se fossem dois mundos, e a dualidade presente na oposição “litoral versus sertão” do discurso euclidiano transparece nessas primeiras imagens e representações sob a forma da oposição “cidade versus favela”. A imagem matriz da favela estava, portanto, construída e dada a partir do olhar arguto e curioso do jornalista/observador. “Um outro mundo”, muito mais próximo da roça, do sertão, “longe da cidade” (VALLADARES, 2000, p. 12).

Valladares (2000, p. 19) nos apresenta a construção histórica desse olhar sobre o novo espaço urbano à época, desde que este passa a ganhar atenção na sociedade carioca, no início do século XX, ressaltando que “o que interessa assinalar é que a favela, uma vez oficialmente reconhecida, passa gradativamente a ser vista como um problema a ser administrado”. Sobre a complexidade da realidade favela, entre a proteção social e o controle dos pobres, parece que podemos avançar somente quando seus moradores começam, como hoje com mais força, a se posicionar.<sup>21</sup>

<sup>20</sup> “Pois é. É absurdo, até porque nem todas as favelas ficam em morros?”;

“Tem pessoas que não estão entendendo o verdadeiro sentido dessa remoção, achando que o prefeito quer dar dignidade as pessoas. Dignidades todos temos, dependendo da família que nascemos e como fomos criados. Eu, particularmente, moro em favela e não tenho problema algum em ser tachado como tal”;

“Sou favelado com muita honra... e é assim que quero ser reconhecido. não quero ser comparado com esse resto de sociedade que por achar que moram em prédios, são melhores que os que moram em habitações precárias”;

“Vivemos em uma cidade cheia de desigualdades sociais onde quem mora na Zona Sul mora bem e quem mora em favela mora mal. Tem que começar a retirar esse pensamento que uns são melhores que outros, incluindo o lugar onde moram. Essa atitude da prefeitura evita certos preconceitos contra moradores de locais estigmatizados como Favela. Igualdade a todos, pois todos moramos na Cidade do Rio de Janeiro e retirar uma nomenclatura pejorativa já ajuda muito em relação a preconceitos”;

“Concordo. Deixar o mapa cheio de nomes de favelas – a maioria nunca havia ouvido falar – não ajuda em nada o status quo dos moradores. Eles mesmos preferem chamar seus lugares de “comunidades”;

“E desde quando mudar um nome melhora alguma coisa? Por acaso o preconceito racial diminuiu quando decidiram chamar negro de afrodescendentes?”. Disponível em: <<https://comitepopulario.wordpress.com/2013/04/07/a-pedido-da-prefeitura-google-faz-remocao-virtual-no-mapa-do-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

<sup>21</sup> Sobre isso ver *site* do “Observatório das Favelas”.

## 2.2 Os encontros e passeios – A cidade como pergunta e desejo

O que dizem as crianças? Estar com elas, como o viajante nas trilhas da cidade, traz por um lado uma potência, se considerarmos a infância como linguagem “ fora do poder”, no sentido em que transita por territórios que podem desmoronar a razão e, assim, reinventar outras trilhas, insuspeitas até então. Mas essas trilhas trazem também um duplo desafio: o fato de que a condição de ser criança, frente ao poder e hierarquia das relações sociais, inibe sua participação na sociedade; e a periferia concreta da condição social e material da criança moradora da favela, produzindo o desafio de uma dupla negação à participação. Duplo desafio, mas também alguma chance de inventar outras línguas *diferentes* que deem conta de narrativas portadoras *de novas centelhas de esperança*, algo vital nestes sombrios tempos.

Com o desafio de provocar a conversa e abrir-me à escuta, vou me deparando com uma questão que perpassa todo o trabalho, a saber, o que é a cidade para mim e para as crianças, de que cidade nós estamos falando?

Eu – Aqui onde nós estamos é a cidade?  
 Carlos – É o Rio de Janeiro, é a cidade, a cidade é uma parte da cidade.  
 Rafael – Não  
 Eu – Não?  
 Rafael – É a cidade alta  
 Sara – Cidade alta que ele falou...  
 Rafael e Sara falam do Tuiuti  
 Eu – O Tuiuti é a cidade?  
 Sara – É  
 Eu – O que tem que ter pra ser cidade?  
 Rafael – A Mangueira. Quem é Mangueira levanta a mão!  
 Eu – A Mangueira parece uma cidade.  
 Sara – E é uma cidade!  
 Carlos – Não, é um morro.  
 Sara – Mas parece uma cidade.  
 Eu – Por quê?  
 Sara – Porque tem casa, loja, parece uma cidade.

A palavra “favela” não aparece nessa ou em outras conversas, mas morro, cidade alta, cidade como parte da cidade “porque tem casa, loja”. E também um sentimento que parece reconhecer e reforçar o pertencimento da Mangueira à cidade, como quando pergunto “o que tem que ter pra ser cidade” e Rafael faz uma chamada aos colegas: “a Mangueira. Quem é Mangueira levanta a mão!”.

Em nosso primeiro encontro, as crianças sugerem lugares para irmos passear e perceber, aí, alguns lugares na cidade onde eu nunca fui: Parque da Quinta da Boa Vista, Parque

Madureira, Parque Xangai, Shopping Nova América, Quadra da Mangueira, Parque Aquático Rio Water Planet, Praia do Flamengo e de Copacabana...

Eu – E do que vocês mais gostam na cidade?

Mateus – Da cidade eu gosto da Quinta, porque lá é bom, tem brinquedo, passeio, zoo.

Gabriel S.– Eu também gosto da Quinta!

Eu – E o que mais, por que gosta da Quinta? o que você quer dizer da cidade?

Gabriel S. – Eu gosto da Quinta, porque sim.

Começamos a escolher onde ir em nosso primeiro passeio, e esse lugar se destaca na conversa. O Parque da Quinta da Boa Vista (que chamarei daqui para frente de Quinta) é bem próximo, ao lado do bairro de Benfica, onde se localiza a Mangueira e o Tuiuti. Quando sai deste primeiro encontro, andando na rua, me lembrei da impressão que tive nas duas últimas vezes que fui à ONG, passando por este parque – meu olhar da “cidade partida” desenhando essa impressão. É um espaço muito arborizado que vamos margeando nesse caminho, antiga residência de D. João VI que, tendo sofrido remoções, como mencionamos acima, hoje abriga grandes condomínios de apartamentos. Ao passar por um imenso portal de pedra, com portões de grade ainda, sempre abertos agora, entramos no bairro de Benfica, e a cidade se transforma nessa passagem como que para outra urbanidade, se partindo desde ali, pensei: as calçadas e ruas revelam uma grande agitação urbana, bem distinta da área do Parque da Quinta, as casas são mais precárias, as árvores somem e surge a fiação elétrica pendurada pelos postes, uma variedade imensa de informações visuais em cartazes e propagandas de lojas e pequenas igrejas, até o Largo do Pedregulho, onde se localizava a ONG, com suas barracas de comércio de rua e uma infinidade de moto taxi ocupando as calçadas.

Essas observações me fazem pensar que a tranquilidade e o espaço aberto da Quinta, sua organização, limpeza e segurança, podem ser uma escolha também a partir do que a cidade nega, quando ouço as crianças sobre os problemas que apontam na cidade como “muito lixo, poluição e trânsito, a rua é muito perigosa, tem muito tarado [...] muito carro [...] qualquer brincadeira, tem gente que já quer assaltar as pessoas”. Ouvindo depois a gravação da conversa percebo que, embora a maioria tivesse optado pelo passeio à Quinta, fui eu quem dei a palavra final, decidindo esse lugar, e refleti que minha escolha era também por um lugar conhecido de todos nós, revelando que também precisava dessa proximidade e segurança para um primeiro passeio com esse novo grupo.

Desviar dos problemas da cidade foi o que também pensei, num primeiro momento, sobre a escolha do shopping.

Eu – Que lugar você gostaria de ir, Gabriel?

Gabriel S. – Na verdade, eu gostaria de ir lá no Shopping da Nova América

M. Edu – Era isso que eu ia falar pra tia!

Eu – Que que tem lá no S. Nova América?

Gabriel 3 – Tem muita roupa bonita e tênis e blusa...

Maria Eduarda – Pra comprar.

Eu – Mas aí tem que ter dinheiro né? E se a gente não levar dinheiro, como a gente faz, dá pra ir assim mesmo?

Falo sobre o dinheiro para consumir, mas sou surpreendida pelo que diz a seguir a Sara:

Várias crianças falam – Tem lugar pra passear, tem brinquedo...

Eu – Ah, tem brinquedo?

Sara – É tem, tem uns lugares pra passear, quem não conhece, aprecia...

Percebo como fico reativa à proposta do shopping pela ideia de consumo que este espaço representa, trazendo logo a questão do dinheiro para a conversa, o que, de alguma forma, é desconstruído pela Sara, quando traz a possibilidade de “apreciar”! Apreciar é uma forma de passear no shopping assumindo outras formas de consumo? Passear no shopping é uma forma de inclusão para a qual não me atentei?

Eu – O que vem à cabeça de vocês quando a gente fala “cidade do Rio de Janeiro”?  
... silêncio...

Eu – Onde você gostaria de ir, Rafael?

Rafael – Na roda gigante.

Eu – Em que lugar?

... silêncio...

Sara – Eu gosto de ir à Quinta.

Eu – E o que você não gosta?

Sara – Poluição e os carros, os carros me dão medo.

Gabriel S. – Eu gosto da cidade porque ela é muito bonita. Eu não gosto também que botam muito lixo na rua...

Alana – Eu gosto na cidade é das pessoas.

Eu – De que pessoas?

Alana – Menos cracudo e bandido ... Eles roubam casas...

Desde esse primeiro encontro, a cidade vai se desenhando em suas relações afetivas, positivas ou negativas, em uma geografia vivida. A cidade são as pessoas, os lugares que conhecem e as experiências que querem ter, não importando às vezes o lugar geográfico – como “na roda gigante” –, mas a experiência no lugar. Os lugares são também a referência conhecida, como o Tuiuti ou a Mangueira que, para além de um território, é “a bateria da escola de samba”, nessa cartografia transtornada pelo desejo, pois como diz o Rafael, “eu nunca fui pro samba, pro

suingue, pra mangueira”. Há desejo de “ir a vários lugares”, como diz o Carlos, mas também desejo por experiências que parecem legitimar o pertencimento em dado grupo social,

Mateus – Eu nunca fui no parque de diversões.  
 Eu – Qual parque?  
 Mateus – Qualquer um que tenha montanha russa.  
 Eu – Você tem coragem de ir na montanha russa?  
 Mateus – Não, não tenho não!

Em nosso segundo encontro, planejado para passear na Quinta, as crianças me recebem na porta da ONG avisando aos colegas: “ela veio mesmo!”. Não parecem se lembrar que vamos à Quinta e começam a perguntar sobre o transporte, se é de Kombi ou “Van”,<sup>22</sup> como é por dentro e onde podem sentar – o que sempre é um interesse à parte. Havia pesquisado sobre o Museu de Astronomia, Museu Nacional e o Centro Hípico, todos naquele entorno, a história do bairro imperial de São Cristóvão e como o mar chegava ali bem perto nessa época. Fui comentando com eles no transporte sobre essas coisas e o que podíamos escolher para visitar por ali, mas as crianças aproveitam o trajeto para ler a cidade, não prestando muita atenção na minha conversa. Olhavam atentos às ruas por onde passávamos e os detalhes da Van, que acharam “muito maneira”, a menina Carol dizia que “queria ser rica”, falavam dos restaurantes por onde passávamos e sobre o medo dos assaltos. Nossa cultura janeleira, como diz João do Rio (2008), nesse transporte menor, parece acentuar-se, em comparação com a experiência no ônibus, pela proximidade com a rua, ensejando mais comentários, facilitando reparar mais os trajetos.

Chegando ao Parque, coloquei uma canga e algumas crianças ficaram ali um tempo, desenhando e conversando. O Gabriel C., mudo no primeiro encontro, contempla longamente o espaço ao redor, e começa a narrar sua bela história inventada, trazendo seu pai para morar nas montanhas do maciço da Tijuca, em frente, “é só pegar um avião e pronto!”. Ficamos um tempo, nós dois, ruminando essa história, quando as outras crianças nos convidam para brincar no gramado, logo pedindo para irmos ao lago, onde havia jovens mergulhando. A toda hora a polícia municipal chegava para tirar esses jovens de lá, levando alguns também, alegando que estavam assaltando. Quando as crianças se aproximam, esses policiais vêm até mim, perguntam se fazemos parte de algum projeto social e, vendo a camiseta que todos usavam, com logomarca da ONG, se afastam. Já vivi essa situação inúmeras vezes em passeios anteriores, quando a aparência das crianças, pela cor da pele ou por usarem um uniforme de escola pública, faz

---

<sup>22</sup> Um transporte menor, parecido com a Kombi, com o qual fizemos os três passeios.

acontecer algum tipo de intervenção negativa. E muito provavelmente também essas crianças já viveram isso, pois naturalizaram essa abordagem como algo que já tinham vivido.

Corremos pelo gramado e as crianças pediram para molhar os pés, ali sentadas na beira. Quando permiti, disseram que eu era muito legal por ouvi-los! Entendi melhor esse comentário quando uma das crianças ficou preocupada com o que a monitora que nos acompanhava estaria pensando de estarmos no lago, foi até ela e voltou dizendo que estava tudo bem! Nessas horas fico sempre me perguntando sobre como aprender a estar nos lugares, entre a liberdade e as regras, se não há muita permissão para fazer a experiência.

Em nosso terceiro encontro de conversa, descubro que as crianças vão muito frequentemente à Quinta:

Eu – O que vocês querem falar do passeio?

Carlos – Ah tia, eu achei que a Quinta... Toda hora ir pra Quinta... Eu queria ir pra praia...

Sara – Passear é bom e ... só isso só.

Gabriel S. – por que a gente vai todo dia pra Quinta?

Eu – todo dia? Com quem?

Sara – todo dia nada, mentira, quase todo dia.

Gabriel. Silva – A Quinta tá ficando ruim ...

Eu – Mas nós fomos pra Quinta porque vocês também sugeriram.

Questionei-me se eles sugeriram a Quinta pelo hábito da repetição – “quase todo dia a Quinta” –, pela familiaridade, por não se darem conta de que poderíamos ir mais longe, uma vez que temos transporte, como havia explicado no encontro anterior. E parece que eu os levei bem perto justamente por essa familiaridade também. Fica evidente, nessa conversa, que eles já vão muito à Quinta. Então, sugeriram esse lugar pelo nosso conhecimento recente, assim como aconteceu comigo também? Repetição, resignação, dificuldade de expor novos desejos? Como escolher? Com que referências escolhemos nossos trajetos e passeios? As crianças exercitam a escolha de onde passear na cidade?

Perguntei-me, ainda, sobre a situação vivida com a polícia. Como disse, já passei por isso com crianças em passeios inúmeras vezes. Eles olham a cidade e a cidade os olha, nem sempre de forma acolhedora – diria mesmo, nada acolhedora. Suas escolhas são afetadas por isso até que ponto? Como vai se configurando essa aproximação ou distanciamento entre diferentes na cidade, nos lugares? As crianças da Instituição e os meninos que se jogavam na água, ou corriam assaltando, foram vistos pela polícia como iguais. Barbosa (2014, p. 67) fala de uma despossessão da cidade que, para além da ideia de “cidade partida”, remete ao não

reconhecimento da cidadania desses sujeitos, marcados por uma distinção territorial de direitos que opera o que chama “distanciamento ontológico entre o mesmo hegemônico e o outro subalternizado na marcação de hierarquias espaciais” (Ibid.). E se as crianças estivessem ali no parque da Quinta sozinhas brincando? Como seriam tratadas essas crianças?

Voltamos a nos reunir na Instituição, pois tivemos um problema no final do encontro anterior com algumas crianças e a coordenação pediu que fizéssemos esse encontro de conversa, que seria mediado por ela. Após esse primeiro momento, e percebendo que as crianças não queriam mais falar sobre o ocorrido, começamos a planejar a ida à praia. Não sei se por conta deste incidente, que optei por não relatar aqui, avaliando que seria mais constrangedor que relevante para a pesquisa, o medo dominou as falas na conversa. Desde o medo da ida à praia ao medo da vida violenta que enfrentamos em nossa cidade, e que as crianças parecem tão bem conhecer. A praia aparece nesta conversa como um lugar perigoso, até mesmo porque “aquela água é muito azul, tia.”, isto dito pela M. Eduarda com uma entonação de arrepiar de medo! Na transcrição da conversa, percebo como tento desconstruir esse medo da praia, até mencionarem a violência – “Tia, a praia tem muito bandido; quase todo dia que amanhece morre um.” – e aí a conversa se volta para esse assunto, quando começam a relatar um tiroteio na Mangueira e a morte de um menino que conheciam. Muitos começam a falar em voltar a Quinta.

M. Eduarda propõe uma votação – “Entre a Quinta e a praia... assim, levanta a mão quem quer.” – e mesmo Gabriel S., que havia dito em outro momento que queria passear em Copacabana – “eu gosto demais” –, sugere: “mas hoje a gente podia, então, ir pra Quinta!”. Vamos terminando o tempo do encontro e tento combinar a ida à praia, depois de um relato pesado sobre a violência. Saio desse encontro com um sentimento de tristeza e indignação pelas histórias de violência que se repetem cotidianamente na cidade e muito fortemente nas favelas. Quando M. Edu diz “quase todo dia que amanhece morre um”, como não compreender que as crianças vivem uma naturalização da morte violenta, da própria violência?

Ainda assim, fomos à praia em nosso quinto encontro, levando nossos medos, a M. Edu não veio, mas não saberia dizer se pelo medo que ela explicitou, ou se pelo fato, também relatado por outras crianças depois, de não estarem avisadas que haveria passeio. A coordenadora sugere, então, que eu leve o Washington,<sup>23</sup> de 9 anos, e o Melque, de 10. O irmão do Rafael não tem

---

<sup>23</sup> Não incluí o Washington como parceiro porque só nos vimos este dia, não conversamos no transporte e, na praia, ele ficou no mar o tempo todo até a hora de irmos embora.

permissão para vir conosco, pois, segundo a coordenação, não está cumprindo as regras da Instituição e vai ficar para conversar! No caminho da praia, as crianças colam os rostos na janela, pois fizemos um trajeto novo na cidade, passando pela zona portuária recém-inaugurada, até o Aterro do Flamengo. Falam do novo túnel, dos barcos, dos sinais das Olimpíadas nas obras e nos ônibus, com símbolo dos jogos. Rafael chora quieto pelo irmão que não veio e Melque sugere cantar: “vamos aquela triste?”. É uma música do MC Tom que todos parecem conhecer, e que mais uma vez traz o tema da violência: “acabou o sonho do moleque, não foi Deus quem levou, foi o homem que matou ...” (ouvi depois no canal *Youtube*).

Mateus me chama e diz, fazendo um gesto suave de dividir o rosto ao meio com as mãos: “gosto de ir à praia assim, metade bom metade ruim!”. Fico ali um tempo com aquele gesto e toda lembrança que demonstraram do medo da praia e pergunto por que é ruim uma parte, ele desconversa. Chegando à praia percebo que ele também tem medo do mar, lembro-me da sugestão que deu de que sabia desenhar a praia, talvez para não precisar entrar no mar. Outros que vão chegando perto do mar, falando do medo, são o Rafael e o Gabriel C.. Gabriel C. e sua irmã Carol entraram em nosso grupo no segundo encontro, a pedido de uma assistente social junto à ONG, quando haviam acabado de chegar de Pernambuco com a mãe e a irmã. Parece que nunca tinham ido à praia, pois Carol vem até nós surpresa com o sabor da água – “tá salgada!” – e a gente dizendo para não beber aquela água!

Mas o mar do Leme este dia estava de beber mesmo, um verde claro lindo, ondas bem suaves, banco de areia, perfeito para perder o medo do mar! Aos poucos isso foi acontecendo mais com o Rafael e o Mateus. O Gabriel C. não entrou no mar. Uma imagem forte que ficou para mim foi a luta do Gabriel, travada no limiar entre a areia e o mar, em gestos e olhares, nesse lugar onde passou todo o tempo da praia, mas não querendo vir embora ao final. Diferente do gesto mais contido do Mateus, a linguagem dos gestos do Gabriel C. dizia dessa luta para entender esse novo lugar. Revi várias vezes o vídeo dessas imagens, feito pela monitora: só olhando o mar, depois eram os pés que experimentavam a areia mole da beira, afundando e se retorcendo, depois sentado, eram as mãos acariciando e apertando a areia, e por fim, em gestos mais bruscos, ele agarrava um punhado de areia e jogava com toda força no chão. Gabriel C. repetiu várias vezes esses movimentos, ora sentado, ora de pé, até os braços abertos ao mar, nesse diálogo com a praia, o novo espaço, a cidade.

A paisagem, a calma de uma terça-feira nesse cantinho de praia, as horas que passamos ali mergulhando, cavando buraco e brincando de castelos, observando a interação das crianças com outras que chegavam, me fez romanticamente aceitar, por alguns momentos, a praia como lugar onde todos podem ser iguais! Já no chuveiro, na hora de ir embora, o olhar de uma mãe que retirou bruscamente a filha do meio das crianças, depois de reparar um instante nelas, foi meu contrapelo. Esse trecho da praia do Leme é bastante frequentado pelos moradores da favela da Babilônia, bem em frente. No calçadão, um japonês que usava seu celular se afastou, assustado do Gabriel C. quando ele chegou perto, olhando interessado. Não voltei com as crianças para a ONG esse dia e, andando pela orla da praia, apinhada de cariocas e turistas das Olimpíadas, me indaguei o quanto de mistura é possível, como, por que misturamos ou não nos misturamos?

Foram três meses desde este último passeio à praia até o próximo encontro com as crianças, pois tivemos longas férias olímpicas e também devido a problemas financeiros da Instituição, tendo que reduzir suas atividades nesse tempo. Na volta, encontrei apenas quatro crianças do grupo, o Carlos, amuado por não ter ido à praia, mas anunciando que, então, o próximo passeio seria no Parque Madureira, o Rafael, Sara e Mateus. Reunimo-nos para conversar, embora as crianças quisessem passear, sugerindo “pode ser a Quinta mesmo”, disseram mais uma vez. Falei que não havia chamado o transporte e que, nesse encontro, iríamos combinar o novo passeio.

Eu – E o que vocês lembram-se da praia pra contar pros amigos?

Mateus – Quando a gente cavou e botou água.

Eu – Tenho uma foto de você assim, de braços abertos no mar e uma do Rafael, todo enrolado na areia, como se a areia fosse sua cama...

Mateus – O mar tava bom, tava manso.

Sara – Eu ainda não sei o que é manso!

Mateus – Lembro que tinha umas coisas que podiam furar o pé.

Eu – Quando a gente foi na trilha dos pescadores?

Mateus – Aí tinham três garotos lá em cima da pedra, aí pularam.

Carlos – Se eu fosse, ia pular de lá.

[...]

Insisto no Rafael, mas ele não fala.

Mateus – Lembro da primeira coisa que eu vi na minha vida, caranguejo, o menino com o peixinho, peixe voador.

Sara – Existe peixe voador?

Mateus – Até nos filmes aparece voando...

Carlos interrompe e pergunto novamente por que ele não foi ao passeio à praia.

Carlos – eu não sei, tia, porque, eu não sabia qual dia era...

Eu – Você não foi avisado?

Sara – Eu também não fui, não sei.

Eu – Você havia dito que não tinha biquíni, não podia usar por causa da religião, foi por isso?

Carlos – Pode comprar biquíni.

Sara – Não é isso... (e fica tímida).

Sara confirma com um gesto que foi a religião, mas não foi só isso. Eu também me constranjo, pensando se deveria continuar a falar sobre esse assunto ali, e de que forma. Enfim, nos olhamos e mudo o assunto, digo às crianças que meus colegas da pesquisa ficaram curiosos para perguntar a eles o que é cidade, quando Carlos me pergunta:

Carlos – Tia, tu mora aonde?  
Eu – Em Copacabana (!)

Saí desse encontro me indagando muitas questões, como a escolha e as referências dos lugares onde ir, o papel da família e demais instituições a permear essas escolhas, como escolas, igreja, mídia, por exemplo, a ideia de que parece haver passeios mais possíveis – “É bonzão”, “é de graça”, “tem picolé”, “tem piscina” – e outros não tão possíveis – “Tem que pagar”, “não tem como não”, “é muito longe”. Questões sobre as diferentes formas de consumir, que se referem também às possibilidades de poder ir ou não aos lugares, práticas que as crianças têm de lugares gratuitos e, talvez, de passeios escolares que dão gratuidade e se “é possível passear na cidade capitalista sem a frustração da grana”, como provocou Teresa Tavares em sua leitura, na banca de qualificação deste trabalho. E mesmo nosso projeto do Ônibus da Esperança, que não problematiza essa questão quando somente financia o transporte.

E a questão da cidade. A cidade para mim e para eles. Essa foi uma questão que muito me alterou, pois não disse a verdade sobre o bairro onde moro! Respondi ao Carlos que morava em Copacabana. Um bairro onde, no imaginário da cidade, há mais mistura? Não quis dizer que moro na Lagoa, bairro considerado de elite, com o qual não queria ser identificada? Seria muito diferente de Copacabana, que o pai do Gabriel S. disse ser muito cara? Questão que justamente me diz da ilusão de querer apagar nossas diferenças sociais, corroendo a relação alteritária que atravessa essa pesquisa, e sobre a qual precisarei me debruçar.

O passeio ao Parque Madureira, nosso encontro seguinte, trouxe ainda muitas outras questões, desde a falta de interação da ONG com as crianças e as famílias – pois só vieram duas crianças de nosso grupo neste dia do passeio –, como um novo olhar sobre a cidade e seus territórios na disputa de pertencimentos. Assim, chegando à Instituição, encontro várias crianças na varanda da entrada esperando abrir, mas do meu grupo ainda ninguém. Elas me perguntam sobre os passeios, que grupo é o meu e por que passeamos. Falo sobre a pesquisa e até ensaio uma conversa sobre a cidade, mas eles estão mais interessados em tentar me convencer de incluí-los no passeio ao Parque Madureira. Chega o Melque, nosso “penetra” do passeio à praia que vai

logo dizendo: “eu vou, porque já fui, então sou do grupo!”. Chegam a Halana e o Mateus, com sua mãe, e nenhum dos dois sabia do passeio! Quando a coordenadora chega, relato a ausência das crianças, o que tem acontecido com frequência, e ela diz ter avisado a quem veio à reunião de pais, mas talvez isso não esteja dando conta da presença das crianças nos passeios.

Aguardo ainda uma meia hora, pensando se vou com as três crianças – Melque, Halana e Mateus. Sugiro, então, que eles escolham mais três amigos para levarmos, pensando no desperdício de alugar um transporte para irmos à Madureira com um grupo tão pequeno. As crianças voltam dizendo que não vão poder levar outras crianças. Ficamos um tempo sem saber o que fazer, e decido ir com os três. Não sei ao certo porque não pude levar outras crianças, o que aconteceu nos dois passeios anteriores, e porque a decisão de me deixar ir sozinha – uma contradição, uma vez que não pude ter acesso às famílias, como havia pedido, justamente para evitar essas ausências. No transporte começamos a conversar, explico ao Melque o que é a pesquisa que faço e se ele, então, quer conversar sobre a cidade. Melque fala da cidade como “boa e ruim”, e iniciamos uma conversa sobre participação.

Eu – Vocês falam muito sobre as coisas ruins, né? E pra ser uma cidade melhor, o que precisa ter?

Melque – Ajuda.

Eu – Ajuda de quem?

Melque – Do governador... não, eles tudo rouba.

Eu – Então seria ajuda de quem?

Melque – Dos moradores.

Eu – Dos moradores?

Melque – Participar, mas não muito.

Eu – Não muito?

Melque – É, porque eles não ganham pra fazer, quem ganha é o governador, mas ele não faz.

Eu – Então os moradores têm que participar, mas o governador é que tem que trabalhar, é isso que você tá dizendo?

Os três concordam, Halana diz que quem tem que cuidar da nossa cidade é a gente e, pela primeira vez, há uma conotação política de participação como ser parte, sem o viés de tutela de outras conversas. Na chegada, saltamos no portão 1 do Parque, que é enorme, muito bem cuidado, com segurança, banheiros e limpeza. Comprei um picolé para todos e fomos curtir essa caminhada até o portão 6, chamado de “praia”, parando em algumas estações, como a escada de água, onde as crianças se esbaldaram de tanta água! Na volta dessa última estação, “praia”, lugar muito bacana, com a maior concentração de chuveiros, as crianças falaram que ali era o melhor lugar. Perguntei se ali era mais legal que a praia do Leme, jurando que ouviria que não! Os três

argumentaram, de diferentes maneiras, que o Parque de Madureira era melhor, argumentos que me abriram importantes pontos cegos, como na fala do Melque – “Aqui as pessoas são mais parecidas com a gente... a gente fica melhor aqui!”. Voltei desse passeio considerando que esta experiência, traduzida na fala do Melque, trazia um novo sentido de pertencimento à cidade.

Já em dezembro de 2016, neste que seria nosso penúltimo encontro do ano, peço à ONG para entrar em contato com as famílias e tentar ter o maior número possível de crianças de nosso grupo. Minha ideia inicial era leva-los ao bairro da Lagoa, onde moro e fiz o primeiro passeio com alunos do CIEP Ipanema, despertando as questões sobre as experiências das crianças pobres na cidade, me provocando a seguir passeando. Por outro lado, pensava no fato de que a Lagoa, assim como outros ícones turísticos da zona sul, não apareceu no desejo de passear dessas crianças, que dirigiram sua atenção para a zona norte e toda região mais próxima à Mangueira. Ainda mais depois da conversa, no passeio anterior, cujo sentido me abriu um grande ponto cego sobre território, pertencimento e direito à cidade. Mas chegando na ONG encontrei só o Rafael e o Carlos, este bem agitado e zangado por não ter ido a mais esse passeio ao Parque, que ele mesmo havia escolhido, mas sem saber me dizer porquê. Eu, instigada pelas conversas no Parque, comecei a falar da distinção que os colegas fizeram entre a praia do Leme e o Parque Madureira, da ideia de cuidar da cidade como tarefa do governador.

Rafael – A cidade tá precisando... melhorar o chão, todo quebrado, o carro passa e tem poça de água, o carro pode cair dentro do buraco.

Eu – E como a gente faz o governador resolver isso? As pessoas podem resolver isso?

Rafael – Não.

Eu – Como seria, então? Escreve uma carta pra ele? Como a gente pode participar?

Rafael – A gente escreve assim: tem um buraco aqui... quando ele passar...

Eu – Mas se ele não passar por aqui, como ele vai saber desse buraco?

Rafael G. – É difícil... Se botar tijolo, os carros podiam passar... tapar o buraco.

Carlos tenta sair, quer passear. Tento argumentar que a opinião dele é importante e pergunto o que ele quer falar para o governador.

Carlos – Parque, Parque Madureira, mas tem um monte de parque fechado, eu fui lá perto do quartel com meu irmão e tinha fechado.

Eu – Aqui na Mangueira? Qual parque que tem aqui?

Carlos e Rafael – O do complexo e do quartel, estão fechados, todos quebrados e a piscina tá toda verde.

Eu – Qual piscina, vocês podem ir? Aqui perto?

Carlos – A gente pode se inscrever, mas tá fechada porque a água tá toda verde.

Eu – É, a da minha escola também tá verde.

Rafael G. – Eu amanhã vou ao médico.

Comentamos sobre o problema do Rafael, ele diz que vai faltar à escola também. Há suspeita que suas feridas na cabeça podem ter sido causadas por ratos! Em um encontro anterior, algumas crianças haviam falado sobre isso, chamando Rafael de “roído”.

Eu – E tem algum lugar que vocês não se sentem bem?

Rafael G. – Perto do esgoto... perto da água limpa eu me sinto bem. Eu fiz um passeio que passava pela água limpa e a gente bebe.

Mesmo não tendo ido ao Parque Madureira, quando pergunto, comparando à praia do Leme, que Rafael foi, os dois respondem que o Parque Madureira é melhor, mas não dizem porquê.

Rafael – A água da praia é salgada.

Eu – É, a do parque não é salgada...

Rafael – Tia, tem muita gente indo à praia roubar, meu primo foi.

Eu – Mas ele foi preso?

Rafael G. – Não, ele é um pouco maior que eu, ele só foi uma vez preso. A mãe dele tava no ônibus, ele tava roubando um negócio, aí a mãe dele viu ele e ele saiu correndo.

Eles se agitam e eu fico um tempo sem falar, ou sem saber o que falar... Carlos quer marcar passeio à Madureira, digo que já estamos terminando o encontro e que vou dar bombom! – Havia comprado para distribuir para o grupo como lembrança de natal. Enquanto saboreiam os bombons, pergunto:

Eu – Qual é o seu desejo de criança na cidade?

Carlos – Eu queria ir lá pra Paris

Rafael G. – Parque Madureira, é bem grande.

Eu – E o maior medo?

Rafael G. – Da roda gigante.

Carlos – Aquele negócio, o bate-bate.

Eu – E sem ser no parque...

Carlos – Cair num buraco bem grande.

Rafael G. – Cair também no buraco.

Carlos – Eu queria ir pra Paris, Nova York...

Eu – Então tá, a gente combina pra se encontrar ano que vem. Vocês gostaram dos nossos passeios?

Rafael G. – Gostei mais do bombom!!!

Nesse ponto, recordo-me de uma fala de Milton Santos<sup>24</sup> – “estamos ainda ensaiando o que é humanidade” –, e reflito sobre a centralidade do sentimento de pertencimento como base para a possibilidade de construção de nossa cidadania, e a importância fundamental da escuta

---

<sup>24</sup> No documentário de Silvio Tendler, “O mundo global visto do lado de cá”.

atenta às crianças que, entre a luta e a festa, buracos e bombons, tentam inventar formas de habitar esse mundo.

### 2.3 Espaço e território – Sobre o direito de desejar a cidade

O cotidiano será um dia ou outro, a escola da desalienação.

*Milton Santos*

Milton Santos desenvolveu uma obra de geografia crítica na qual buscou a compreensão do espaço como instância social, nos instigando a olhar a formação dos territórios inserida na formação socioespacial. No livro “A natureza do espaço”, Santos (2014) nos dá a compreender mais profundamente seu conceito de território como lugar onde a história do homem se realiza plenamente, onde se exprimem suas ações, paixões, poderes, forças e fraquezas. Essa visão afirmativa do território coloca foco no território usado, e não abstrato e expropriado de significado e vida social, convocando, portanto, a prática política.

Para ele, o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, em um jogo entre uma racionalidade global e outra local, que ora se associam, ora se contrariam, e o ser humano, esse *fazedor de paisagens*, é ator desse processo, inserido que está nesse tecido de técnicas. Parece ser nesse sentido que o autor aponta para a potência dos espaços de opacidades da cidade na reinvenção dela. O uso dos objetos pelas sociedades os redefine no curso da história, que ganha, assim, uma significação relativa e provisória, sendo dessa maneira “que se constitui uma espécie de tempo do lugar, esse tempo espacial [...] que é o outro do espaço” (Ibid., p. 59). Nesse movimento político observa-se, sobre os efeitos da globalização na relação entre o local – corpóreo e individual – e o global – fluido e veloz –, uma,

[...] realidade tensa, um dinamismo que se está recriando a cada momento, uma relação permanentemente instável, e onde globalização e localização, globalização e fragmentação são termos de uma dialética que se refaz com frequência (Ibid., p. 314).

Para o autor, a dialética está presente em tudo e a contradição a rege, nos dando a ver que o mundo da globalização doentia é contrariado no lugar, e o espaço mundial existe apenas como metáfora. Para Santos, quanto mais os lugares se globalizam, mais se tornam singulares, no sentido de que o arranjo que os elementos componentes do território têm, em um determinado

lugar, não será encontrado em nenhum outro. Assim, a própria globalização acaba por produzir a fragmentação.

A questão do lugar se destaca, nesta perspectiva, a fim de encontrar novos significados a partir dessa dialética, trazendo a categoria do cotidiano como dimensão existencial para pensar a geografia do vivido, considerando as relações intersubjetivas que aí se estabelecem, em incessantes interações. O mundo ganha sentido nessa visão como “lugar comum”, e essa relação será tanto mais intensa, quanto maior a proximidade entre as pessoas. M. Santos vai trazer a cidade, sobretudo as metrópoles, como fábrica de relações, lugar de mobilidade e encontro, impondo uma interdependência devido à massa humana em ação, que tanto pode criar mais coerção, quanto instigar a liberdade: “queiramos ou não estamos cada vez mais uns com os outros – e a pressão humana não para de aumentar” (BERGER, 1964 apud SANTOS, 2014, p. 320). Na materialidade existencial do cotidiano, no lugar próximo – onde se tensionam as forças da globalidade e da localidade – M. Santos (Ibid., p. 322) enxerga possibilidade de entendimento das relações entre espaço e movimentos sociais:

No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada um exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com confronto entre organizações e espontaneidade. O lugar é quadro de referência pragmática do mundo, do qual lhe veem solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também, o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, por meio da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e criatividade.

Parece ser esse o sentido da coexistência de lógicas hegemônicas e sua oposição, que o autor vê na metrópole, “um espaço onde os fracos podem subsistir” (Ibid., p. 322). Segundo ele, a presença dos pobres enriquece a diversidade socioespacial, ampliando as vias de intersubjetividade e interação, em suas formas de vida e trabalho. Os guetos urbanos, pela proximidade intensa, necessidade de adaptação, entre outras, criam e recriam relações de solidariedade e de comunicação – no sentido de “pôr em comum” –, que potencializam a negociação social, em que a implicação ao outro ganha destaque.

“Reconhecer a potencialidade dos moradores de favelas, e não exclusivamente suas carências ou ausências, é uma posição fundamental para inserir os territórios populares em uma agenda renovada de direitos à cidade”, reitera Barbosa (2017, p. 179) como caminho de luta por justiça territorial e direito à cidade. Barbosa chama atenção, aqui, para a integração desses territórios à cidade, não com políticas públicas exclusivas, mas como referência para toda uma

agenda de direitos, tomando seus moradores como sujeitos que não só necessitam, mas desejam. Desejos que precisam entrar na disputa de imaginários sobre o sentido da cidade, uma luta fundamental para qualquer debate sobre direito à cidade.

De quantos desejos se faz uma cidade...? Questão levantada pela arquiteta Eliane Kuster (2012, p. 67) sobre a arte cotidiana de construir sociabilidades, em artigo onde a autora trata a tensão entre o “desejo de cidade” – desejo de agrupar-se, de conviver coletivamente – e o “desejo na cidade” – “sacrifício do próprio ‘eu’” (Ibid.), na manutenção da individualidade. Sua análise parte da questão central da obra de Sigmund Freud, “O mal-estar na civilização”, na qual indaga se tal acomodação entre estes desejos “pode ser alcançada por meio de alguma forma específica de civilização ou se esse conflito é irreconciliável” (FREUD, 1996 apud KUSTER, 2012, p. 69).

Seguindo sua análise, chega-se à uma avaliação de que o desconforto de civilizar-se, como renúncia ao instinto, é o filtro propiciado por um erotismo que reabilita o lugar de *Eros* “como mediação que permite a domesticação dos instintos e torna possível a existência, no homem engendrado pela natureza, de camadas de civilização que vão lhe tornar viável a socialização” (Ibid., p. 71). Assim, não seria pela eliminação, controle ou neutralização dos desejos, mas na tensão entre corpo e política, incitando a pensar novas ideias não descoladas, mas atentas a esta tensão, de desejos na e da cidade, que teríamos uma saída para o convívio social.

Kuster termina sua reflexão atualizando essa tensão, e seus desafios, trazendo para dialogar uma das cidades invisíveis de Ítalo Calvino (2003), Cloé, uma cidade onde as pessoas andam pelas ruas sem se reconhecer, porém imaginando mil coisas e fantasias a respeito umas das outras. Um *Eros* escondido e mesmo perigoso, penso que parece advertir Calvino (Ibid., p. 54), “pois se os homens e mulheres começassem a viver os seus sonhos efêmeros, todos os fantasmas se tornariam reais e começaria uma história de perseguições, ficções desentendimentos choques e opressões”.

Em outros contos desta sua obra, Calvino nos dá a ver a complexidade do enigma da relação cidade e desejo, como em Zenóbia, onde se descobre que as cidades devem ser divididas em duas categorias – “aquelas que continuam ao longo dos anos e das mutações a dar forma aos desejos e aquelas em que os desejos conseguem cancelar a cidade ou são por estes cancelados” (Ibid., p. 39). Este parece ser o caso de Cloé e, talvez, também de Zobeide, cidade para onde as pessoas vão depois de um sonho, a fim de encontra-lo ali, mas que se mostra uma armadilha, pois esse sonho nunca é encontrado. Marco Polo, personagem viajante do livro, que precisa responder

a todas as perguntas de Kublai Khan sobre as cidades visitadas, tenta uma resposta que não cessa de nos indagar:

[...] mesmo o mais inesperado dos sonhos é um quebra-cabeça que esconde um desejo, ou então seu oposto, um medo. As cidades como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto... De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas. (Ibid., p. 46).

Uma pergunta que precisamos nos obrigar a responder diz respeito a como abrir-se ao desejo sem encarar a desigualdade na origem da crise urbana? Os fundamentos teóricos postos por Lefebvre (2001) sobre o direito à cidade, em sua radicalidade visto como um projeto utópico, é uma proposta de encarar a desigualdade e mudar a cidade, mudando a sociedade de consumo, o capitalismo e o Estado. “A sociedade urbana se forma enquanto se procura”, diz H. Lefebvre (Ibid.) na apresentação de seu livro “O Direito à Cidade”, escrito na década de 60. Uma pista aqui poderia ser pensarmos que se a vida urbana se forma enquanto se procura, ainda que as instâncias da ordem distante forjem uma semiologia da cidade traduzida em hierarquias que se projetam na realidade sensível, a cidade não se explica descolada da prática social.

Ouvir a *fala* da cidade nesse jogo entre as formas de racionalidades determinadas e aquilo que, segundo Lefebvre, o urbano sempre foi – “lugar do desejo, sede da dissolução das normalidades e coações, momento do lúdico e do imprevisível” (Ibid., p. 85) –, requer das ciências humanas renúncia às especificidades de seus distintos campos enquanto estratégia de conhecimento inseparável da estratégia política, na direção da prática de um direito à cidade. Direito à cidade que, em nosso estudo, é pensado como direito à vida urbana em sua qualidade e realização, para além das necessidades imediatas, como desejo e necessidade social de construção de um projeto, visando à transformação da sociedade desigual.

Nesse sentido, o direito à cidade é direito à obra, à criação, direito à atividade participante e direito à apropriação, ensina Lefebvre (2001). Para tal empreitada, propõe pensar para além da centralidade capitalista, uma centralidade no lúdico – de espaço e tempo para o encontro –, entendendo que a integração e participação não podem ser estimuladas pela via autoritária, prescrição administrativa ou intervenção de especialistas. O autor também enxerga, na classe pobre, uma potência na reconstrução de outras centralidades, conhecendo de dentro a segregação que lhe é essencialmente dirigida.

Trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis), necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas. Através dessas necessidades específicas vive e sobrevive um desejo fundamental, do qual o jogo, a sexualidade, os atos corporais tais como esporte, a atividade criadora, a arte e o conhecimento são manifestações particulares e momentos, que superam mais ou menos a divisão parcelar dos trabalhos. Enfim, a necessidade da cidade e da vida urbana só se exprime livremente nas perspectivas que tentam aqui se isolar e abrir os horizontes (LEFEBVRE, 2001, p. 105).

Nem retorno (para a cidade tradicional), nem seguir para frente, para a aglomeração colossal e informe – esta é sua prescrição. Para tal, é preciso criar esses *momentos*, na correria da vida cotidiana, não só de adultos trabalhadores, mas também das crianças, que de diferentes maneiras estão envolvidas nessa correria. Fato que levanta a indagação de como praticar o exercício político de participação como obra criadora, a partir de um lugar social próprio que possa deixar revelar novas necessidades,

[...] sabendo que tais necessidades são descobertas no decorrer de sua emergência [...], não figuram no “real” descrito pelos estudos de mercado e de motivações [...], não este ou aquele objeto, mas objetos sociais no espaço e no tempo. (Ibid., p. 124).

Vemos que tanto H. Lefebvre, M. Santos, como J.L. Barbosa, cada um à sua maneira, pensam o território como experiência concreta de ser no mundo. Como tal, as favelas e periferias pobres, contraditoriamente à sua condição de território urbano vulnerável, precisam ser pensadas em sua possibilidade de inventar a cidade enquanto “obra humana compartilhada”, na criação de sentidos de pertencimento para além dos estigmas sociais e raciais. Se compartilhar é habitar uma mesma morada de múltiplos desejos, pode se desenhar aí um caminho no enfrentamento do processo de distinção no espaço urbano que se apresenta como “distanciamento ontológico (corpóreo e territorial) entre o mesmo hegemônico e o outro subalternizado”, como nos diz Barbosa (2014, p. 122), que em nossa cidade é radicalmente descrito no binômio “asfalto/favela”, com marcação de hierarquias e distribuição de direitos da cidadania.

Núria Benach (2017, p. 25) critica a utilização de termos como o de “vulnerabilidade”, um dos mais recorrentes nesse campo de análise, segundo ela, pontuando que “qualificar os espaços poderia ser de grande valor se isso comportasse a análise da desigualdade espacial” (Ibid.), e não somente a estigmatização dos territórios, sem uma análise aprofundada de suas causas enquanto produto de políticas neoliberais. Atualizando o debate sobre o direito à cidade, a autora diz que este “é invocado com extrema facilidade para se referir a qualquer melhora ou concessão do sistema [...] um conceito que foi ‘domesticado’” (Ibid., p. 16). Faz uma crítica

ainda sobre a “linguagem da desigualdade”, apontando sua banalização na forma como muitas vezes é usada, que parece mais esconder do que revelar a injustiça que aí se abriga. Traz um contrapelo bem humorado a essa banalização no exemplo de uma vinheta em um periódico, do artista El Roto, onde, diante da notícia de que 1% da população acumula 99% da riqueza, ele exclama: “Já não há desigualdade! É crime!”.<sup>25</sup> Outro exemplo é o título do relatório elaborado pelos próprios moradores do bairro mais pobre de Barcelona – “Não é pobreza, é injustiça”<sup>26</sup> –, que ilustra o debate que Benach (2014) quer fazer entre as grandes explicações e o vivido.

A autora chama atenção para a legitimação de um modelo de sistema que se sustenta sobre a desigualdade, que a naturaliza e legitima como “normal”, alertando que “há muito que aprender sobre o ‘pobre’ como o ‘outro’ e, portanto, em relação à construção de uma normalidade baseada na exclusão” (Ibid., p. 16), com o perigo de estarmos realizando muitos trabalhos sobre a desigualdade urbana a serviço da “construção de uma normalidade muito útil politicamente para os ditames do neoliberalismo” (Ibid., p. 22).

Ao lado de trabalhos com valor descritivo e estatístico, Benach propõe uma análise que aprofunde as causas da pobreza e desigualdade urbanas, ouvindo-se as expectativas, necessidades desejos e planos dos que habitam a cidade. Isso seria mais potente, tratado a nível coletivo, com as múltiplas vozes dos que habitam os territórios. Uma visão mais propositiva para dar pleno sentido ao conceito de direito à cidade e justiça espacial, que implicaria realçar as formas ideológicas próprias dos cotidianos onde “o direito à cidade de Lefebvre pode ser mobilizado como ‘direito à centralidade’” (Ibid., p. 28), pensando o conceito de espaço em sua complexidade frente à experiência urbana hoje, em sua repolitização e consequente repolitização da desigualdade.

À classe operária, no dizer de H. Lefebvre, aos pobres, como se refere M. Santos, aos favelados, em J.L. Barbosa, é atribuída a condição de reconstrução de outras centralidades, para além da segregação por um imaginário que se investe na apropriação do tempo e espaço do desejo. Segregação que faz descobrir um caráter lacunar da sociedade, que seria na visão destes autores *vazios* como lugares de invenção de outros possíveis. A questão do direito à cidade, assim como dos “direitos”, de forma geral, um discurso tão atual quanto contraditório, ao se encarar seu

---

<sup>25</sup> Publicado no jornal El País, em 23 out. 2015.

<sup>26</sup> Manifesto da campanha Nou barris, de saco cheio, diz “Chega”, nov. 2014.

fracasso frente à nossa realidade social, parece depender de um plano voltado para as necessidades sociais e uma força política capaz de operá-lo.

Penso que planos as crianças explicitaram muitos em nossa pesquisa, sendo os mais relevantes, pela quantidade com que apareceram nas conversas, aqueles relativos à necessidade de espaços apropriados para brincar, como parques e equipamentos públicos de lazer funcionando, ruas sem violência e *ônibus novo* para poder ir. Quanto à força política, parece que carecemos ainda de uma educação social formal, ainda que muitos movimentos de educação comunitária e informais atuem nesse sentido. Vivemos, em nossos encontros de pesquisa, manifestações particulares e momentos onde o desejo de brincar e criar superou o medo. Seguimos com Calvino (2003, p. 46) e as muitas “perguntas que nos colocamos para nos obrigar a responder, como Tebas na boca da Esfinge”.

### 3 CAMINHOS DE ANÁLISE

Nossa pesquisa apoia-se nos estudos de Mikhail Bakhtin e Walter Benjamin, autores cujos princípios filosóficos norteiam a construção teórico-metodológica que sustenta sua trajetória e a singularidade de sua proposta, enquanto pesquisa *com* criança, através da perspectiva da pesquisa-intervenção.

Com Bakhtin (2010), percorremos um caminho por onde seu pensamento filosófico nos orienta na articulação entre ética, estética e conhecimento. Esta articulação possibilita pensar a produção de conhecimento como produção social, destacando, assim, a relevância social da ciência em suas condições de produção e as relações de poder envolvidas nessas produções. Como o conhecimento se vincula à vida? Como instigar em nós a unidade de sentido de um fazer/agir comprometido com a vida, afetado por ela? São questões que o pensamento de Bakhtin ilumina com a ideia da unidade da responsabilidade ética, ou *ato* ético, enraizado na vida, e que precisa se refletir em nossas ações, em todos os campos da vida.

Bakhtin traz essa articulação dos três campos da cultura humana – a ciência, a arte e a vida – que adquirem unidade no próprio sujeito, que assume e responde pelo que vive e compreende em cada campo de sua experiência. Ao dar sentido a estas experiências a partir de seu lugar singular, o sujeito constrói a unidade de sua responsabilidade ética frente a elas. O ético se dá, então, no lugar do acontecimento singular, ali onde um sujeito encarnado baliza seu agir num mundo também encarnado. Não se trata, portanto, de uma construção teórica para explicar o mundo, mas de um ato assinado e sem álibis.

Como esclarece Marília Amorim (2009, p. 33), “não tenho nenhuma justificativa para não pensar ou não criar aquilo cujas condições de possibilidade advêm de minha singularidade enquanto sujeito. É o que Bakhtin chama de não álibi no ser”. Um pensamento tornado ato é um pensamento valorado, com entoação – cor, gestos, nuance –, que deixa de ser algo abstrato, ganhando espessura semântica de validade, de justiça. Segundo Bakhtin (2003), somente assim completada a palavra teoria se torna plena. A assinatura do pensamento/ato é necessidade que vem de dentro, como um dever do pensamento. O dever do pensamento, sua assinatura e posicionamento, assim como o ser do pensamento e a teoria universalizada que ele exprime, adquirem valor e entoação, e deixam de ser mera abstração.

A abstração enquanto conhecimento teórico sem o sentido é criticada por Bakhtin, no contexto da modernidade capitalista, no qual o sujeito existe como indivíduo neutro, que não deixa marcas, constituído por pensamentos acima ou fora dele. Já a assinatura do pensamento, que não é expressão de subjetividade, mas posição, é também, e por isso mesmo, inscrição na relação de alteridade, na relação do sujeito na história de seu tempo. É esse sujeito assim implicado no real quem dá sentido ao conhecimento que, desta forma, é reconhecimento.

Ao desenvolver uma obra que se ocupava da relação da vida com as diferentes formas de conhecimento, a filosofia da linguagem de Bakhtin (2003) criticava, em relação aos estudos do pensamento linguístico de sua época, tanto o objetivismo abstrato, no qual a fala fica fora da língua, como o subjetivismo idealista que, priorizando o aspecto subjetivo individual, perde igualmente seu caráter social e sua relação com a vida. Bakhtin percebe a substância da língua como fenômeno social, inseparável do fluxo verbal e em constante movimento de criação de novas possibilidades, sempre inacabado. Formula, assim, uma concepção de linguagem que não pode ser isolada, nem objetiva nem subjetivamente, mas que se fundamenta numa relação dialógica, entendida como relação de sentido. O valor de um enunciado, nesta visão, não é encontrado no sistema da língua, determinado por ele, mas nas diversas formas de interação que este sistema estabelece em múltiplas relações dialógicas possíveis. O outro do diálogo é, nesta perspectiva, “alguém pleno de palavras interiores” (JOBIM E SOUZA, 1994, p. 108), que compreende e participa do diálogo, continuando a criação de seu interlocutor.

Vamos entendendo, assim, a compreensão como um processo dialógico e também criativo, pois inacabado e aberto a novas possibilidades. Outro elemento que constitui o enunciado verbal, e é parte essencial da estrutura de sua significação, é a entoação. Na entoação, a palavra se relaciona com a vida, na fronteira entre o verbal e não verbal, o dito e o não dito. A este horizonte espacial e ideacional dos falantes, a partir do qual a entoação pode ser compreendida, Bakhtin chama *presumido*. Apreendemos daí que a palavra em si não tem emoção, expressão ou outra valoração sem o valor apreciativo do ouvinte.

Na transposição desses princípios ao campo de pesquisa, onde o objeto de investigação é um sujeito que deixa suas marcas, destaca-se a capacidade e fertilidade da ciência de abrir-se à problematização de seu próprio processo, como abertura dialógica que nos salva do vazio alteritário que expropria a todos, pesquisador e pesquisados. Vazio que afeta também todos que

se recusam a ouvir seus diferentes, uma vez que a relação alteritária está posta na vida cotidiana como elemento constitutivo das próprias relações sociais.

Outro pressuposto teórico é trazido da obra de W. Benjamin (1995, 2012), autor que concebe o *desvio* como caminho indireto e, por isso mesmo, fértil em suas possibilidades infinitas de um conhecimento que acolhe nosso não saber como premissa, implicando um deslocar-se de si mesmo, a fim de encontrar o inesperado. Esse perder-se significa adentrar novas rotas que somente o olhar atento alcança, olhar atento que percebe o fio que escapa à trama do tapete, imagem trazida por Benjamin (2012) para pensar esse caráter fértil do desvio. Na obra das “Passagens” (2009, p. 499) afirma que “o que são desvios para os outros, são para mim dados que determinam minha rota”. Na apresentação desta pesquisa dialoguei com sua obra “Rua de Mão Única” (BENJAMIN, 1995), na qual vemos pistas para pensar o desvio pelo olhar infantil rememorado, na provocação sobre a instrução necessária para “saber perder-se” (Ibid., p. 73), ou o costume da criança de “manter-se um passo atrás da mãe” (Ibid., p. 125), a fim de adentrar o desconhecido.

Benjamin nos inspira aí a assumir a infância como desvio paradigmático para uma crítica cultural, na experiência infantil de brincar, pelo mergulho em um pequeno mundo de coisas inserido num vasto mundo, reparando, criando e indagando a materialidade das coisas. Como esclarece Pereira (2012, p. 27), esse olhar infantil se oferece “como fértil campo de observação para se perscrutar o espírito cultural de uma época e a forma como nela se inscreve a experiência da infância”. Por “pequeno mundo” entendem-se tanto os fragmentos do nosso cotidiano, que podem passar despercebidos e que o olhar infantil traz à cena, enriquecendo-a em sua pluralidade interpretativa, quanto à condição política dessa categoria social, excluída pelos sistemas explicativos hegemônicos.

Abrir-se a esta experiência alteritária e fecunda-la na interação com o outro, neste caso as crianças, é, então, problematizar os lugares sociais que ocupamos e as demais diferenças inscritas em nosso imaginário. Desta forma, a pesquisa *com* crianças, para além da riqueza que se revela no olhar infantil desviante, demorado, no miúdo das coisas, é aqui proposta que tem como fundamento uma concepção de infância e de criança como categoria social, cuja voz precisa ser ouvida enquanto direito fundamental de participação. Ponderamos que somente através da participação da criança como falante por si mesma é que deixaremos de tutela-la, como representantes de seus interesses, possibilitando sua condição de cidadania, não mais elaborando

políticas *para* elas, mas *com* elas. Politizar a infância é provocação de Castro (2007) como problematização destas traduções que os adultos fazem das demandas infantis, ainda que com intenção positiva, pois ao acrescentar algo de nossos valores e convicções, corremos o risco de moldar e dominar essas demandas, ao lhe dar acabamento. “Que concepção de direito é possível de ser construída à margem da participação?”, questiona Ribes (2015, p. 59) ao discutir as condições de cidadania e participação da criança na sociedade contemporânea como forma de refletir sobre que “outras experiências, narrativas, geografias, pedagogias, enfim, que verdades uma política da participação poderia trazer à tona?” (Ibid.).

O que move a vida, move o desejo de conhecer e de transformar. Ao longo da minha trajetória profissional, e em particular na construção desta pesquisa, percebo o desejo e a intenção de intervir na realidade através da criação de um espaço e tempo para o acontecimento da experiência política de participação. É nesse sentido que a pesquisa-intervenção é adotada neste trabalho, ressaltando o vínculo entre vida e ciência, buscando, ainda, articular o problema que trazemos como questão de pesquisa ao modo de pesquisar:

[...] a recusa de colocar-se fora da relação com a criança, sem, com isso, deixar de olhá-la de um outro lugar e permitir-se ser olhado por ela, a partir do lugar que ocupa, é o que define essa perspectiva metodológica que conjuga produção de conhecimento e intervenção (JOBIM E SOUZA; SALGADO; RIBES, 2009, p. 14).

A pesquisa-intervenção tem no encontro dialógico uma condição e na alteridade um fundamento de sua abordagem polissêmica na constituição do conhecimento. Aqui se desenha a intervenção pensada como interação, a partir do encontro que funda o acontecimento da pesquisa, onde os sentidos e significados que nos constituem forjam nosso olhar sobre o mundo, e, por isso mesmo, o encontro com o outro é um encontro com outro mundo, demandando uma negociação ideológica de sentidos.

Esse encontro com o outro não é espontâneo, nem idealizado, e supõe ainda um exercício tanto de estranhamento, quanto de aproximação, nos fazendo, a todo o momento, perguntar de novo o que queremos saber. Uma indagação permanente que altera o objeto de pesquisa, os pesquisados e o pesquisador, em um movimento de negociação como lugar de reflexão responsiva, enquanto implicação com a verdade do outro e enquanto lugar de ação. Movimento que nutre a intervenção, “uma transformação que carrega consigo os valores tanto do pesquisador quanto do pesquisado” (MACEDO, PEREIRA et. all., 2012, p. 97).

O que quero fazer existir com minha pesquisa? O que quero fazer existir quando saio com as crianças para passear? O fato de essas questões ressoarem desde o início da pesquisa, e ainda antes, desde os primeiros passeios com crianças, reafirma meu desejo de intervir na realidade buscando instaurar um diálogo com as crianças sobre a cidade e sua participação, na diferença de nossas experiências, não só sociais, quanto geracionais, frente à cidade contemporânea. O que a infância contemporânea tem a dizer sobre a cidade? Como as crianças vivem sua paisagem urbana e humana? Em que medida contracenar com as lentes infantis nessas paisagens pode instaurar um lugar de reflexão e ação que nos permita o exercício crítico aqui ensejado pela pesquisa-intervenção?

Fazer encontros de conversas e de passeios com as crianças foi por onde criei também uma intervenção para que a pesquisa acontecesse. Penso que vivemos ali momentos de imprevisibilidade, ainda que tenha organizado os encontros trazendo poesias, mapas e pensando perguntas que nem sempre se revelaram adequadas em sua abstração – como as que envolveram o conceito de cidade, por exemplo –, me deparando ainda com presumidos e atitudes definidoras de nossos lugares sociais. Fui, assim, me defrontando com pontos cegos, o que, nessa perspectiva aqui pretendida, são pontos igualmente ricos.

Trago uma análise, dentre tantas possibilidades, que me aproxima da compreensão das experiências de passear com as crianças, objetivo da pesquisa. Para tal, pensei os conceitos de cronotopo e experiência, e o conceito de imagem dialética, nessa forma de apresentação: “o encontro como um cronotopo – pesquisa como experiência”; e “imagens dialéticas – a cidade em tensão”.

### **3.1 O encontro como um cronotopo – A pesquisa como experiência**

O conceito de cronotopo de Bakhtin, trazido de suas análises literárias, entrelaça as ideias de tempo, espaço e transformação, a partir do acontecimento onde os sujeitos envolvidos sofrem um afetamento mútuo. Percebo este conceito em uma relação de proximidade com o conceito de experiência de Benjamin, trazendo-os aqui para pensar o encontro da pesquisa como um cronotopo e a pesquisa como experiência.

Bakhtin (2003), ao formular o conceito de cronotopo, respondia a toda uma tradição de tempo cíclico, absoluto ou eterno, que a historicidade da modernidade começava a revolver com

a matemática e a teoria da relatividade de Einstein, apontando para a indissolubilidade da relação entre o espaço e o tempo. “Ver o tempo... ler o tempo no espaço... os indícios da marcha do tempo” (Ibid., p. 243) são ideias que refletem uma união entre ver e pensar em um complexo cognitivo que, ao revelar suas contradições, abrem janelas novas para o tempo futuro, a transformação.

Bakhtin se debruça sobre o pensamento de Goethe para trazer a visão de tempo que vai se construindo neste conceito, pois para Goethe o pensamento pode sempre ser representado por uma forma visível, isto que pesquisava tanto nos fenômenos naturais, como na literatura. Ver o tempo no espaço e seu conseqüente movimento – visível do tempo histórico –, parece ser um caminho por onde Bakhtin vai refletindo sobre a construção da ideia de cronotopo. Um exemplo do pensamento de Goethe, trazido por Bakhtin, era sua hostilidade pelo culto turístico aos sítios históricos, “fantasmas, desprovidos de qualquer vínculo necessário e visível com a realidade viva que o rodeava” (Ibid., 2003, p. 252). É Bakhtin (Ibid., p. 253) quem diz que:

[...] a esses “fantasmas desaparecidos”, Goethe opõe as pedrinhas apanhadas na margem do rio pois, a partir desses fragmentos, é possível formar uma ideia global sobre o caráter de toda uma região montanhosa e sobre o passado necessário da terra [...] uma plenitude temporal que é sensível, visível.

Segundo Bakhtin, outro traço da visão de Goethe que corrobora sua aversão aos fantasmas como ruínas vazias de sentido, apoia-se numa percepção concreta dos lugares, na humanização criadora dos lugares: “uma localidade, ou uma paisagem, que não se reserva um lugar ao homem [...] que não é habitada e urbanizada não pode servir de teatro para a história do homem” (BAKHTIN, 2003, p. 253.). Aqui Bakhtin traz, com Goethe, as mãos do homem na construção de um espaço histórico da vida, os sinais do tempo histórico nas ações criadoras do homem – “cidades, ruas, casas, obras de arte e de técnicas, estrutura social, etc.” (Ibid., p. 243). Esse caráter cronotópico de um lugar impregnado de tempo, Goethe apresenta a partir de suas viagens onde, para além das paisagens geológicas ou geográficas, vai descortinando o palco dos acontecimentos históricos em suas atividades.

Segundo Amorin (2004), o cronotopo em literatura é, para Bakhtin, uma categoria da forma e do conteúdo, que realiza a fusão dos índices espaciais e temporais em um todo inteligível e concreto. Ao trazer esse conceito para o campo da pesquisa, a autora o enfatiza como elemento constitutivo, lugar em que a história se desenrola, lugar do encontro das diferenças. Em Bakhtin, diz ela, “o cronotopos mais difundido para o tema do encontro é o da estrada” (AMORIM, 2004,

p. 223), lugar dos inesperados, dos desvios e mudanças de rumo, “lugar por excelência da alteridade: o encontro com o outro traz em si a possibilidade de me desencaminhar” (Ibid.). A estrada indica o lugar onde se desenrolam as ações: “no encontro, a definição temporal (naquele momento) é inseparável da definição espacial [naquele lugar]” (AMORIM, 2006, p. 99). Diferente do conceito de exotopia, que também traz a relação tempo e espaço, o cronotopo realça a questão do tempo indicada pela dimensão de movimento a que o tempo nos remete, marcando a relação alteridade/identidade como possível campo de transformação.

Vamos ao campo da pesquisa buscando o encontro como acontecimento e a experiência que nos atravessa nesse processo enquanto transformação. A experiência em Benjamin (2012) é algo único no momento de seu acontecimento, e é no sentido de serem acontecimentos de caráter extraordinário que aproximo os conceitos de experiência e cronotopo aqui, pensando meu encontro com as crianças, tanto de conversa, quanto de passeio, desenhando o contexto e o processo desse acontecer como um cronotopo em suas experiências.

Benjamin (2012, p. 124), ao se perguntar “qual o valor de nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós”, reflete nossa pobreza de experiência enquanto humanidade. Constrói sua reflexão sobre o conceito de experiência em contraponto a um contexto onde vê o declínio da tradição e da capacidade de narrar perdendo lugar para o choque – o qual ele representa na imagem dos soldados voltando mudos da guerra. No texto sobre “O narrador” (BENJAMIN, 2012.), o autor traz essa imagem da guerra como denúncia do caráter medíocre da experiência no mundo moderno, nos transformando em autômatos imunes aos choques: “Não se notou, no fim da guerra, que as pessoas chegavam mudas do campo de batalha – não mais ricas, mas mais pobres em experiências comunicáveis?” (Ibid., p. 214). Com os avanços civilizatórios continuamos esta barbárie sob outras formas, como a dificuldade de ouvir o outro e de nos darmos tempo para deixar fluir o acontecimento.

O narrador é aquele que colhe o que narra na experiência, e transforma isto outra vez em experiência, tecendo o fio do sentido da vida, que não se exaure porque continua encontrando quem o escute. Este, por sua vez, continua o trançado, pois lhe é facultado o espaço para interpretar o acontecimento como ele entende. Assim, diz Benjamin, o que é narrado alcança amplitude, um estado de descontração necessário para que se dê o processo de assimilação em camadas profundas, diferentemente da forma de comunicação engendrada pela informação, que é explicação com ponto final, onde não cabem interpretações e distensões de qualquer natureza.

Essa distinção entre explicar, informar e decifrar, nos leva a perceber a diferença entre acumulação de conhecimento e compreensão do mundo, esta que precisa manter a abertura a fim de deixar seus rastros em um constante movimento de transformação.

Larrosa (2008, p. 21), inspirado em Benjamin, pensa a experiência como perigo, travessia, exílio, em que o sujeito da experiência se expõe, atravessando o espaço em branco. Este autor<sup>27</sup> nos ajuda a pensar a pobreza da experiência de que trata Benjamin, e o choque:

[...] a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece ... nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara.

Larrosa fala do desejo de realidade como experiência. Relaciona este desejo com a atenção de estar presente, estar aí onde se está, com o cuidado, a escuta, a espera. Questiona, assim, formas dominantes de fabricação do real como obstáculos a este estar presente. Sigo, nos encontros e passeios com as crianças, pensando com estes autores como está difícil sustentar essa temporalidade da espera, “resultado de dar-se tempo e espaço para a chegada do mundo, do outro e de nós mesmos” (Ibid., p. 190).

A tentação é dar um ponto final, conclusivo, libertar-se da experiência, principalmente quando esta nos confronta em nossas fraquezas, incertezas e seus imponderáveis. Mas alterar e alterar-se parecem ser a arte do encontro com o outro, com a diferença. Amorim (2006) fala do cronotopo da estrada, e do carro como cronotopo contemporâneo – lugar do fechado que atravessa lugares, sem mudar de lugar –, e nos leva a refletir justamente sobre o desmonte desta lógica, trazendo o cinema de Kiarostami como exemplo, introduzindo o princípio da alteração dentro do carro. “A grande viagem, dentro desse lugar idêntico a si mesmo que é o carro, se dá pelo diálogo com o outro. Os diálogos são a ação, os diálogos são o que transforma” (Ibid., p. 105) Segundo a autora, esse espaço fechado é condição para que se veja, justamente, o que está aberto.

Vou me dando conta do quanto diferença e desigualdade podem se confundir nesse jogo que identifica ou deforma. Esse foi um dos grandes desafios nesse percurso. Desafio que fui refletindo no adiantado do percurso, pois a experiência vai reverberando aos poucos, como a *artesanía* de seu processo, e se nos abrimos ao inusitado dela, como resultado de dar-se tempo e

---

<sup>27</sup> Conferência proferida no I Seminário Internacional de Educação de Campinas, traduzida e publicada, em julho de 2001, por *Leituras SME*, na *Revista Brasileira de Educação*.

espaço para sua chegada. A pesquisa como experiência é fundamento dessa proposta, que se pensa como processo em devir, tentativa de manter vivas as tensões. A imagem da estrada, em seu incessante movimento e alteração, é por onde compreendo o conceito de cronotopo e sua contribuição para esta análise dos encontros.

### 3.2 As Imagens Dialéticas – A cidade em tensão

“É preciso transformar o que está inacabado [a felicidade] em algo acabado e o que está acabado [o sofrimento] em algo de inacabado” (BENJAMIN, 2009, p. N8,1). Esse pensamento de Benjamin, em sua obra das “Passagens”, me inspira e provoca desde o início do trabalho. Aquilo que poderia ter sido é a imagem de felicidade que o historiador pode salvar. Felicidade e sofrimento como movimento e transformação, pois “é muito fácil estabelecer dicotomias para cada época [...] de modo a ter de um lado a parte fértil, auspiciosa, viva, positiva, e, de outro, a parte inútil, atrasada, morta de cada época” (Ibid., p. N1a, 3). Para romper com essa dicotomia, o autor propõe uma dialética *ad infinitum*, até que todo “o passado seja recolhido no presente em uma apocatástase histórica” (Ibid.). Apocatástase, termo que Benjamin apropria da teologia com sentido de salvação de todas as almas, dos justos, pecadores, e mesmo do próprio demônio!

A construção deste pensamento filosófico é de ruptura, hostil a qualquer determinismo ou evolucionismo, pondera Leandro Konder (2002, p. 100). Um pensamento que persegue a luta contra a injustiça, mas buscando um movimento dialético que ensina “tanto reconhecer a ideologia infiltrada no conhecimento como discernir elementos importantes de conhecimento [...] no próprio campo da ideologia”.

A relação entre o ocorrido e o agora não é progressão, para Benjamin, mas dialética. Buscando responder criticamente à ideia de dialética como movimento progressivo, Benjamin sugere uma tese paralisada, em tensão. Sua historiografia traz essa chave para olhar os passeios e as conversas com as crianças, a saber, seu conceito de imagens dialéticas. Assim, ao tentar ler algumas das experiências vividas nessas interações, a necessidade de traduzir as percepções e suas contradições em palavras me aproximou desse conceito. Ler o real e revelar sua inteligibilidade em imagens, transformando a imagem em conhecimento, mas também em projeto, desejo e utopia.

A pesquisa do cotidiano contemporâneo, segundo estes princípios, será sempre parcial, uma vez que este se encontra em inesgotável ebulição. O método benjaminiano, para compreender a fundo esse movimento do real, é uma práxis – um fazer-pensar –, onde é preciso participar desse movimento fazendo-o (KONDER, 2002, p. 95), implicando que o conceito se deixe perturbar pelos fenômenos empíricos na revelação de suas contradições. “O conceito precisa se aproximar da imagem” (Ibid., p. 96), para poder ver a luz na sombra, essa possibilidade de resistência que imobiliza o pensamento: “a imagem dialética que cristaliza o movimento de uma contradição, extraindo-a do fluxo em que pode se dissolver e nos escapar – promove o encontro necessário entre o conceito e a imagem” (Ibid., p. 96).

A imagem é encontro do que foi, o ocorrido, com o agora, encontro que imobiliza o pensamento num lampejo, diz Benjamin (2012). Sua verdade está carregada desse tempo de agora, a possibilidade de sabê-la, conhece-la, até sua explosão em outras possibilidades. Seu espaço é a linguagem. Benjamin experimentou, em sua teoria do conhecimento, a forma de escrita em fragmentos, tal como vimos em “Infância em Berlin” e, notadamente, nas “Passagens”. Essa forma diz da possibilidade de encontrar, no particular, aquilo que este carrega da realidade, do todo a que pertence. Segundo Pereira (2012), não é o fragmento, mas a relação que ele sugere, o que lhe dá autenticidade – na tensão que ele remete ao todo. Sua dimensão alegórica, diz a autora, não se esgota em si, mas de si fala do outro, do todo com que se relaciona. A imagem dialética é, assim, uma imagem crítica de um particular que traz a possibilidade de entendimento do todo, sendo, esse particular, uma interpretação que revela criticamente tanto o passado, quanto o presente.

O caráter de montagem que essa escrita em fragmentos oferece, como um mosaico, diz da construção de uma verdade vinculada à sua materialidade. Trago minha ideia de montagem a partir dos encontros e passeios com as crianças, quando questões vividas ali me despertaram para suas contradições. Sabendo que muitas outras montagens podem ser pensadas a partir de outras leituras, essa arrumação em quatro imagens é o mosaico de meu caleidoscópio nesse momento: “ir aos lugares – metade bom metade ruim”; “o shopping – lugar de comprar lugar de apreciar”; “nós e eles – aqui as pessoas são mais parecidas com a gente, a gente fica melhor aqui”; “participar – mas não muito”.

### 3.2.1 Ir aos lugares – Metade bom... metade ruim

São muitas as questões que podem estar contidas no gesto que Mateus expressa dividindo o rosto com as mãos: “gosto de ir à praia assim, metade bom, metade ruim”. Ele faz esse gesto no transporte indo à praia, quando pergunto às crianças se está tudo bem. Percebo aí a vontade e o medo de ir, o sonho que habita todos nós e a realidade que, muitas vezes, causa medo e que as crianças revelam tão bem conhecer, como nessa fala do Melque:

Melque – A cidade pra mim é tudo de bom, só que as vezes não é muito bom não.  
 Eu – O que não é muito bom?  
 Melque – Os tiroteios, lixo na rua, matar pessoa...

O passeio à praia, desde seu planejamento, pareceu condensar a tensão entre ir e não ir, e porque não ir:

Eu – O que falta que mais afeta as crianças?  
 Mateus – Brinquedo, praia.  
 Eu – Tem praia essa cidade, o que falta?  
 Mateus – Ônibus novo.

Em uma cidade com muitas praias, parece faltar a chance de ir – “falta ônibus” ... “ninguém vai, ninguém quer” – como disseram. E se não vou, como construo meu pertencimento a esse lugar? A ideia de pertencer se delineia como base para a experiência de conhecimento e circulação de um território particular para um território público, na busca desse *lugar-cidade*. Mas como estar em diferentes territórios como experiência da cidade, se a cidade não é lugar de direito para todas as crianças? A mobilidade é um direito fundamental, indicador de condição social e realização democrática da vida na cidade. Sua restrição é sintoma de nossa desigualdade, afirma Barbosa (2014). Não se sentir parte faz, dessa cidade praiana, uma estranha que desestabiliza, e aí, como a justificar o medo de ir, fabulam-se tubarões e águas vivas, como estratégia para voltar ao conhecido, ao previsível e estável Parque da Quinta:

Gabriel S. – No Leme tem bem aquelas águas vivas pequenas, se encostar vai queimar e vai dar choque em nós.  
 Eu – Não é toda época que da água viva...  
 M. Edu – Pois é tia, mas aquela água é muito azul, tia!!!  
 Muitos falam de ir pra Quinta, então...  
 Eu – De novo na Quinta?  
 M. Edu – Vai queimar o pé da gente, eu não vou cair na água.  
 Carlos – Copacabana não, lá tem tubarão!  
 Gabriel S. – Mas hoje a gente podia, então, ir pra Quinta.

A desigualdade na condição de mobilidade, que inibe o pertencimento, remete à restrição de outro direito, o direito de fruição estética. As crianças querem fruir esteticamente a cidade, e para isso a mobilidade é um direito que “transcende o sentido físico do deslocamento intra e entre lugares [...], para alcançar o encontro de diferentes, como premissa da democratização do uso social do espaço urbano” (BARBOSA, 2014, p. 70). Não somente a fruição em lugares emblemáticos, icônicos, como a praia de Copacabana, mas nos lugares públicos em geral, “como expressão da riqueza estética do espaço urbano contemporâneo”, pontua Barbosa (Ibid., p. 71). O desejo das crianças que buscam, na cidade, praia, brinquedo e parque é expressão dessa fruição, trata-se de “uma dobra de subjetivação corpo/espaço como potência de agir político no cotidiano da cidade. Afinal, a celebração da alegria e felicidade é um dos mais contundentes contrapontos à sociedade do espaço-tempo útil sob a égide do capital” (Ibid.). Mobilidade e fruição – desigualdade e violência. A violência da cidade vai à praia.

M edu – Copacabana tá roubando mais dessas praias...

Há assaltos e os chamados arrastões nas praias e as crianças sabem sobre isso, relatam as blitz nos ônibus vindos da zona norte para a praia da zona sul, assim como os assaltos nos ônibus e na praia – de dentro e de perto.

Halana – ... O motorista não deixa os garotos entrarem no ônibus, eles quebram ônibus.

Eu – O motorista não deixa, as pessoas quebram...

Mateus – Tem gente que sobe em cima do ônibus.

Eu – Vocês acham que é por que o motorista não deixar entrar?

Melque – De graça...

Halana – Igual meu irmão, Lelé, foi à praia com a namorada, aí os garotos tavam roubando, aí eles correram e a polícia veio pegar ele.

Eu – Por que você acha que a polícia veio pegar ele?

Halana – Porque os garotos botaram o cordão perto dele.

Eu – Os garotos correram e deixaram o cordão perto dele?

Halana – É! Aí a polícia viu e levou ele.

[...]

Rafael – Tia, tem muita gente indo à praia roubar, meu primo foi.

Eu – Mas ele foi preso?

Rafael – Não, ele é um pouco maior que eu. Ele só foi uma vez preso... a mãe dele tava no ônibus, ele tava roubando um negócio, aí a mãe dele viu ele e ele saiu correndo.

Essa questão atravessa praticamente todas as nossas conversas, trazendo a vivência de segregação e limitação de territórios demarcados. *Metade ruim* parece ser o medo do que não me é familiar, dos lugares restritos e nos quais não me sinto pertencendo. Mas também receio do que conheço, como a história contada acima pela Halana e pelo Rafael. Queremos ir, mas os medos são muitos e até difusos, como nessa conversa sobre medos na cidade:

Carlos – Meu medo na cidade de cair num buraco bem grande.

Rafael G. – Cair também, no buraco.

Carlos – Eu queria ir pra Paris, Nova York...  
 Eu – Vocês gostaram dos nossos passeios?  
 Rafael G. – Gostei mais do bombom!

Tem os *buracos* no caminho, aí melhor que passear é “ganhar bombom”, ou sonhar com Paris e Nova York, neste contexto de violência bem próxima das crianças, como aparece na conversa que se expande do medo da praia à invasão da Mangueira:

M Edu – Não tia, a praia tem muito bandido...  
 Eu – Bandido? Bom, gente, tem bandido em qualquer lugar, né?  
 M Edu – Eles tão invadindo a Mangueira.  
 Eu – Quem?  
 M. Edu – os alemão.  
 E todos começam a falar juntos sobre bandidos que vêm da Rocinha, como mataram um.  
 Gabriel S. – Mataram um amigo, o moleque não era traficante, nem nada.  
 Eu – Seu amigo?  
 Gabriel S. – Não, amigo de todo mundo. Ele tava no queimado, aí começou a dar tiro pra caraca, aí a bala pegou nele e morreu... e hoje é o enterro dele.  
 Eu – É tanta gente morrendo de bala assim!  
 M Edu – É polícia, hoje não foi polícia, mas...  
 Gabriel S. – Hoje foi menino!  
 M Edu – Quase todo dia que amanhece morre um.

Esse medo, como enfrentar? Com este grupo, assim como paralisamos a conversa dos muitos medos, em seguida começamos a planejar o passeio à praia, querendo levar óculos escuros, skate e até bicicleta, a *metade bom* de ir à praia? Tavares (2003, p. 156) diz que “viver a/na cidade como um ‘livro de espaços’ requer – entre outras coisas – capacidade de frustração, especialmente para decifrar as armadilhas e desviar das páginas que não trazem felicidade”. A autora desenvolve essa reflexão com Edgar Morin, em sua epistemologia da complexidade, e aqui entendo que desviar da infelicidade, indo à fruição estética da praia, teria sentido de superar um pensamento simplificador – bom ou ruim –, compreendendo o movimento do real, a fim de enfrentar sua complexidade. Com Benjamin, podemos pensar em sua dialética *ad infinitum*, onde felicidade e sofrimento são o movimento e a transformação que podem nos aproximar de outras verdades possíveis. Assim, o desejo de conhecer, enquanto desejo de experiência e alteridade, seria a *metade boa*? De toda forma, fomos à praia levando nossas metades *boa e ruim*, nessa cidade que *é tudo de bom, só que às vezes não é muito bom não*.

Considerando o espaço não só como lugar de relações sociais concretas, mas também de imaginação poética, M. Lima (1989, p. 30) pensa as cidades como espaços que se transformam: “para a criança existe o espaço-alegria, o espaço-medo, o espaço-proteção, o espaço-mistério, o espaço-descoberta, enfim, os espaços da liberdade ou da opressão”. É ao tratar da poética do

espaço que Lima (1989, p. 14) traz, de Bachelard, a ampliação do componente subjetivo do espaço:

Começa na casa, enquanto recinto habitado, e abraça o universo, através da proteção, amparo e calor humano... é ele, o espaço da casa, que mantém o homem erguido através de todas as tempestades do céu e da vida...lhe permite entregar-se aos sonhos da fantasia.

Começa na casa. Por esse caminho trago a relação tensionada entre lugares familiares e desconhecidos, nessa imagem aqui, pois os lugares vão ganhando sentidos novos, dependendo da experiência e da potência da imaginação em recriá-los, da potência do fabular infantil, que cria o novo também como contra-dispositivo aos perigos *das tempestades do céu e da vida* e do acomodar-se, pois temos o desejo de transitar pelos espaços, uma vez que há chance de fazê-lo, ainda que em tensão. Experiência que a corporalidade da criança favorece ao aproximar os objetos que estão distantes no tempo e no espaço, como poetizam os fragmentos de “Infância em Berlin” (Benjamin, 1995) – foi o que me disseram os gestos e a história do Gabriel C.. A linguagem dos gestos do Gabriel C. na praia do Leme, uma coreografia todo o tempo entre o mar e a areia, nesse luta em diálogo com a praia e a cidade, onde agora precisa morar, espelha para mim a tensão de que falamos.

Essa imagem do Gabriel C., que depois pude rever também em vídeo, feito pela monitora, me acompanha neste trabalho como alegoria que condensa a experiência de passear na cidade em tensão, imagem dialética que me diz da felicidade e do sofrimento como movimento e transformação, tal qual a teoria crítica do progresso nos alerta em Benjamin. Nessa imagem, vejo a luta do Gabriel C., mas também aquilo que está carrega da realidade de muitas de nossas lutas em *transformar o que está inacabado... em algo acabado...* O Gabriel C. me faz ver o menino de Guimarães Rosa (1988, p. 07), em suas “Primeiras Estórias”, narradas a partir do olhar desde o interior, trazendo ao menino que vai onde se construía a grande cidade, “novo senso de esperança que se apresenta ao não-sabido [...], um crescer e desconter-se [...], fugir para o espaço em branco”, por onde se penetra no universo dessa fronteira entre a casa, o doméstico e familiar, e “lá fora um montão demais; o mundo” (Ibid., p.11), como diz o assombro do menino em Guimarães. Assombro que ecoava no menino um medo secreto entre o contentamento e a desilusão com o novo espaço, isso que o fazia, por vezes, renunciar à curiosidade “para não passear com o pensamento” (Ibid.).

Para adentrar o *espaço em branco*, torna-lo habitável, Gabriel C., quero aqui imaginar (!), faz passear seu pensamento como a abrir o longe no perto, pelo devaneio poético. Devaneio no sentido que Bachelard (2009, p. 13) atribui a este fenômeno espiritual em seu caráter construtivo enquanto devaneio poético, como um “não-eu meu que permite viver minha confiança de estar no mundo”. O devaneio poético, nessa visão, nos dá o *mundo dos mundos*, em uma suspensão lúdica que não é abandono, ou simples distensão, mas que poderíamos pensar como acesso ao jogo do jogo, ao jogo do mundo. Esse devaneio que “emana de tantas fontes que seria inútil traçar-lhe a geografia [...], que parece devolver vida a vidas que não aconteceram, vidas que foram imaginadas” (Ibid., p. 106) – é como recebo a história do Gabriel C. sobre o pai morar na montanha, relatada no passeio à Quinta. Estávamos sentados no gramado, os colegas falavam ao gravador suas histórias. Gabriel que, no primeiro encontro, não quis falar nada, contemplando a cadeia de montanhas do maciço da Tijuca ali à nossa frente, chega junto dizendo:

Gabriel – Meu pai já morou lá em cima ... lá em cima na montanha.  
 Eu – Lá em cima aonde?  
 Gabriel – Lá em cima!  
 Gabriel – Eu visitava meu pai lá, tia. É lá em cima, é só pegar um avião e pronto!

Entre ir e não ir, ser e não ser, a imaginação da criança, subverte a ordem estabelecida e nos dá a ver outras verdades possíveis de serem garimpadas, quando nos abrimos ao diálogo. Imaginar é tomar posição no mundo, diz H. Arendt (2014). Que posição toma aqui o Gabriel C.? A imaginação seria esse espaço de possibilidades, área disponível de *manobra* (WINNICOTT, 1975), em que estaríamos livres para criar o mundo. As crianças *manobram* como habitantes de uma linguagem ainda não deliberada, e talvez por isso, mais potente e desestabilizadora de percepções enquadradas. Posso dizer que Gabriel C. toma uma posição política tentando dar sentido à sua identidade na diversidade da nova cidade? Para Arendt, a política é o encontro em uma teia de relações de natureza plural, espaço “entre” as pessoas, capaz de relacioná-las e congregá-las. Assim, me pergunto se tanto a coreografia do Gabriel C. na praia, quanto sua história inventada na Quinta, podem ser pensadas em sua dimensão política, como elementos que expressam sua luta em formas possíveis de conviver com a nova realidade?

O Gabriel C. e sua irmã Carol trazem a noção de espaço, em suas referências afetivas, como memória dos amigos, dos brinquedos e dos lugares, em sua escala vivencial.

Gabriel C. – Eu gosto de sair com minha mãe... Lá onde eu morava.  
 Eu – Onde você morava?

Gabriel C – Lá em Pernambuco. Lá teve brinquedo, escola, eu gostava de escola, eu fiz meus amigos...

[...]

Carol – Eu gosto de qualquer lugar com a minha mãe [...], lá na minha porta [...], minha mãe disse que vai se mudar, eu, Gabriel e Michel, e a Iaia.

Eu – E você queria se mudar? Voltar pra sua casa lá em Pernambuco? O que tinha lá?

Carol – Brinquedo, eu e Gabriel...

Eu – Mas aqui tem brinquedo e o Gabriel. Você não quer descobrir os brinquedos daqui?

Carol – Não!

Arno Vogel (1995, p. 16), em sua pesquisa “Como as crianças veem a cidade”, encontra a oposição complementar “casa e rua”, formulada pelas crianças: “a minha rua é a minha casa, a casa dos meus vizinhos, a padaria, açougue a pracinha [...] Segundo o autor tudo que compõe o ambiente urbano mais ligado à vida cotidiana que gira em torno da casa onde moro”. Nesta pesquisa, realizada nos anos 80 no Rio de Janeiro,<sup>28</sup> há um limiar que aparece em muitas cartas e desenhos quando se propõe pensar o tema da casa. É o jardim, que no dizer de uma criança de sua pesquisa, “faz a esperança para nossa casa” (Ibid., p. 25). Há inúmeros relatos sobre o jardim da casa, ainda que, em sua maioria, ele exista apenas como desejo. Também na pesquisa de Lima (1989, p. 29) há uma “constância com que o espaço ideal da moradia aparece como ‘casa’ com flores e árvores, independente das condições reais de habitação das crianças entrevistadas”. Na análise de Vogel (1995), o jardim representa o lugar do devaneio, ao mesmo tempo livre e resguardado das incertezas da rua, considerando a ideia de que morar bem é morar com amor. “Lá no portão da minha casa”, foi o lugar desejado pela menina Carol de nossa pesquisa, que chegou talvez mais perto da rua, nesse limiar.

A rua, em nossa pesquisa, aparece como lugar que se distanciou da casa pela dificuldade hoje de estar ali – com os riscos do trânsito intenso de carros, da violência e sujeira, como disseram as crianças. “A rua é muito perigosa [...], tem tarado [...] qualquer brincadeira tem gente que já quer assaltar as pessoas”. Não apareceu, em nossas conversas, nenhuma menção para ir especialmente à rua, resinificada, me parece, pelos parques e mesmo pelo shopping, este um espaço desejado por muitos e mencionado em nossas conversas como lugar que as crianças desejam.

E aí a pesquisa de Vogel (1995) nos abre outra possibilidade de pensar essa ausência da rua como desejo. A rua, em Vogel, já aparecia nos anos 80 com os problemas do trânsito e da

---

<sup>28</sup> A pesquisa de Voguel recolhe um total de 3 mil cartas e desenhos, em 24 escolas entre públicas e privadas, sendo que, conforme o autor relata na apresentação da pesquisa, este diálogo acontece de fato com crianças das escolas públicas de diferentes regiões da cidade.

violência, mas também, notadamente para as crianças de classe popular, como lugar de carência, como lemos nas cartas enviadas pelas crianças. A seção de cartas, que revelou esse aspecto, teve como tema norteador do diálogo o título “lazer e diversão”. Analisando seu retorno, vemos com o autor que caberia ter refletido os sentidos de lazer e de brincadeira em sua vertente lúdica, pois as crianças pobres expressaram a falta de “lugares especiais” para ir, em oposição ao que apareceu como “lugar comum” – a casa, o quintal e a rua –, nos dando pistas da importância do lazer, ainda que muitas vezes esta ideia seja um produto embalado para o consumo, como atividade programada em forma de serviços e equipamentos. Assim, as crianças desta pesquisa de Vogel (Ibid., p. 122) “pediram ‘áreas de lazer’ protestando contra o fato de que só podemos brincar na rua”!

Quando, em nossas conversas, as crianças da Mangueira falavam de algum lugar que gostavam de ir, outras perguntavam com frequência “o quê que tinha lá?”. Pode-se pensar no imperativo da cultura do consumo, que faz com que tenha que ter alguma coisa, mas também na precariedade dos espaços públicos, uma vez que a rua, assim como desde a década de 80, revela Vogel (Ibid., p. 123), tem “praças quebradas e sem segurança com muito tiroteio”. Ou seja, passaram-se quase 40 anos, desde então, e o espaço público para as camadas pobres da população não se alterou em sua precariedade. Talvez a grande exceção seja o Parque Madureira,<sup>29</sup> que visitamos em nosso último passeio, um caminho definido também por dois renques de casas nesse espaço, que se desenha como uma grande avenida de pedestres cercada e protegida das ruas de seu entorno. Vogel (1995, p. 123) pondera, assim como Lefebvre (2001) e Milton Santos (2014), sobre a potência do *lugar*, espaço cotidiano do compartilhamento, de convívio e aprendizagem social, assumindo, porém, que as crianças e jovens de sua pesquisa – diria também da nossa –, “não estão satisfeitos com o mundo da rua, que parece tornar-se cada vez mais hostil” (Ibid., p. 126), reconhecendo o empobrecimento da vertente lúdica da vida urbana, tão cara à vida de todos nós.

Vertente lúdica e afetiva com a qual experimentamos o espaço físico não isolado do ambiente, quando nossas crianças dizem dos lugares e desejos na cidade – “lá no trabalho da minha mãe [...] qualquer lugar com a minha mãe [...] lá na minha porta, o que eu gosto na cidade é das pessoas!”. A cidade são as pessoas e os lugares, a história construída nos lugares onde se vai com elas, e o afeto ganha dimensão de lugar, pois não é qualquer praia que quero ir – “eu

---

<sup>29</sup> Este parque faz parte do que o discurso oficial chamado “legado olímpico”.

queria ir à praia, eu minha mãe, Gabriel, Michel e Iaia [...], meus irmãos”, diz a Carol. Isso de que trata Benjamin (1995, p. 101) sobre o afeto criar o lugar, um conhecer como envolver-se “tingindo-se de acordo com a paisagem”, onde o lugar vai se revelando a experiência no lugar, mas para isso é preciso ir.

Eu – Onde você gostaria de ir, Rafael?  
 Rafael – Na roda gigante.  
 Eu – Em que lugar?  
 ...silêncio ...

Aqui, em um primeiro momento, pensei na roda gigante como abarcando todo o lugar, o lugar embebido das relações de afeto, nessa cartografia afetiva e sensorial, que remete não ao lugar propriamente, mas à experiência que acontece nesse jogo. Mas há também a dificuldade de dizer sobre o que não conheço. Como nomear o que se desconhece, falar dos lugares a visitar, se não sei deles? E ainda que saiba, como deseja-los? Buscamos informações sobre lugares onde ir junto à família, com os amigos, na mídia, mas como as processamos? No nosso último encontro, o Rafael, ao contrário do Carlos, que se permitiu desejar ir mais longe – “Paris, Nova York” –, reitera o lugar próximo como lugar desejado.

Eu – Esse é o seu desejo de criança na cidade?  
 Rafael – Parque Madureira, é bem grande!

A importância de conhecer a cidade onde moramos, alargando nossas experiências e, conseqüentemente, nosso pertencimento, parece ser condição que conforma o desejo, assim como as possibilidades de autonomia das crianças na criação de conceitos próprios de espaço, tempo, mundo, definindo territorialidades próprias. Percebe-se o quanto o espaço é vivido como intensidade e na interação, possibilitando sua reescrita permanente como processo de humanização, nos permitindo pensar outras geografias e outras escalas, ali onde a *topofilia* indicada pelos elos afetivos entre a pessoa e o lugar ganha destaque, como o sonho do Mateus na cidade me faz ver:

Mateus – Sonho na cidade [...] é ir pro Ceará.  
 Eu – Ir pro Ceará?  
 Mateus – Aí depois eu vou trabalhar lá. Dois trabalhos, do meu pai e do meu tio.  
 Eu – Seu pai mora lá?  
 Mateus – Não, ele mora no Rio Janeiro, mas a gente vai lá, o pai já foi lá...  
 Eu – Você já foi alguma vez?  
 Mateus – Eu já fui algum dia, eu já fui e meu pai foi sozinho.  
 Eu – Por que teu sonho é ir pra lá?  
 Mateus – Porque lá é legal!

Eu – O que é mais legal que aqui?  
 Mateus – Porque lá tem videogame.  
 Eu – No Rio também tem.  
 Mateus – Mas eu não jogo.

Mateus mora no Rio, mas seu sonho na cidade, como o sonho de seus pais, é voltar ao Ceará. A mãe do Mateus, quando perguntei onde moram, me diz que é na Mangueira, “mas não nessa parte daqui [...], é num lugar mais tranquilo”, nas muitas camadas que tem a Mangueira, como a cidade.

Eu – E qual diferença da cidade daqui e lá do Ceará?  
 Mateus – Lá é calmo... Um dia tava no ônibus e coloquei a sacola na janela e ela voou lá pra minha casa...

Quando fala do Ceará, Mateus parece estar trazendo junto com o lugar, um tempo que considera ter sido mais feliz. Não sei porque Mateus veio para o Rio, ou mesmo se nasceu aqui, mas até que ponto as crianças são ouvidas em relação aos deslocamentos que suas famílias têm de fazer é uma questão. O que fica claro é que Mateus marca muito a posição de que ele não é daqui e que, assim que puder – “só quando tiver dinheiro, mas eu vou viver lá.” –, vai para esse lugar que considera seu. A Mangueira é povoada por muitos migrantes do Norte e Nordeste, e na pesquisa mencionada anteriormente, feita pelos jovens da Mangueira sobre o que eles dizem de seus direitos, vemos o *bullying* com aqueles que são *paraibas*, como em geral são chamados todos os nordestinos, ainda que estejam há gerações por aqui.

A sacola voa até a casa do Mateus, assim como o Gabriel C. voa até o alto de uma montanha, no maciço da Tijuca, como que ultrapassando a materialidade do mundo natural, nos dando a ver a potência da poesia na linguagem infantil, que desmorona a razão, tornando o mundo mais habitável. Fantasiam como a precisar desalentar sua saudade, manobras da imaginação que revolucionam o longe e o perto, recriando, na geografia real, sua geografia inventada. Ou, como nos ensina M. Santos (2014), sobre o território sendo aquilo que nos pertence, ainda que suas fronteiras sejam difusas e voláteis.

Nesse percurso vou me perguntando sobre esses “lugares-experiências”, que contrastam com a abstração de cidade que muitas vezes eu trouxe ao diálogo, o que só percebi ao ouvir, nas gravações, minhas mediações nas conversas, como quando perguntei “o que queriam dizer da cidade” e ouvi falarem dos lugares queridos como a Quinta, o Parque Madureira. Ou o silêncio como resposta:

Eu – O que vem à cabeça de vocês quando a gente fala cidade do Rio de Janeiro?  
... silêncio...

E aqui, desde o primeiro estranhamento com o imenso medo de ir à praia, tudo que a pesquisadora moradora da zona sul queria oferecer às crianças, a cidade, vai se delineando como pergunta. O que nossos passeios podem dizer sobre o que é a cidade para mim e para as crianças?

### 3.2.2 Shopping – Lugar de comprar, lugar de apreciar

No rastro dessa pergunta – o que é a cidade para mim e para eles? –, trago a escolha do shopping como lugar de passear. O shopping aparece em muitas conversas como lugar onde as crianças vão com as famílias – falam muito da época do natal –, e como um lugar escolhido para passear.

Eu – Que lugar você gostaria de ir, Gabriel?  
Gabriel S. – Na verdade, eu gostaria de ir lá no Shopping da Nova América.  
M. Edu – Era isso que eu ia falar pra tia!  
Eu – O que você faz no shopping?  
Alana – Compro roupa, vou pra lanchar, pra brincar...  
Eu – É melhor brincar no shopping?  
Alana – Tem lá alguns brinquedos pra brincar...  
Eu – E qual a diferença de brincar aqui na rua e no shopping?  
Alana – Porque na rua passa carro, não dá pra correr direito. Lá da pra correr, pra brincar...  
Eu – No shopping dá pra correr?

O shopping, num primeiro momento, me remeteu ao avesso da rua, esse lugar que, segundo Beatriz Sarlo (2009, p. 25), “reduce el azar al mínimo [...] tiene una perfección desconocida em otros espacios del mercado (las calles comerciales o los agrupamentos a cielo abierto) [...] y há sido diseñado teniendo como fin la expulsión de lo incontrolable”. Em contraste com as ruas de muitos espaços da cidade, o shopping oferece uma estética e grafia próprias, sem risco de perversão de sua cenografia. Sempre comentei com meus colegas que as crianças podiam escolher qualquer lugar para passear, mas shopping não! Isto que considerava ter relação com meus valores, contra a sociedade do consumo e os espaços gentrificados da cidade, de acesso elitizado. Sobre essa restrição de acesso, vivi muitas experiências ruins em passeios com alunos da escola pública, desde quando trabalhava na Barra da Tijuca – quase um bairro shopping! –, quando éramos seguidos pelos seguranças, sempre desconfiados – alguns deles vinham mesmo perguntar o que fazíamos ali, o que sempre me indignava. Com este grupo da pesquisa vivi

experiência semelhante no Parque da Quinta, com a aproximação da Guarda Municipal ao ver as crianças e, muito provavelmente, ler sua aparência, segundo esse manual de classificação a que estamos todos submetidos.

Olhava o shopping como essa experiência tensionada pelos estigmas e lembrava-me da repressão aos movimentos dos chamados *rolezinhos*, que acontecem nesses espaços, o que havia retido desses movimentos. Mas olhando com a perspectiva dos atores dessas práticas, apreendo outros sentidos, como a invenção de territorialidades de encontro e celebração dos jovens das periferias nesses espaços gentrificados, assim como, e por isso mesmo, de enfrentamento de suas invisibilidades e interdições sociais.

Os rolés e rolezinhos, como os analisam Barbosa e Costa (2016, p. 04), se constituem marcas de corporeidades estéticas de enfrentamento dessas invisibilidades:

Dar um rolé não é andar a esmo, muito menos fazer errâncias ou perambulações pela cidade. O rolé significa passear para visitar, para conhecer, para encontrar. Praças, esquinas, ruas, praias [...], eventos que passam não só a questionar normativas autoritárias que recorrentemente são dirigidas às expressões populares, com toda a carga de racialização que lhes convém, mas operam também um modo de ser visível na cidade em um processo de des-guetificação de jovens marcados pela distinção corpórea-territorial de direitos.

Ouvindo a gravação, percebo o quanto reforço a questão do dinheiro e como, ao mencionarem o consumo, tento dissuadi-los mais de uma vez trazendo esta questão, sobre a qual me indago: até que ponto não estaria aí operando igualmente com uma normativa que diz que lugares de consumo não são para eles?

Eu – Quê que tem lá no Shopping Nova América?

Gabriel S. – Tem muita roupa bonita e tênis e blusa...

M. Edu – Pra comprar.

Eu – Mas aí tem que ter dinheiro, né? E se a gente não levar dinheiro, como a gente faz, dá pra ir assim mesmo?

Gabriel S. – Dá pra passear, lá tem cinema...

Várias crianças falam “tem lugar pra passear, tem brinquedo...”

Eu – Ah, tem brinquedo?

Gabriel S. – Tia, lá tinha um tobogã de madeira que podia entrar de graça.

Eu – Será que agora pode?

Sara – Dá pra brincar, dá as fichas...

Carlos – Mas tem que pagar!

Eu – Se a gente não levar dinheiro, vale? Será que a gente vai ao shopping?

Segundo Sarlo (2009) o shopping seria lugar do “passeio de compras”, como falsa ilusão de passeio. Mas e para essas crianças aqui? Como constroem a ideia desse passeio? Quais os sentidos que o consumo ganha para cada um de nós? O sentido analisado pelos autores sobre o

*rolé* diz que este *significa passear para visitar, para conhecer, para encontrar*. A fala da Sara traz este outro sentido, para além da falsa ilusão:

Eu – Então, a gente vai ao shopping?

Sara – ... Tem uns lugares pra passear, quem não conhece aprecia...

Passear no Shopping revelaria aqui uma forma de inclusão? Quando Sara faz essa observação – “quem não conhece aprecia” –, começo a perceber os avessos de meu ponto de vista sobre o shopping, lugar de brincar, correr, passear. A ideia de *apreciar*, trazida pela Sara, pode ser entendida aqui como o avesso da ilusão de passeio? Apreciar como estimar, ter em estima esse lugar remetendo a possibilidade de poder ter, avaliar o desejo e querer apreciar? Precisaria ter ido ao shopping com este grupo para aprender melhor esse desejo de apreciar e aprofundar minha reflexão sobre diferentes formas de consumo que podem estar presentes em nossos diálogos aqui.

Barbosa (2016) acompanha muitas lutas dos moradores das periferias sobre a potência destas na reinvenção da cidade, esta reinvenção que tem se dado fortemente pelos movimentos culturais na apropriação prático-sensível do território como corporeidade estética, na perspectiva do território como espaço de pertença cultural e exercício de vida. Ao apresentar seu par dialético – sistema de objetos e sistema de ações –, eixos de sua visão do espaço geográfico que estruturam categorias básicas de sua teoria, a tecnosfera e a psicosfera, M. Santos (2014) traduz a dinâmica dessas categorias em *fixos e fluxos* do espaço. Lucrecia Ferrara (2009), refletindo sobre questões da comunicação na cidade contemporânea, como os avanços tecnológicos e impactos nos territórios, traz essas categorias como metáforas para compreender, notadamente em sua interdependência e comunicação, a emergência do conceito de “lugaridade” na potencialização da experiência do cotidiano na cidade.

Os conceitos de *fixos*, objetos naturais ou construídos que procuram fazer da tecnosfera uma instância hegemônica de poder – e que trago aqui para pensar o shopping –, e *fluxos*, lugar da produção de sentidos, das paixões e ideias – os *rolés* nesse espaço –, nos permitiria pensar em uma interatividade que recoloca a efetividade da ação em âmbito cada vez mais ampliado:

[...] trata-se da lugaridade que, insubordinada, emerge entre interesses e trocas ou entre crenças e sentidos e permite perceber que, entre tecnosfera e psicosfera mobiliza-se a corrente de informação que impregna objetos e ações e, em constante metamorfose, converte os fixos do mundo produzido nos fluxos do mundo vivido (FERRARA, 2009, p. 125)

A autora se baseia na teoria de M. Santos para pensar a aceleração contemporânea com seus novos ritmos de deslocamento da passagem da cidade cosmopolita à metrópole e sua atualização na megalópole, desde as relações face a face à interação virtual. Na urgência de uma leitura da cidade em um contexto que procura fazer da *tecnosfera* uma instância de poder hegemônico, a lugaridade ocuparia, nessa visão, posição de fértil instrumento para essa leitura, “responsável pela comunicação que caracteriza o cotidiano na cidade e o transforma em uma das maiores experiências da humanidade” (Ibid., p 126). Peculiaridades e diferenças que emergem da comunicação cotidiana nos fluxos dos espaços da cidade, onde podemos ver a capacidade dessas interações em superar modelos tradicionais de interesses e hierarquias, para além daqueles consolidados pela tradição do Estado.

Ou não. É o que alerta Ferrara (2009, p. 130) sobre o poder da mídia em “criar o lugar que transforma o fluxo comunicativo em fixo a serviço do consumo e da reprodução do capital”. A autora traz essa discussão a partir da mídia, notadamente da TV como território da tecnosfera, que cria o território do espetáculo afetando a possibilidade da lugaridade. Mas aqui, tentando problematizar estas questões frente ao desejo de ir ao shopping *apreciar*, surge uma indagação: Seria o território mesmo do espetáculo este que quero ocupar, apreciar e transtornar em um lugar que ainda “dá pra correr e brincar”? E mais, trazendo novamente as crianças da pesquisa de Vogel (1995), em diálogo com nossas crianças aqui, parece que desde então, e até hoje, há desejo por espaços qualificados de “lugares especiais” para ir, em oposição ao que apareceu como “lugar comum”, pois se a rua é lugar de carência, e diria de estigma – de moradores e crianças *de rua* –, reitera-se um desejo forjado pela própria sociedade de consumo?

Assim analiso, a partir da conversa com as crianças, sem ter feito com elas esse passeio, o desejo aqui tão fortemente reiterado de ir ao shopping, não como falsa ilusão de passeio, mas como desejo de participar dos fluxos como dinâmica de comunicação entre sujeitos e territórios, que podem abalar fronteiras na afirmação de pertencas cujo fundamento é a vivência de apropriação e uso do território: “é sob a égide destas novas condições de ‘manifestação da existência’ que narrativas estéticas rompem clausuras e provocam fissuras”(BARBOSA; COSTA, 2016, p. 02).

Narrativas como os movimentos dos *rollezinhos*, as festas populares, o hip hop e muitas manifestações políticas culturais de resistência e participação, ou mesmo a utopia de nossos passeios *rolés* pela cidade – ações que tentam pensar o espaço urbano como terreno do jogo em

sua dimensão lúdica na criação de novos tempos espaços, na subversão dos fixos e emergência de novos fluxos de comunicação, pois “o jogo é um excelente operador de espacialidade [...], ‘suspende’ as funções práticas e utilitárias do dia-a-dia modificando o uso habitual do espaço-tempo pelo efeito lúdico” (LEMOS, 2008 *apud* BARBOSA, 2016, p. 07).

É também H. Lefebvre (2001) que ajuda a sustentar esta ideia quando propõe não suprimir os espaços de lazer qualificados, mas, ao contrário, acentuar diferenças e contrastes, buscando articular, e mesmo sobrepor a estes, os tempos e ritmos sociais da festa, festa que não separa “cotidianidade-lazeres” ou “vida cotidiana- festa”, a festa que transforma (e não conforma) a vida cotidiana (LEFEBVRE, 2001, p. 128). “Assim se formula um dos objetivos estratégicos (que aliás consiste apenas na formulação daquilo que se passa hoje, sem graça nem esplendor, nas cidades em que festividades ou festivais tentam muito sem jeito recriar a Festa)” (Ibid.).

### 3.2.3 Nós e eles – Aqui as pessoas são mais parecidas com a gente, a gente fica melhor aqui

Aqui penso que vivi de forma mais intensa a pesquisa como experiência, o cronotopo e sua transformação. Estávamos conversando sobre a cidade e fazia tentativas muitas vezes inábeis de saber deles o que é a cidade, percebendo, na construção da análise, que a cidade é uma pergunta construída no encontro. Retomo o diálogo:

Eu – Então, aqui onde nós estamos é a cidade?  
 Carlos – é o Rio de Janeiro, é a cidade. A cidade é uma parte da cidade.  
 Eu – Aqui onde a gente está é a cidade?  
 Rafael – Não.  
 Eu – Não?  
 Rafael – É a cidade alta.  
 Sara – Cidade alta que ele falou...  
 Rafael e Sara falam do Tuiuti.  
 Eu – O Tuiuti é a cidade?  
 Sara – É!  
 Eu – O que tem que ter pra ser cidade?  
 Rafael – A Mangueira.  
 Eu – A Mangueira parece uma cidade.  
 Sara – E é uma cidade!  
 Carlos – Não, é um morro!  
 Sara – Mas parece uma cidade.  
 Eu – Por quê?  
 Sara – Porque tem casa, loja, parece uma cidade...  
 Carlos – Tia, tu mora aonde?  
 Eu – Em Copacabana (!) ... que parece também uma cidade.

Moro na Lagoa e não em Copacabana. O que revela essa pequena mentira? Amorim (2003, p. 13) diz que “reconhecer um discurso diverso e um sentido singular não deve impedir que se examine a relação de forças desiguais que o produziu e que o atravessa [...], a dialogia é lugar de conflito e tensão”. Penso que o que a mentira revela é a problemática de nossa relação alteritária – diferentes ou desiguais habitantes da cidade. Vinha me perguntando, até então, o que é a cidade para eles, como se a minha cidade não dialogasse com os lugares escolhidos por eles, muitos desconhecidos para mim. Como se não tivesse entrado de verdade (!) na interação. E aí o Carlos parece me devolver a questão, como a me perguntar: de que cidade nós estamos falando, passeando, querendo ser parte? A mentira surge de não querer me situar tão diferente deles, morando em um bairro considerado nobre da cidade? Já vivi algumas situações no comércio, por exemplo, quando menti sobre morar na Lagoa para não ver o preço subir!

Mas a questão central é que essa mentira, que talvez para o Carlos não mudasse nada se não tivesse acontecido, paralisou meu pensamento nessa imagem, que tencionou nossa relação – uma relação que se quer entre diferentes e não desiguais, já que, na medida em que elimino minha singularidade, é como se negasse viver essa relação, pois se a diferença é possível de ser reconhecida entre iguais, contribuo aqui para a desigualdade, me recusando a partilhar minha diferença. Como querer que as crianças conheçam e mesmo assumam a cidade como ela é, como possibilidade de enfrentamento de suas desigualdades? O quanto apagar, esconder a diferença fortalece a desigualdade?

Se na teoria da linguagem de Bakhtin a palavra se dirige – o que e o como se diz traz sempre o outro –, foi um outro desigual que trouxe à cena, percebendo aí a desigualdade que me constitui como sistema de valores do qual sou parte. Abre-se um campo de análise sobre a possibilidade da cidade e seus territórios como experiência e reinvenção de sentidos, ainda que, a partir de uma proposição que reitera a desigualdade, o avesso do que desejo como nova urbanidade. Se há alguma possibilidade de redenção, esta será a manutenção do conflito e da tensão inerentes ao dialogismo e à polifonia como posicionamento na busca de uma ética e de uma estética na relação da pesquisa. Como diz Geraldi (2003, p. 54):

Apoderar-se da arte que se define pela diferença por onde podemos nos identificar, aprender a conviver com o inusitado...fazer ressurgir o sujeito... frágil, humano demasiadamente humano, cuja identidade, estabilidade instável, se define pelos gestos de responsabilidade de ordenar a experiência do nosso fazer e do nosso padecer.

“O espelho, são muitos”, diz Geraldi do conto de Guimarães Rosa, refletindo as muitas formas de relação alteritária. Trazendo o mesmo conto à reflexão, Pereira (2003, p. 164) pondera que é “vendo o que não somos, é mostrando o que o espelho não reflete que revigoramos nossa vontade de nos ver e nos transformar”. Ao considerar a imagem do espelho não como única verdade, mas como *jogo de reflexos*, a autora diz que este jogo pode nos libertar ao revelar o segredo de nossa incompletude.

São muitos os espelhos e somente os outros, nossos espelhos, podem nos dizer de nós, na diferença. Outro momento vivido com as crianças que me traz essa questão sob outro ângulo se expressa na conversa que trago do registro no Diário de Bordo, na volta do passeio caminhando pelo Parque Madureira:

Desde a chegada a esse parque o que vimos foi um parque bem cuidado, limpo e com todos os equipamentos funcionando. No caminho de volta da última estação chamada de “praia”, onde se concentravam muitos chuveiros, as crianças falaram que ali era o melhor lugar dos passeios. Perguntei se era mais legal que a praia do Leme e disseram que Parque de Madureira era melhor, pois aqui as pessoas são mais amigas, ao que eu rebati dizendo que eles fizeram amigos na praia do Leme. Mateus se lembra do menino do caranguejo, mas diz que ali é mais calmo, e eu rebato novamente dizendo que hoje, como era terça feira estava mais vazio e que o Leme também estava vazio quando fomos. Eles não concordam e dizem que a praia estava cheia as pessoas vão pra água e nem ficam juntas! Halana diz que se sente melhor ali, e Melque finaliza dizendo aqui as pessoas são mais parecidas com a gente, a gente fica melhor aqui. Um grande ponto cego se abriu ao meu olhar nessa última fala. Parei de falar e fomos voltando, no caminho muitas famílias, casais, escolas, grupos ensaiando dança de rua, skate, basquete... e eu reparando nas pessoas mais parecidas com a gente, naquele parque lindo e bem cuidado, tudo que a Mangueira e a cidade precisam (Diário de Bordo, 2016).

Penso que aqui temos um posicionamento novo quanto à partição entre *nós e eles*, como a trazida da pesquisa de Castro (2004, p. 65), com crianças e jovens da zona sul e da zona norte. Uma das descobertas desta pesquisa, no diálogo com crianças moradoras da periferia, é que estas apontam o “afetamento mútuo” como o que mais gostariam de ver na cidade”, pois esse grupo parece ser o que mais sofre com a invisibilidade, diz a autora. O que as três crianças dizem no Parque Madureira não parece remeter ao desejo de um afetamento mútuo, mas a outro posicionamento, ao reconhecer que ali *as pessoas são mais parecidas com eles*, é ali que querem estar. “Afetamento” entre iguais e não entre desiguais, já que a diferença não é, via de regra, reconhecida na igualdade.

Para Barbosa (2014), como já dissemos aqui, esse processo de distinção no espaço urbano apresenta-se como distanciamento ontológico entre o mesmo hegemônico e o outro subalternizado. Assumir esse distanciamento seria uma forma de potencializar novas criações de

sentidos de pertencimento, para além dos estigmas sociais e raciais impostos? Milton Santos (2014) aponta a potência dos espaços de opacidades da cidade na sua reinvenção, nesse jogo entre a ordem global, que desterritorializa, e a ordem local, que reterritorializa, fundando a escala do cotidiano, cujos valores são a copresença, a vizinhança, intimidade, emoção cooperação e a dialética entre a “lei do mundo e a lei do lugar” (Ibid., p. 335). Estaria a proposta das crianças nessa linha, reterritorializando suas relações e vivências sociais em novos estilos de existência e significados?

Nessa disputa de significados, indago se, para além do encontro de diferentes, do “nós e eles”, pensado como uma condição central de cidadania, seria preciso, em um contexto urbano tão desigual, viver potentemente um nós *mais parecido com a gente e onde a gente fica melhor*? E mais, em um espaço que em nada deixa a desejar aos equipamentos das zonas enobrecidas da cidade, onde a cidadania urbana pode se exercitar não sob a ótica da carência ou ausência, mas em sua potência política? “É inegável que moradores de favelas subúrbios e periferias possuem restritas condições de circulação na cidade, implicando sua reduzida presença em espaços mais qualificados [...] pela combinação da distribuição desigual de equipamentos na cidade” (BARBOSA, 2014, p. 70). Mas entendo, nesse posicionamento das crianças, um sentido ampliado para o que diz Barbosa sobre “fazer a cidade ao revés” (Ibid., p. 71), referindo-se ao uso compartilhado dos espaços públicos no encontro entre diferentes sujeitos social. Quando as crianças preferem o Parque Madureira, parecem dizer também sobre “ter seus direitos [...] na forma de políticas afeiçãoadas aos seus territórios de moradia” (BARBOSA, 2014, p. 71), um caminho também para alcançar o que este autor nomeia de justiça territorial.

Voltei do passeio ao Parque Madureira me questionando como me coloquei, muitas vezes, romanticamente acima de nossas diferenças de experiências, em minha leitura dos passeios e enunciados das conversas. No passeio à praia do Leme isso fica claro nos meus registros de campo: “[...] por um tempo, observando a interação das crianças com outras que chegavam e entravam nas escavações, iam rolando seus corpos ali na beira da água, se tocando e gargalhando juntos, anonimamente irmanados, aceitei a praia como lugar onde todos podem ser iguais”. Sentido que já estava em mim, como utopia ou nostalgia, quando escolhi levar o livro da Roseana Murray (2012), que lemos um pouco na Quinta, “Paisagens”, com o poema: “A praia é território neutro. O mar lava as diferenças. Por um momento de espuma todos são iguais. Anônimos, os corpos apinhados misturam água, sol e desejos”. Logo na saída da praia, vivemos o contrapelo

dessa visão romântica na atitude de uma mãe, tirando a filha do chuveiro ao observar as crianças ali, e do turista com seu celular, que se afasta assustado quando Gabriel C. se aproxima.

Igualdade e diferença. Somos diferentes na igualdade que nos constitui seres humanos e cidadãos nessa metrópole. Mas, para que novas condições urbanas na reinvenção de sentidos e criação de novos territórios fortaleça essa visão da igualdade na diferença, é preciso conviver com a diferença. Contradição e pluralidade como marcas da vida na complexidade da cidade. A cidade mistura, ainda que de forma *antagônica*, ela enseja a convivência na pluralidade: trata-se de “lutar para fazer da cidade um espaço seu, uma obra sua, uma vez que a estranheza e a inospitalidade podem acabar por destruir a capacidade de pertencimento, de agência e participação do sujeito” (CASTRO, 2004, p. 32). Assim, esse lento “deciframento de um ‘nós’ que permeia a vida na cidade” (Ibid.), e que nos remete sempre ao “eles” que nos circundam, “dos quais nem sequer nos aproximamos, seja por ódio, desprezo e indiferença, medo ou pavor” (Ibid.), e por isso mesmo um “nós” sempre rachado por um “eles”, não encontre saída a não ser na contradição e na pluralidade.

#### 3.2.4 Participar, mas não muito

No caminho de finalizar as análises, sou envolvida por um dos temas fundamentais da pesquisa com crianças, a saber, as formas de participação, seus acordos e embates. Revendo os encontros já realizados, sinto necessidade de retomar algumas destas análises com foco na participação, a fim de enriquecer esta imagem dialética, esta que se apresenta na tensão entre diferentes formas de participação. Assim, retomo indagações da pesquisa sobre as possibilidades de escolha, os desejos ou a ausência destes, e como isso se revela nessas escolhas quanto aos lugares em suas relações de pertença ou de segregação, e o quanto isso afeta a participação.

Investigar a participação das crianças moradoras da periferia urbana, suas posições nos espaços e tempos, suas opiniões e seus modos de agir, é um desafio frente a tantas vozes silenciadas dos sujeitos que habitam esses territórios. Nosso olhar sobre essa questão parte da ideia de pertencimento entendida como suporte para o exercício de ser/estar na cidade. Vimos, com Arendt (2014), o avesso do sentimento de pertencer em nosso desamparo político, sem espaço para o desejo e a experiência com o novo, este que afeta e corporifica a cidadania como lugar de enfrentamento e participação. Como abrir-se ao desejo, sem encarar a desigualdade na

origem de nossa sociedade, nos perguntamos muitas vezes ao longo deste trabalho. E mais, a desigualdade na relação com a infância, que pode ser ainda mais depreciada no caso da criança pobre. Desigualdades implicadas numa lógica existencial como possibilidade de *ser parte*, diferente de *tomar parte*, como lógica de tutela, o que instiga a refletir sobre a corporalidade inscrita nas dinâmicas sociais, estas que confrontam o corpo social entre a domesticação e a resistência.

Assim, são destacadas as questões que compõem esta imagem: a institucionalização das crianças na tensão entre tutela e emancipação à participação; as singularidades de posicionamentos das crianças, refletindo ora a reprodução de um assistencialismo, ora um não saber como posicionar-se frente à questão ou mesmo uma dificuldade de posicionar-se, revelada por um medo que pode se apresentar difuso, mas também explícito, através da narrativa de uma violência concreta; e um posicionamento que questiona a representação política e reivindica uma justiça territorial afeiçoada a seus territórios de pertencimento, como explicitamos na análise anterior.

Acerca da institucionalização da infância, a ideia de tutela enquanto uma concepção de participação restritiva ou mesmo prescritiva, tão comum a essa geração, não era o que a proposta da ONG apresentava, enquanto um espaço de participação de crianças e jovens a partir de diferentes ações. Mas foi esse o embate que tivemos com a coordenação da ONG à qual as crianças estavam vinculadas, inicialmente em razão da escolha do grupo participante da pesquisa e que seria fixo. Também fora acordado, anteriormente, que se faria a apresentação da pesquisa às crianças e estas indicariam seu desejo em participar – antes mesmo de consultar suas famílias. Porém, não foi assim que se deu – como segue relato abaixo:

Chegando à ONG me deparei com um grupo de 10 crianças organizado pela coordenadora. As crianças eram de uma turma de 30. Perguntei a ela como fez essa seleção e me disse que selecionou “os mais falantes”. Explicou-me que se abrisse a proposta para o grupo toda esta idade eu ficaria louca, pois todos iriam querer. Assim, não pude conversar com as crianças sobre a proposta e seus desejos de participar. Depois, encontrei-me com as crianças numa sala arrumada com carteiras e elas, sentadas enfileiradas, me olharam curiosas. Propus sentarmos em roda no chão, para uma maior aproximação, e nos transferimos para um pequeno salão vazio, com apenas alguns atabaques. Sentamos no chão em roda e uma monitora, designada para nos acompanhar nos passeios, ficou em pé observando e fotografando. Ao final da conversa as crianças me convidaram para brincar de estátua, abobrinhas e pique bandeira. Brincamos, mas até a coordenadora entrar na sala e gritando dar uma bronca em todos nós! Sem saber o que fazer comecei a me despedir e as crianças me perguntando se não ia esquecê-las, se voltaria, fazendo questão de escrever seus nomes e idades no meu caderno. Disse que voltaria e que da próxima vez iríamos passear (Diário de Bordo, 2016).

Esta “bronca” foi um primeiro sinal da característica desse espaço institucional e o quão difícil seria fazer os encontros fora dessa institucionalização. A aproximação das crianças, ao final do encontro, de certa forma, indicou que já haviam passado por situações semelhantes, ou seja, de iniciar uma atividade, conhecer alguém e ficar pelo caminho sem resposta, o que, infelizmente, volta a acontecer agora com o fechamento da ONG, sem a possibilidade de um encontro final com as crianças da pesquisa. No segundo encontro, outro sinal dessa institucionalização revelou o viés parcial e contraditório da proteção/controlado como desproteção, pois parecia que as crianças não estavam cientes do passeio que fariam ao Parque da Quinta da Boa Vista e que suas famílias também não haviam sido comunicadas. Essa desinformação perpassou todos os encontros.

“A ideia de ‘crianças como sujeitos políticos’ continua sendo no presente, como fora no passado, um conto de fadas”, é a afirmação contundente de Qvortrup (2010, p. 791) ao discutir a relação ambígua entre infância e política, onde a proteção à criança termina por afastá-la do meio social e político mais amplo. Em nossa pesquisa, a relação entre proteção e participação, tal como traz Qvortrup (2010) quando indaga o quanto de proteção seria, na verdade, controle, se apresenta ainda mais complexa. Digo isso percebendo haver um controle e, ao mesmo tempo, essa desproteção, pois uma proteção que não protege os interesses das crianças, como quando são proibidas de ir aos passeios ou correr livres no gramado do parque, e uma mais explícita desproteção enquanto cuidado necessário vis-à-vis a vulnerabilidade natural das crianças, como quando fui sozinha com elas ao Parque Madureira, sem saber que seria assim, ou ir à praia sem o conhecimento das crianças, e muito menos das famílias.

A “bronca” do primeiro encontro, a forma de interação da monitora que acompanhou o grupo, cuidando do lanche e das fotografias, e a disciplina exigida das crianças deixa claro o lugar que elas ocupam como classe social e a necessidade que a sociedade vê na institucionalização. Por exemplo, no passeio ao Parque da Quinta da Boa Vista, as brincadeiras, conversas e a escuta respeitosa entre nós, fizeram com que as crianças avaliassem que era muito bom quando alguém as ouvia. Diante disso, nos perguntamos novamente como aprender a participar sem a liberdade que ensina a desejar?

Tem-se difundida a assertiva de que a criança *deve* participar do mundo em que vive, desconsiderando o fato de que ela age e participa do mundo pelo simples fato de nele habitar. Mas, ainda que se reflita sobre o que se entende por participar e suas implicações para o

posicionamento das crianças no mundo, parece-nos necessário e urgente fortalecer estas reflexões em ações práticas como caminho de construção de um pertencimento participativo, chamando atenção para o *descentramento* necessário (CASTRO, 2007) das posições ocupadas pelas diferentes gerações, para que um terreno participativo como consequência de um posicionamento alteritário e ético seja possível de ser construído.

Ao que parece e a partir das conversas com as crianças, indagamos o quanto a institucionalização também pode favorecer a reprodução de um discurso com viés assistencialista – questão a ser analisada sobre as singularidades de posicionamentos das crianças.

Eu – Vou fazer aqui uma pergunta, se vocês fossem prefeitos da cidade, o que fariam?  
 Carlos – Se eu fosse prefeito, ia dar muito material pras escolas.  
 M. Eduarda – Eu ia trabalhar de escola, ia dar comida pras crianças...  
 Sara – Se eu fosse prefeita, ia melhorar a cidade.  
 Eu – Em quê?  
 Sara – Tirar o lixo, poluição e trânsito.  
 Alana – Ia acabar com coisas não saudáveis.  
 Gabriel – Eu ia dar dinheiro pra escola.  
 Eu – Pra comprar o que?  
 Gabriel – Tudo.  
 Todos – Escola não tem nada, professor...  
 Gabriel – Tem muita criança sem estudar.  
 Mateus – Se eu fosse prefeito ia construir um abrigo pros gatos.  
 Sara – Eu ia dar um abrigo pros desabrigados e acabar com os mosquitos.

Fica claro que elas conhecem os problemas e querem resolvê-los, ainda que “dando” coisas e atuando a partir de uma autoridade que também pode acabar com outras coisas. Em outro momento, como já mencionado neste trabalho, fala-se do governador e dos problemas da cidade, como quando Rafael traz seu medo dos buracos:

Eu – Como a gente pode participar?  
 Rafael G. – A gente escreve assim, tem um buraco aqui. Quando ele [governador] passar...  
 Eu – Mas se ele não passar por aqui, como ele vai saber desse buraco?  
 ...silêncio...  
 Rafael G. – É difícil! Se botar tijolo os carros podiam passar... tapar o buraco.

Ao longo das muitas conversas que trouxeram o tema da participação, nos deparamos com muitos silêncios, resignação e mesmo solução própria – “botar tijolo [...], tapar o buraco” –, essa prática do mutirão tão presente nas comunidades. Também há a expressão do desejo por parques, que não têm ou que estão fechados, como diz o Carlos – “tem um monte de parque fechado, eu fui lá perto do quartel com meu irmão e tinha fechado”. O sonho do Carlos, como das crianças, de uma maneira geral, é ir a vários lugares, embora muitas vezes não saibam explicitar

porque não vão – “não tem como, vai saber” –, e isto ainda que estejamos falando de seu território mesmo, pois o Rafael morador do Tuiuti gostaria de ir “pro samba, pro suingue, pra Mangueira [...], tem gente que já foi, eu nunca fui”.

E, assim, novamente à questão de como ser um sujeito desejante da experiência e que se expõe, se não vou? Escolhem-se os lugares mais próximos por segurança, confiança, ou há um desamparo, como carência da condição desejante, como pontua Arendt? Carência como atrofia do desejo de ir mais longe, adentrar o desconhecido? Há também a concreta carência financeira, que converge com a inibição do desejo, como o exemplo da ida à praia de Copacabana, que fica a 30 minutos de metrô da Mangueira, mas que nem todos vão:

Gabriel S. – Esqueci o nome. Uma praia, esqueci o nome...

Eu – Um lugar que você nunca foi?

[...]

Eu – Fora do Rio? Cabo Frio? Araruama?

Gabriel S. – Copacabana! Meu pai disse que é caro lá.

Há, ainda, o olhar do outro que classifica, julga e inferioriza, e aí o sujeito ou se recolhe e não ousa fazer a experiência, ou se revolta e mergulha no perigoso jogo da violência, mas também pode ser capaz de reinventar-se. No passeio à praia, algumas crianças expressaram esse imenso medo de ir, como já discutimos, como a Maria Eduarda, por exemplo, que fala desse medo – “aquela água é muito azul!” –, com uma entonação intensa e acaba não indo a esse passeio. Já o Mateus, que expressou seu receio dizendo que ir à praia era “metade bom metade ruim”, se reinventa, enfrenta o desafio e vai. O medo faz com que as crianças proponham um retorno à Quinta, lugar conhecido delas e do qual reclamam pela frequência desse passeio. A conversa sobre a praia é permeada pela intensa violência que as crianças parecem viver e conhecer de perto, e mesmo de dentro, pois “todo dia que amanhece morre um!”.

A cidade em tensão, que muitas vezes nos emudece, como os soldados que Benjamin (2012) descreve voltando da guerra, vai se desenhando numa disputa de sentidos, também abrindo caminhos à participação como *ser parte*, ainda que de forma singular, na construção de uma cidadania plena. Foi com essa perspectiva que as crianças trouxeram a vida sob outro ângulo, expressa na conversa caminhando pelo Parque Madureira, como trazido em nossa análise anterior, quando disseram que lá era melhor que a praia do Leme, pois “as pessoas são mais parecidas com a gente [...], a gente fica melhor aqui!”.

E ainda, em uma última questão conversada no Parque Madureira sobre a participação, em que, diferente de conversas anteriores, que revelaram a ideia mais assistencialista de participação, a reflexão do Melque traz outra conotação política de participação. Quando fala que a cidade precisa da ajuda dos moradores como “participar, mas não muito”, ele parece estar se posicionando contra essa dinâmica, muito presente nas comunidades, que é a do mutirão, quando temos que resolver os problemas por conta própria, como disse o Rafael. A participação dos moradores, na fala do Melque, é no sentido de cobrar de quem deve fazer o que a cidade precisa:

Melque – Do governador [a ajuda], não eles tudo rouba.

Eu – Então seria ajuda de quem?

Melque – Dos moradores.

Eu – Dos moradores?

Melque – Participar, mas não muito.

Eu – Não muito?

Melque – É! Porque eles não ganham pra fazer, quem ganha é o governador, mas ele não faz.

Eu – Então os moradores têm que participar, mas o governador é que tem que fazer, é isso que você tá dizendo?

Todos concordam com a proposta do Melque.

O Melque foi quem cantou o *funk* no caminho da praia para consolar o Rafael, que chorava, e suas atitudes, nos dois passeios que fizemos juntos, me sugeriram maturidade política em relação ao restante do grupo. Nessa conversa, no Parque Madureira, parece que confirmo essa sua visão mais consciente enquanto denúncia social, em um posicionamento que restitui para o cidadão o lugar de participação. Castro (2007, p. 10), em pesquisa com crianças e jovens de periferia, aponta o aparecimento de movimentos emergentes que buscam “restituir para si o direito à interlocução, à discursividade e à ‘performance’ como elementos de construção da sociedade”. Uma das ações da pesquisa de Castro, a oficina de vídeo, cujo tema escolhido pelos jovens trata justamente de sua implicação e responsabilidade, assim como a do Estado frente às desigualdades que sofrem, levanta uma questão relevante sobre essa tensão entre tutela, culpabilização, submissão e participação:

[...] através da narrativa que construíram por meio do vídeo, encontrar outra saída – outra representação de si, outra possibilidade discursiva – que não os culpabilizasse necessariamente pela sua falta de oportunidades, e conseqüentemente, pela sua aparente limitação na consecução de seus desejos e ambições. Colocando a questão de forma mais genérica, poderíamos questionar: que ‘indivíduo’, como senhor das próprias ações e do próprio destino, pode emergir frente à precariedade do capital social e cultural presente na vida de tantos jovens brasileiros? (CASTRO, 2007, p. 11).

Essa emergência, que precisa ser construída, como diz Barbosa (2013) das favelas para si na cidade, isto que seus movimentos culturais e políticos buscam para falar de si, sem tradução, como outra identidade, fora do sistema hegemônico de classificações a ser inscrita em nosso tecido social tão desigual. Politizar a infância, uma provocação de Castro ao argumentar sobre as possibilidades de articulação do campo da infância e da adolescência com o da política, pode ser pensada como movimento que desarticula formas identitárias hegemônicas, promovendo um descentramento na sociedade, “movimentos emergentes de jovens insinuam-se no cenário social e político quebrando tal hegemonia, instaurando outros ‘centros’ de discursividade” (CASTRO, 2007, p. 13)

Por que se estranha que a criança seja livre para escolher suas formas próprias de participar? Se considerarmos que imaginar é assumir um ponto de vista, é preciso assumir posições, contracenar, ouvir com atenção e provocar diálogo. Politizar enquanto desejo de comunicar ideias, formar teia de relações sem soberania, mas como condição da natureza plural da teia, instigando relações e congregações. Uma vez que a participação das crianças coloca em debate os sentidos de democracia, autonomia, cidadania e direitos, conceitos ainda caros quando se trata de infância. Por um lado, é preciso considerar que as crianças têm outras formas de pensar e interpretar o mundo, que não as mesmas dos adultos. Por outro lado, é preciso se questionar até que ponto a sociedade adulta está preparada e quer considerar que a infância tem direitos efetivos, revendo a ideologia de controle social e compreendendo as teias de interdependências das quais as crianças participam e nas quais atuam.

Assim, desde uma perspectiva política mais atuante à sua negação como ameaça ao poder tutelar, problematizam-se diferentes formas de participação na relação adulto-criança. Indagamos se esta negação, com a qual me deparei muitas vezes nesta pesquisa, como em minha prática docente, traria o risco de limitar nosso desejo de educar nos aprisionando também, enclausurados nas “certezas” que construímos e não dispostos a por à prova nossos saberes e fragilidades, perdendo a chance de ter a criança como parceira de fato no mundo das incertezas, este mundo compartilhado por todos nós? O que tememos, nós adultos, ao abrir mão dessa tutela? O que nos assombra, nos ameaça? Será que tememos, abrindo mão do controle, deparar-nos com a vulnerabilidade, medos e incapacidade que acreditamos ser exclusivos das crianças?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS – Entre o cativo e a esperança

O fechamento da ONG, no final de 2017, em meio à pesquisa de campo, me fez finalmente tomar o trem rumo ao Shopping Nova América, lugar tão desejado pelas crianças, mas sobre o qual eu me colocava reticente, um “passeio” que não estava em meus planos e me inquietava como proposta de pesquisa. Mas, na iminência de concluir este trabalho, o shopping se torna uma metáfora do desejo de reencontrar as crianças, talvez encontrar elas mesmas nesse shopping, onde muitas diziam ir, ou uma metáfora do deslocamento da pesquisadora, que não iria ao shopping, senão por um chamado delas, e que se dispõe a ir para tentar um novo olhar.

Para tal, me inspirei em Palomar, personagem de Ítalo Calvino (1994), autor que assombra com seu humor e a potência de uma narrativa que nos dá a ver o miúdo dos acontecimentos em sua sutil complexidade. Palomar é um sujeito “todo olhos”, como seu nome, emprestado de um famoso telescópio astronômico, porém, com um olhar telescópico ao revés, pois voltado não para a amplidão do espaço, mas para o que está próximo, no cotidiano. Assim, ainda que a experiência de observação estivesse sempre presente nos encontros, pensava nesta ida ao shopping sozinha como uma outra experiência, sem a interlocução com as crianças que, até então, mediava nossa compreensão alteritária, mas com a observação atenta no miúdo das coisas, como esse telescópio ao contrário, tal qual os olhos do Sr. Palomar.

O conto de Calvino que mais instigou essa aventura foi “A Pantufa Desparelhada”, uma imagem que bem expressou o desencontro da relação interrompida na pesquisa. Nesse conto, o Sr. Palomar, em viagem ao Oriente, compra pantufas em um bazar, mas experimenta apenas um dos pares, aceitando o outro sem provar. De volta em casa, descobre que as pantufas estão desparelhadas. Quando li o conto, parafraseei Calvino (1994, p. 91) com minhas inquietações:

[...] talvez também nesse momento pensem em mim (!?), esperem encontrar-me para fazer a troca. O vínculo que nos une é mais concreto e claro do que a maior parte das relações que se estabelecem entre seres humanos. Contudo, nos encontraremos... !?  
(Diário de bordo, 2018).

Não encontrar mais as crianças parceiras me trouxe um sentimento de impotência, algo que o olhar do Carlos me fazia ver com sua raiva igualmente impotente quando gritava “ninguém vai... não tem como...”, questionando como ir aos lugares, conhecer a cidade, desfrutar, pertencer. Na perspectiva adotada neste trabalho, fundamentamos a potência cidadã na ocupação da rua enquanto lugar comum de proximidade, solidariedade e comunicação, onde a implicação ao outro

se destaca, como diz M. Santos (2014, p. 322), e como nos disseram a Halana, o Mateus e o Melque no Parque Madureira, em suas observações metropolitanas. Tentava pensar esta ida ao shopping, então, como uma nova ideia de lugar de passeio,

[...] visão iluminada de futuro e não apenas prisão em um presente subalternizado ou aprisionado num cotidiano vivido com preconceito, visão que poderia se instalar em uma práxis libertadora, a práxis inventiva de que fala H. Lefebvre (Ibid.).

Práxis libertadora tensionada pelo cativo social, pois a desigualdade é a regra, sabem os especialistas e a vivem as crianças na carne, como quando interpeladas pela polícia pela sua aparência, classificados como *de projeto social* pelos agentes, inclusão, exclusão, peça desencaixada, outro sentido de *pantufa desparelhada*? Denúncia da cegueira de uma razão reprimida frente ao escancarado de nossa impotência em rever essa imensa desigualdade que nos constitui – melhor, então, não ver? Como não ver a exclusão que submete as crianças aqui, seja pela institucionalização rígida, pelo medo forjado na falta de confiança de poder ser, na cidade, a cidade? Por isso tentar os desvios e pontos de fuga na reinvenção da luta, para poder ir e apreciar – ruminava com a ajuda do Sr. Palomar –, pois em seu assombro, ao ver as pantufas desparelhadas, ele intui que “cada processo de desagregação da ordem do mundo [...], contém possibilidades ilimitadas de novas simetrias, combinações, acoplamentos” (CALVINO, 1994, p. 92). Assombrada com a impossibilidade de reencontrar as crianças, me perguntava como, e pensava no otimismo militante que nos levou a passear na cidade, *principio speranza* que sonha ver os passeios como tática de agregar, descongelar a alteridade, repensando estereótipos identitários.

Mas espera! – parecem dizer as crianças. Vamos olhar as fronteiras que, em sua ambiguidade, tanto excluem, enquanto globalização negativa, como preservam a cultura afeita ao território (SANTOS, 1994, p. 338). É preciso olhar o passado a dizer como essas fronteiras se criaram, e a lógica do presente, se opor ao *presentismo* produtor de uma subjetividade que anula a diferença. “Todos somos iguais” é o lema dessa identidade abstrata que denuncia a igualdade como fetiche. As crianças, em alguma medida, sabem que não, não somos todos iguais. Somos diferentes e é na diferença que reivindicam a igualdade que constitui o desejo de “ficar onde as pessoas são mais parecidas”, a fim de ver-se com os olhos desse outro de seu grupo de pertença, olhar que forja a consciência de si e o lugar social que ocupamos e não abjuramos (BENJAMIN, 1995, 2002). Assim, abrindo um horizonte de novas possibilidades e desafios para os passeios

que virão, aprendo com as crianças que a diferença descoloniza modelos até então legitimados como a centralidade do afetamento mútuo, ou o conhecimento de zonas “nobres” da cidade como elementos de cidadania. Ainda que estas sejam questões a serem colocadas, reflito com esta experiência, que é desde o lugar que habito e que a memória preserva, até abraçar o universo (BACHELARD apud LIMA, 1989, p. 14), é desde aí que vamos passear.

Vou ao Shopping Nova América ao encontro de alguma criança que esteja a caminhar com duas pantufas desparelhadas, buscando narrar algo deste lugar tão desejado por elas, provocada também pela orientação da pesquisa a fazer esse passeio solitário de pesquisador *flâneur* aberto a observar e se afetar desde a superfície inexaurível das coisas, pois sempre a nos implicar a recriar e reposicionar. Provocação que me trouxe desde o início um desconforto, “desagregação da ordem” (?), diria Palomar (CALVINO, 1994, p. 92), gerando a primeira simetria que esta desagregação pode ter despertado – o medo que senti quando começo a construir a ideia deste passeio. Medo difuso e concreto, como o das crianças, desde o planejar e adiar algumas vezes essa ida, desenhando uma tensão alteritária comigo mesma.

No trajeto de metrô entre a zona sul e a zona norte, me sinto estrangeira de mim mesma. Lembro-me de Kiarostami, cineasta a quem Amorim (2004) se refere para pensar o *cronotopo da estrada* em outra lógica, esta que permite ver, no espaço fechado, o que está aberto. Um diretor que faz filmes como se não os dirigisse, mas como “o olho de uma criança que olha o mundo formando um enquadramento com os próprios dedos” (KIAROSTAMI, 2004, p. 78), o que talvez me ajude nesse exercício, em que me sinto também meio sem direção, pondero ali nesse momento a observar:

Crianças sentam no acento preferencial e a senhora bem vestida reclama muito da falta de educação. Quando vai saltar, ainda na zona sul, chama outra senhora bem vestida, mais distante, para ocupar seu lugar, ignorando outros idosos não tão bem vestidos ali ao lado. Quando trocamos de linha, outras crianças pedem ao pai para sentar, e lhes é oferecido o acento preferencial – todos parecem concordar que estão muito cansadas. Uma moça, a quem peço informação, se oferece para me levar até a entrada do shopping, pois vai saltar nessa estação. Lembro-me, mais uma vez, do argumento das crianças “sobre onde se sentiam melhor!”.

Entrando no shopping vejo muitas crianças, todas acompanhadas de suas famílias. Sigo por um tempo a família do Léo, que me chama atenção pelo seu fascínio com a escada rolante. Damos muitas voltas na praça de alimentação, até que sentam para comer. Este espaço, que

chamam de *praça*, se estende até a chamada “Rua do Rio”, um espaço coberto com vários restaurantes. Ali três crianças brincam de pique entre as mesas, sob o olhar atento dos pais, e ninguém reclama – sim, dá pra correr e brincar no shopping! Sigo pelos corredores das lojas e me vejo diante de algumas vitrines *apreciando*. Penso na “mercadoria como celebridade”, a que B. Sarlo (2009, p. 26) se refere como fomento do desejo dirigido, “uma parte residual del deseo se cumple (las ventas se realizan) y se vuelve por más provocaciones al deseo”. Vejo mais os jovens apreciando as vitrines, as crianças, em geral, estão de mãos dadas com os pais, pois o shopping está bem cheio neste sábado. Chego até um espaço cercado e com brinquedos, com poucas crianças, a um custo de 14 reais/15 minutos e muitas normas – que só de ler ficamos inapetentes para brincar!

Peço informação sobre o espaço de exposição que conta a história desse shopping, uma antiga fábrica de tecidos, e chego ao corredor de acesso aos banheiros e um estacionamento de carrinhos de bebês. Há poucas fotos ampliadas na parede, com algumas informações: “Primeiros passos respeitando o passado. Em 1995 nasce o Shopping Nova América, preservando a arquitetura original da fábrica da Companhia de Tecidos Nova América, toda em tijolinhos, estilo inglês do início do século”. Concordo com Sarlo (Ibid., p. 27), estas imagens estão lá para não serem vistas, pois a finalidade do shopping não é conservar o passado, mas incorpora-lo a seu espaço, “por eso es tan difícil mirar murales que um shopping há salvado de la destrucción [...] todas essas arquitecturas llenas de cualidades o de historia se aplainan”. Depois de muito rodar por ali, sento no meio da praça de alimentação e vejo o menino que passa vendendo algo pelas mesas e some. Eu o procuro entre as mesas, me perguntando como ele está ali a vender balas ou algo assim. Logo ele entra no espaço onde estou e passa pela minha mesa com uma bandeja na mão, vai se sentar atrás. Não olho ainda, reparando no homem que, sentado com a família ao meu lado, o encara com cara feia. Isso se passa até esta família se levantar e sair, e ainda ao sair, o homem encara mal o menino, suponho, pois não me virei para vê-lo ainda.<sup>30</sup> Só quando a família sai, volto-me para trás e vejo o menino com a bandeja sentado no banco. Levanto e vou até ele, tentada a intervir, descumprindo a premissa do *flâneur* observador.

Eu – Não quer sentar na mesa?

---

<sup>30</sup> No curta metragem sobre o famoso rolezinho no shopping da zona sul, chama atenção a revolta maior dos participantes com a atitude dos vendedores, a quem relacionam as mesmas condições subalternas, se revoltando com essa atitude mais do que com a atitude de medo ou desprezo daqueles vistos como burgueses. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UHJmUPeDYdg>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

Ele – Não, aqui tá bom, diz ele, olhando aflito em volta.

Eu – Acho que foi por isso que o homem te olhou daquele jeito. Você pode sentar na mesa pra comer melhor.

Ele – Não ligo não, pode me olhar como quiser, tô vendo os seguranças. Eles não deixam vender aqui.

Eu – Vem sentar na mesa comigo, podemos conversar?

Ele aceita. Conto um pouco o que vim fazer ali, sobre as crianças da Mangueira, e que nunca tinha vindo nesse shopping.

Ele – Você veio da onde?

Eu – Vim de metrô, de Copacabana, troca de linha e salta quase aqui dentro.

Ele – Você veio da zona sul? Não teve medo de vir pra cá? Qual estação?

Eu – Cantagalo.

Ele – Já ouvi falar, tem também o Pavão e Pavãozinho, né?

Eu – É, já trabalhei lá!

Ele – Queria mesmo é conhecer a Rocinha, deve ser bacana ver o mar lá de cima.

Serginho se apresenta me dando seu contato do Facebook, pergunta meu nome, pois não aceita qualquer um no seu *Face*. Deixa muito do que está no prato, bastante arroz, feijão e um pedaço de frango. Quando lhe pergunto se não vai comer, ele diz que não estava com fome, mas quando pediu dinheiro em uma mesa, a pessoa foi até o restaurante e fez esse prato. Não perguntou a ele o que queria, ou se queria comer, avalio. O cardápio também parece dizer de um presumido quanto ao outro que se supõe carente de alimento, e lembro-me do samba da Tuiuti: “ao me dar escravidão e um prato de feijão com arroz!”.

A aparência de Serginho, sua *performance* ali, fora do padrão, parece interromper a narrativa que se espera consolidada para quem frequenta a praça de alimentação do shopping, lugar modulado por uma normatividade. E novamente legítimo a assertiva das crianças da Mangueira, pois este que perturba a dita norma, quando muito próximo, parece que nos atinge e fere, e dele queremos nos livrar, livrar-nos de um olhar de volta, que se volta e nos implica não só a ver, mas a reparar. (Re) parar, assumir o desconforto da desestabilização da norma e, talvez, reconfigurar outros modos de interagir.

Serginho conta de sua vida, fala das favelas da zona sul e de onde mora e circula, no Jacarezinho e Mandela, duas favelas ali do entorno, demonstrando ainda conhecer tudo sobre as facções do tráfico, trabalho para o qual já foi convidado várias vezes pelo namorado da tia. Saiu da escola este ano, na sexta série, mas gosta de matemática, história e educação física. Sua mãe teve que ir embora depois de um trágico incidente, e ele fica cada dia na casa de um parente, alguns não gostam dele, outros sim.

Eu – Você vende o que? Bala?  
 Serginho – Hoje não vendi nada, o mercadão tava fechado, mas fiz 60,00 reais – e mostra tirando do bolso orgulhoso as notas, nos dedos, algumas notas de 2 reais enroladas.  
 Eu – E como fez esse dinheiro?  
 Serginho – Eu falo assim: “interá para pagar um lanche”?  
 Eu – Ah, tem planos para essa grana?  
 Serginho – Sim, vou juntar até 100 e colocar aparelho no dente.  
 Eu – Mas 100 dá pra colocar aparelho?  
 Serginho – Lá no morro dá!  
 Eu – Pra quê? Seus dentes são lindos!

Ele sorri largo e diz que, então, vai comprar um tênis da NIKE, pois na favela dá pra comprar também:

Eu – Serginho, do que você gosta do shopping ?  
 Serginho – Não, eu venho vender ou pedir dinheiro.

Insisto, tentando ir pelo caminho do *apreciar*, mas ele diz que não dá pra curtir sem dinheiro, pois tudo tem que pagar. E aqui Serginho reitera o que diz Sarlo (2009, p. 13) sobre a ordem do mercado, esta que afirma o consumo como “el ingrediente principal de cualquier sustância urbana”. A ilusão deste lugar como imaginariamente inclusivo, que iguala seus usuários, é questionada pela presença do Serginho ali.

Quando analisamos, neste trabalho, a imagem dialética referente ao desejo de ir ao shopping *apreciar*, ponderamos que este lugar oferece o que a cidade nega, com sua cenografia qualificada, como pleiteavam as crianças da pesquisa de Vogel (1995) e as nossas, a dizerem da desqualificação das ruas. Porém, é preciso reconhecer, como diz Sarlo (2009, P. 20), que “el shopping revela una desigualdad mayor entre quienes lo usan como paseo y quienes, además, compran”. Refletindo com Benjamin sobre a pobreza da experiência na sociedade moderna, Sarlo afirma a mercadoria se sobrepondo à imaginação, desafio de nossa modernidade tardia, pois seguimos desejando e desejando mercadorias. E ainda que cansados, sonhamos, mesmo que com “a existência do camundongo Mickey, um desses sonhos do homem contemporâneo”, como alerta Benjamin (2012, p. 127), sonho que compensa a tristeza e o desânimo do dia, “realizando a existência [...] que não pode ser realizada durante o dia, por falta de forças” (Ibid.).

Serginho sonha colocar aparelho nos dentes ou comprar tênis da NIKE, e parece lutar bem acordado para realizar esses sonhos. Sentados ali na mesa, olhando os enormes cartazes dos filmes bem à nossa frente, ele diz que gostaria de ir ao cinema – sonhar um pouco acordado, talvez? Vamos comprar seu ingresso, mas ele não consegue entrar sem documento e insiste em

me acompanhar até a entrada do metrô. Que experiências essa infância está a dizer? Mesmo sabendo que as infâncias são muitas e muito diversas são suas marcas em relação ao contexto social, questiono o lugar, no conjunto das classificações e hierarquias sociais, em que se encontra a infância do Serginho, recusando-me a naturalizar sua maturidade precoce, que se revela nas atitudes e histórias de seus 12 anos vividos provavelmente sem proteção, mas com um controle que prescreve onde pode ir, o que fazer e mesmo ser, desejar.

Serginho deseja conhecer territórios *irmãos*, como ele os nomeia: Pavão, Pavãozinho, Cantagalo, Rocinha – quer ver o mar lá de cima! Ele me fez sentir, nesse curto e intenso encontro, trocando olhares e conversas sobre a vida, tanto a alteridade mais radical dessa jornada, quanto o vínculo concreto e claro que pode nos unir a todos com nossas pantufas, ora emparelhadas, ora desparelhadas, no encontro com o diferente, na igualdade de uma comunidade possível. E, assim como contraponto provocativo à “‘elaboração brasileira do não-cidadão’, isto é, sujeitos destituídos de seus direitos fundamentais, que vivem de forma precarizada, especialmente nas periferias das grandes metrópoles” (LUCCHESI; TAVARES, 2018, p. 278), dou à Serginho o título *um bom bom cidadão* – quero chama-lo assim!

Tomo esse *título* emprestado do conto-roteiro de Kiarostami (2004, p. 77) sobre a menina de rua que ele segue por horas na avenida paulista a buscar comida nas lixeiras da cidade, observando a dignidade de seus gestos de sobrevivente nos terremotos do capitalismo selvagem. Este conto o cineasta o escreve quando sai do hotel “pela décima oitava vez” (Ibid., p. 267) para observar a multidão da cidade mais populosa do Brasil, onde se encontrava para a Mostra Internacional de Cinema de 1994. Ele observa nessa menina algo que vejo também no menino da Mandela e Jacarezinho, “um quê estranhamente nobre, uma dignidade que casa mal com o que está fazendo”, diz Kiarostami sobre ela (Ibid.). Serginho tenta “trabalhar”, é diferente, mas isso, embora ilegal – segundo os *tais direitos das crianças* –, também não é visto como algo digno: pedir dinheiro ou vender furtivamente balas no shopping. Ambas as crianças parecem ter desenvolvido uma indiferença ao olhar que estigmatiza. A menina não parece se importar com os transeuntes na avenida paulista, e nem eles a olham realmente, pois “outros, talvez, se não tivessem nada a fazer, e como eu, estivessem em uma cidade que não a sua... notariam essas coisas. Talvez”, observa Kiarostami (2004, p. 271) Serginho diz “pode me olhar do jeito que quiser”, sobre a família que o encara feio e, talvez por tantos olhares que já deve ter tido que enfrentar, como se a construção dessa dignidade fosse uma tática para sobreviver e não sucumbir

ao preconceito que fere, pois somos todos afetados pelo olhar do outro, até que não suportamos mais e desistimos?

Dignidade e sobrevivência, duas experiências que parecem difíceis de aproximar, mas que a menina o faz e Kiarostami reconhece que “é possível uma pessoa com fome, e em busca de comida, manter o próprio orgulho” (Ibid.) É o que vejo também nesse menino e talvez o que devêssemos nos abrir a ver mais. Ainda não saberia dizer o que foi esse nosso encontro, pois parece que ele só começou, um pouco como dizem da pesquisa, que começa quando acaba! Serginho me ajudou a *esfregar os olhos*, como o fizeram meus primeiros parceiros de passeios e, com certeza, ainda esfrega bastante meu coração. E, assim, sinto que as crianças do CIEP, da Mangueira e Tuiuti e o Serginho estão, para mim, como essa experiência de se deixar ver com pantufas desparelhadas, onde “nem por isso nos sentimos menos solidários com nossos companheiros”, como reflete o Sr. Palomar (CALVINO, 1994, p. 92) e como me dá a ver a sensibilidade de Kiarostami, com seu cinema de resistência frente às injustiças, cuja matéria é a própria vida, matéria que, gostaria, fosse também a deste trabalho, fundamento de nossas profundas preocupações científicas.

Foram muitas as negociações de sentidos compartilhadas, alterando meu conceito inicial, mais duro, de cidade partida para outro, mais movente, de cidade em tensão, onde nos encontramos como iguais diferentes ou desiguais, por caminhos diversos e adversos. Tensão entre medos e desejos que tanto impede a fruição da cidade, quanto desafia a reinventá-la e questioná-la, mas que, de toda forma, precisa ser experimentada, misturada suas teias e ocupados seus labirintos. Por isso, sigo nessa cidade em tensão com mais desejo de passear. Pela acolhida das crianças da Mangueira e Tuiti, tão generosas nos diálogos comigo, e mesmo pelo nosso desencontro, o que gerou tristeza e indignação, mas também coragem para realizar esta última experiência, me fazendo ver mais uma vez as muitas cidades e seus tantos desejos. Sigo com o desejo que o encontro com o esse *bom menino* reacendeu, quando fui caminhando com ele até a entrada do metrô, nos abraçamos e Serginho me espera entrar e diz: *cuidado, vai com Deus!*

## HISTÓRIA PRA NINAR GENTE GRANDE

“Brasil, meu nego deixa eu te contar;  
 A história que a história não conta;  
 O avesso do mesmo lugar;  
 Na luta é que a gente se encontra.  
 Brasil, meu denço a Mangueira chegou;  
 Com versos que o livro apagou;  
 Desde 1500, tem mais invasão do que descobrimento.  
 Tem sangue retinto, pisado;  
 Atrás do herói emoldurado.  
 Mulheres, tamoios, mulatos;  
 Eu quero o país que não tá no retrato.  
 Brasil, o teu nome é Dandara;  
 Tua cara é de Cariri;  
 Não veio do céu nem das mãos de Isabel;  
 A liberdade é um Dragão no mar de Aracati;  
 Salve os caboclos de Julho;  
 Quem foi de aço nos anos de chumbo;  
 Brasil chegou a vez de ouvir as Marias, Mahins, Marielles e Malês.  
 Mangueira, tira a poeira dos porões;  
 Ô, abre alas;  
 Pros seus heróis de barracões;  
 Dos Brasis que se faz um país de Lecis, Jamelões.  
 São verde e rosa as multidões”

Samba da MANGUEIRA 2019.

Compositores: Deivid Domênico, Tomaz Miranda, Mama, Marcio Bola, Ronie Oliveira e  
 Danilo Firmino.

E a luta continua ...

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ALBERNAZ, Bia. *Claricidade: a cidade segundo Clarice*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue: FAPERJ, 2008.

AMORIM, Marília. *O pesquisador e seu outro*. Bakhtin nas ciências humanas. São Paulo, Musa, 2004.

\_\_\_\_\_. *A contribuição de Mikhail Bakhtin: a tripla articulação ética, estética e epistemológica*. In: FREITAS, JOBIM E SOUZA e KRAMER (org.) *Ciências Humanas e pesquisa: leituras de M. Bakhtin*. S. Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. *Para uma filosofia do ato: “válido e inserido no contexto”* In: BRAIT, Beth (Org.) *Bakhtin: Dialogismo e Polifonia*. São Paulo: Contexto. 2009.

\_\_\_\_\_. *Cronotopos e exotopia*. In: BRAIT, Beth (Org.) *Bakhtin: outros conceitos – chave*. São Paulo: Contexto, 2006.

ARENDDT, Hannah. *A condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

ASSOCIAÇÃO CASA DAS ARTES DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Cartografias de práticas culturais africanas*. Rio de Janeiro: Casa de Arte de Educar, 2014.

BACHELARD. G. *A poética do Devaneio*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

\_\_\_\_\_. *A Formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. *Para uma filosofia do ato*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010.

BARBOSA. J. L. e SOUZA e SILVA. J. *As favelas como territórios de reinvenção da cidade*. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n. 1, fev. 2013.

BARBOSA, J.L. *As favelas na agenda política do direito à cidade*. Revista Advir/Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. No.32 (jul2014) – Rio de Janeiro: Asduerj, 2014.

BARBOSA J. L. COSTA. E. *Rolezinho: territórios e territorialidades em ciberculturas*. Z Cultural – revista do programa avançado de cultura contemporânea. Ano XI. 2016. Disponível em: <<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/rolezinho-territorios-e-territorialidades-em-ciberculturas/>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

BARBOSA, J.L. *As favelas na reconfiguração territorial da justiça social e dos direitos à cidade*. In: NÚRIA BENACH... (et al.); CARLOS, A.F.A., ALVES, G. e PADUA, R. F. (org). *Justiça espacial e o direito à cidade*. São Paulo: Contexto, 2017.

BARRETO, Lima. *Crônicas Escolhidas*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

BENACH, N. *Da desigualdade social à justiça espacial*. In: NÚRIA BENACH... (et al.); CARLOS, A.F.A., ALVES, G. e PADUA, R. F. (org) *Justiça espacial e o direito à cidade*. São Paulo: Contexto, 2017.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas II: Rua de mão única*. São Paulo: editora Brasiliense, 1995.

\_\_\_\_\_. *Passagens*. Belo Horizonte: editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. *Obras escolhidas I: Magia e Técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

\_\_\_\_\_. *Reflexões: a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Duas Cidades, Ed.34, 2002.

BERNET, J.T. *Otras educaciones: animación sociocultural, formación de adultos y ciudad educativa*. Barcelona: Anthropos, México: Universidad Pedagógica Nacional, 1993.

BOUSQUET, M.M. *L Experience Ludique*. Paris: Seuil, 1987.

BROUGÈRE, G. *Brinquedo e Cultura*. São Paulo: Cortez, 1995.

CAIAFA, J. *A aventura das cidades: Ensaios e etnografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. *Palomar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CASTRO, Lúcia Rabello. *A politização (necessária) do campo da infância e da juventude*. Psicologia Política. Vol. 14 (7), 2007.

CASTRO, Lúcia Rabello. *A aventura urbana: Crianças e jovens no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

DELGADO DE CARVALHO, C. *História da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação. Divisão de Editoração, 1994.

FERRARA, L. Cidade: fixos e fluxos. In: TRIVINHO, E. *Flagelos e horizontes do mundo em rede: política, estética e pensamento à sombra do pós-humano*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

\_\_\_\_\_. Canteiro de Obras. In: BRITTO, F. D. *Corpocidade: gestos urbanos*. Salvador: Edulfa, 2017.

GASTAL. *Alegorias Urbanas: o passado como subterfúgio*. Papirus, 2006.

GERALDI, João Wanderley. “A diferença identifica. A desigualdade deforma. Percursos bakhtinianos de construção ética e estética”. In: JOBIM E SOUZA, S.; KRAMER, S. (Orgs.). *Ciências Humanas e pesquisa: leituras de M. Bakhtin*. S. Paulo: Cortez, 2003.

HARTOG. *Varia Historia*. Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.261-273, Jul/Dez 2006.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Nova Fronteira, 1986.

JANER, J. *O menino que colecionava lugares*. Porto Alegre: Editora Mediação, 2013.

JOÃO DO RIO. *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

JOBIM E SOUZA, S. *Infância e Linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin*. Campinas, SP: papirus, 1994.

JOBIM E SOUZA, S.; SALGADO, R.; PEREIRA, R. *O pesquisador e a criança: dialogismo e alteridade na produção da infância contemporânea*. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 39, p. 1019-1036, 2009.

KIAROSTAMI, Abbas. *Duas ou três coisas que sei de mim*. O real, cara e coroa de Youssef Ishagpour. São Paulo: Editora Cosac & Naify, 2004.

KONDER. Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KROTZ, Esteban. Introducción a Ernst Bloch (a 125 años de su nacimiento). *En-clav. Pen* [online]. 2011, vol.5, n.10. Disponível em: <[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-879X2011000200004&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-879X2011000200004&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em : 03 nov. 2018.

KUSTER, Eliane. “A arte cotidiana de construir sociabilidades”. In: BARBOSA, R.; PESSOAS, F. (Orgs.). *Sobre desejos e cidades*. Seminários Internacionais Museu Vale 2012 (Vila Velha, ES): Museu Vale; Rio de Janeiro: Suzy Muniz produções, 2012.

LARROSA, Jorge. *Desejo de realidade – experiência e alteridade na investigação educativa*. In: BORBA, S.; KOHAN, W. (Org.). *Filosofia, aprendizagem, experiência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Mayume Souza. *A cidade e a criança*. São Paulo: Nobel, 1989.

LUCCHESI, J. C.; TAVARES, M.T.G. “A cidade como um livro de espaços: lendo e pensando a cidade com a(s)infâncias(s) de creches comunitárias do Rio de Janeiro”. In: CARRREIRO e TAVARES (orgs.). *Estudos e pesquisas com o cotidiano da educação das infâncias em periferias urbanas*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018.

LUNA, Eunice Muret. *Os lugares da infância em processos de comunicação comunitária: Jornal O Cidadão da Maré como experiência*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MURRAY, Roseana. *Paisagens*. Belo Horizonte: Editora Lê, 2012.

OSWALD, Maria Luiza. *Cidade, memória e pesquisa: um percurso com Walter Benjamin*. In: KRAMER, S.; JOBIM E SOUZA, S. (Orgs.). *Política, cidade e educação: itinerários de Walter Benjamin*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2009.

QVORTRUP, J. *Infância e Política*. Cadernos de Pesquisa, v.40, n.141, p.777-792, 2010.

PEREIRA, Rita. “Um pequeno mundo próprio inserido num mundo maior”. In: PEREIRA, R.; MACEDO, N. (Orgs.). *Infância em pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2012.

PEREIRA, R. *Por uma ética da responsividade: exposição de princípios para a pesquisa com crianças*. Currículo sem Fronteiras, v. 15, n. 1, p. 50-64, jan./abr. 2015.

\_\_\_\_\_. “A casa dos espelhos”. In: JOBIM E SOUZA, S. (Org.). *Educação@pós-modernidade: ficções científicas e ciências do cotidiano*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

ROSA, Guimarães. *Primeiras Estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SARLO, Beatriz. *La ciudad vista*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

SCHELLE, K.G. *A arte de passear*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TAVARES G. M.T. *Os pequenos e a cidade: o papel da escola na construção de uma alfabetização cidadã*. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2013.

VALLADARES, Lícia. A Gênese da Favela Carioca. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 15 no. 44 outubro, 2000.

VOGEL A., VOGEL V. E LEITÃO G. *Como as crianças veem a cidade*. Rio de Janeiro: UNICEF, 1995.

WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.